



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA - PPGSCA**

**AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DA ORGANIZAÇÃO  
SOCIOPOLÍTICA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE  
FÁTIMA**

**MANAUS-AM  
DEZEMBRO DE 2017**

**GILMARA ARAÚJO TELES**

**AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DA ORGANIZAÇÃO  
SOCIOPOLÍTICA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE  
FÁTIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha 3 - Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder

Orientador: Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro

MANAUS-AM  
DEZEMBRO DE 2017

### Ficha Catalográfica

T269a Teles, Gilmara Araújo  
As Relações de Poder no Processo da Organização Sóciopolítica  
na comunidade Nossa Senhora de Fátima / Gilmara Araújo Teles.  
2017  
107 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Odenei de Souza Ribeiro  
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Comunidade. 2. Organização Comunitária. 3. Organização  
Sociopolítica. 4. Relações de Poder. I. Ribeiro, Odenei de Souza II.  
Universidade Federal do Amazonas III. Título

**GILMARA ARAÚJO TELES**

**AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DA ORGANIZAÇÃO  
SÓCIOPOLÍTICA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE  
FÁTIMA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação  
Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito para a obtenção do título de  
Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em 22 de dezembro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro - Presidente

---

Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos - UFAM

---

Profa. Dra. Joselene Gomes de Souza - UNINORTE

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos meus pais  
Raimundo Ximenes e Graça Araújo,  
pois diante das adversidades da vida,  
ensinaram-me cada um do seu modo  
o valor do “SER” coletivo e não do  
“TER” individualizado.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por fortalecer meu espírito, guiar meus passos, iluminar meus pensamentos e abrandar meu coração.

Aos moradores da comunidade de N. Sra. de Fátima por estar possibilitando a realização da pesquisa e pelo sentimento de importância demonstrado ao trabalho realizado, a cada encontro estabelecido durante esses 21 meses, pela afetuosidade em me receber no conforto de seus lares, na sombra de uma árvore, no banco do porto da comunidade, no campo de futebol, na quadra de esportes e ter dividido um pouco da convivência de vocês comigo. Gratidão.

Aos Mestres do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA que transformaram o regresso à Universidade Federal do Amazonas - UFAM em momentos de incentivo, prazer, desafios e redescobertas.

Ao professor Dr. Odenei de Souza Ribeiro, por ser exemplo de humildade, generosidade e intelectualidade, não poderia ter encontrado melhor parceiro nesta jornada, obrigada por todas as orientações, tempo dedicado, pelas palavras ternas que se tornarão eternas. Gratidão Mestre!

Aos amigos da sala de aula, pelo feliz reencontro com alguns que já haviam cruzado meu caminho, também no espaço do conhecimento nas pessoas de Sebastião Alves, Mikael Lindoso, Ricardo Pessoa, Adriana Uchôa e Joyce Freitas e as novas amigas tão queridas nas “figuras” de Antônio Lima, Josiane Nascimento, Thatiana Alcântara, Kátia Lima, Fabiano Souza, Cristian Soares, Adenildo Vieira, Fátima Delcaro, Karina Gonçalves, Luciana Diederich e as parintineses Ana Caroline Ribeiro e Cristiana Butel, pessoas que admiro por suas lutas e histórias de vida. A satisfação com certeza foi minha.

As minhas amigas de profissão, Francenilda Gualberto, Ana Beatriz Cyrino, Adriana Teixeira, Elisângela Monteiro, Joselene Gomes, por todas as contribuições do imaginado ao vivido durante esse processo.

Aos amigos que conheci nas disciplinas eletivas que proporcionaram momentos de troca de saberes e generosidade: Joaquim Barbosa, Josué Vieira, Agnaldo Corrêa e Abner.

A melhor equipe de monitoria que um professor pode desejar, por serem memória, braços e pernas, o pouco que tenho de experiência na docência, divido com vocês. (Elis, Jozi, Fran, Julie, Suellen, Renatinha, Vandrezinha, Carol, Carolzinha, Roanne e Jane de Maria).

Aos meus alunos que são fontes de inspiração na busca do conhecimento para uma relação docente, profícua e responsável, e acima de tudo que permita sonhar e realizar.

Ao meu núcleo familiar: Meu esposo Valterney Teles e meus filhos Guto e João por compreenderem e comigo viverem essa escolha, pelos cuidados demonstrados a cada silêncio, através da oferta do copo com água, do beijo na testa e nas perguntas recorrentes: “está indo tudo bem?”. Amo vocês!

Aos meus familiares e amigos que sempre me apoiaram e se alegraram com minhas conquistas, sendo estas simples ou complexas, quero sempre dividir a mesa do almoço, lanche ou jantar com vocês por considerar estes nossos melhores momentos.

## RESUMO

Os estudos das relações de poder constitui um importante eixo de reflexão para se compreender as formas de organização social por meio do viés de fatores, tais como: econômico, político e cultural, ou ainda através dos conflitos internos e da dinâmica que estão relacionados esses fatores nas relações sociais existentes na comunidade. Na esperança de que esses estudos venham a contribuir para a compreensão da dinâmica que influenciam na formação dos processos que geram a organização das comunidades, sejam estas no âmbito urbano ou rural, de caráter coletivo ou individual e que podem ser orientadas ou não através de sistemas simbólicos que condicionam a dinâmica externa e interna de tais organizações, serviram como provocação para a escolha do tema: As relações de Poder no processo da organização sociopolítica na comunidade N.Sr.<sup>a</sup> de Fátima, lócus da pesquisa, localizada às margens esquerda do rio Tarumã Mirim/AM. A análise foi estabelecida voltada para alcançar os seguintes objetivos: verificar as relações de poder nos processos de organização sociopolítica da comunidade Nossa Senhora de Fátima por meio da caracterização do espaço da comunidade; identificação das formas de relações de poder a partir do processo da organização sociopolítica; e reflexão sobre as relações de poder na comunidade. A pesquisa foi estruturada quanto à abordagem em quanti e qualitativa, uma vez que tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana com cunho de Pesquisa Exploratória, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, envolvendo: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão, a pesquisa bibliográfica, que fornece subsídios de análise de diversas posições acerca de um problema e pesquisa de campo que possibilitou o levantamento e coleta de dados junto aos participantes da pesquisa. As relações de poder transitam entre os diversos âmbitos que se apresentam na associação de moradores, na reuniões, na liderança e nas práticas cotidianas dos moradores. A comunidade se localiza próximo a Manaus e o acesso se dá via transportes fluviais organizados por Cooperativas particulares. A organização e mobilização dos moradores alcançou a implantação da escola, posto de saúde, iluminação pública e segurança. As relações de poder se processam na comunidade entre as estruturas formais e não formais na comunidade se perpetram através de vínculos estreitos, dadas as relações.

**Palavras Chaves:** Comunidade; Organização Sociopolítica; Relações de Poder



## ABSTRACT

The studies of power relations constitute an important axis of reflection to understand the forms of social organization through the bias of factors, such as: economic, political and cultural, or even through internal conflicts and the dynamics that are related these factors in the social relations existing in the community. In the hope that these studies will contribute to the understanding of the dynamics that influence the formation of the processes that generate the organization of the communities, be they urban or rural, of a collective or individual character and that can be oriented or not through systems symbolic that condition the external and internal dynamics of such organizations, served as a provocation to the choice of the theme: Power relations in the process of socio-political organization in the community N. Sr.<sup>a</sup> de Fátima, locus of the research, located on the left bank of the river Tarumã Mirim / AM. The analysis was based on the following objectives: to verify the relations of power in the processes of socio-political organization of the Nossa Senhora de Fátima community through the characterization of community space; identification of the forms of relations of power from the process of sociopolitical organization; and reflection on power relations in the community. The research was structured as to the quantitative and qualitative approach, since it tends to emphasize the deductive reasoning, the rules of the logic and the measurable attributes of the human experience with the character of Exploratory Research, since it has as objective to provide greater familiarity with the problem, with a view to making it more explicit or constructing hypotheses, involving: (a) bibliographic survey; (b) interviews with people who have had practical experiences with the researched problem; and (c) analysis of examples that stimulate the understanding, the bibliographic research, that provides subsidies of analysis of several positions about a problem and field research that enabled the collection and collection of data with the participants of the research. Results and conclusions of the study. Power relations pass between the various spheres that present themselves in the residents' association, in the meetings, in the leadership and in the daily practices of the residents. The community is located near Manaus and access is via river transport organized by private cooperatives. The organization and mobilization of the residents reached the implantation of the school, health station, public lighting and security. Power relations take place in the community between formal and non-formal structures in the community being perpetuated through close ties, given the relationships.

**Keywords:** Community; Sociopolitical Organization; Power relations.

## **INCERTEZAS**

*Tudo que parecia estável transforma-se, recria-se ou dissolve-se. Nada permanece. E o que permanece já não é mais a mesma coisa. Modificam-se os significados das coisas, gentes e ideias. Alteram-se as relações do presente com o passado; e o futuro parece ainda mais incerto. Ao lado da exacerbação do presente, real e virtual, tudo mais parece esfumar-se. Como se fosse imaginação, fantasia ou alucinação.*

*Octávio Ianni*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I. NO CURSO DO REMO EM BUSCA DA TERRA SONHADA: A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE IMAGINADA</b> .....	16
1.1.Comunidade um conceito flutuante.....	16
1.2.O Movimento e o Equilíbrio da organização Comunitária.....	19
1.3.Destoando: Comunidades rurais amazônicas.....	20
1.4. Trajetórias, formação e constituição da Comunidade de Fátima.....	25
1.5.A travessia do Rio Negro que leva ao local da comunidade.....	27
1.6.Organização Sociopolítica: revisitando conceitos.....	37
1.7. Historicizando a formação da comunidade a partir do protagonismo dos sujeitos.....	41
1.8.A organização da forma de vida: Trabalho, Segurança, Lazer, Educação e Religião.....	44
1.9. As Relações de Poder a partir do espaço das relações sociais.....	48
<b>CAPÍTULO II. AS RELAÇÕES E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COMUNIDADE</b> .....	52
2.1. Aspectos da Organização Sociopolítica Local.....	52
2.2. A organização do Posto de Saúde.....	57
2.3. O Saneamento Básico da comunidade.....	64
2.4. O olhar sobre a Segurança Pública Local.....	67
2.5. Os tipos de acesso à comunidade de Fátima.....	70
2.6. O sentido da comunidade para os moradores: trabalho, a convivência e a cultura.....	71
2.7.O processo de formação, fundação e organização da Associação de Moradores: Nossa Senhora de Fátima.....	72
<b>CAPÍTULO III.REFLEXÕES SOBRE O PODER A PARTIR DAS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS</b> .....	83
3.1.As relações de poder entre as estruturas formais e não formais na comunidade.....	83
3.2. As relações de poder entre os comunitários e a associação de moradores.....	84
3.3. O trabalho das lideranças da associação de moradores da comunidade de Fátima.....	87
3.4 As ações de solidariedade na comunidade e o individualismo.....	92
3.5 As relações dos comunitários com as instituições religiosas.....	96
<b>CONCLUSÃO</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	101
<b>APÊNDICE</b> .....	107

## **LISTA DE FIGURAS**

**FIGURA 01** – Mapa de Localização da Área de Estudo

**FIGURA 02** – Marina do Davi.

**FIGURA 03** – Paisagem que forma o caminho até a comunidade de Fátima.

**FIGURA 04** – Paria da Lua em período de vazante

**FIGURA 05** – Paria da Lua em período de cheia

**FIGURA 06** – Frente da comunidade de Fátima

**FIGURA 07** – Mapa da comunidade de Fátima

**FIGURA 08** – Quadrante que demarca os dois Setores Censitários da Comunidade de Fátima

**FIGURA 09** – Comercialização dos peixes na Comunidade de Fátima

**FIGURA 10** – Reunião da associação de moradores no campo do Areal

**FIGURA 11** – Reunião de liderança informal na quadra da escola José Sobreira

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE 1 – Participantes da Pesquisa: Lideranças Formais e Informais

APÊNDICE 2 – Participantes da Pesquisa: Comunitários

## **INTRODUÇÃO**

A presente dissertação tem como intuito apresentar um estudo sobre as relações de poder nos processos de “organização” sociopolítica da comunidade Nossa Senhora de Fátima, bem como caracterizar o espaço nas diferentes dimensões da comunidade Nossa Senhora de Fátima, identificar as formas de relações de poder a partir do processo da organização sociopolítica e refletir como se processam as relações de poder na comunidade. Para isso, fez-se necessário levantar as noções, conceitos e definições elaborados pela ciência na compreensão da dimensão social, e a forma como esses elementos estão organizados, e a partir dessa compreensão construir um plano empírico dos estudos sobre comunidades e comunidades amazônicas, objetivando desvendar as questões submersas em diferentes contextos que muitas vezes estão fora dos padrões das estruturas sociais das organizações societárias, com fins à identificação das formas de organização social da comunidade, do nível de compreensão e participação nesse processo por parte dos comunitários, da identificação das estruturas estatais e paraestatais existentes, da oferta dos serviços estatais, do processo de organização política promovido pelas representações existentes na comunidade, das relações estabelecidas entre os comunitários entre si e para si. Por fim, buscamos, com a pesquisa, refletir como se processam as relações de poder existentes na comunidade por meio das relações estabelecidas entre os comunitários, das estruturais formais e informais existentes e das representações sociais. O primeiro capítulo apresenta a discussão do conceito de comunidade a partir de diferentes enfoques teóricos, estes utilizados com a simples finalidade de apresentar o processo de mudança nos enfoques teóricos e a metamorfose que o conceito de comunidade passa a sofrer com o avanço da tecnologia, passando a ter similaridade nos aspectos geográficos, políticos e econômicos que encontramos no espaço urbano, sem deixar de observar as especificidades do local. O resgate fez-se necessário para conhecimento e compreensão das características das comunidades amazônicas, que se diferenciam tanto pela questão geográfica e territorial como por seus fatores culturais. O segundo capítulo apresenta a organização da forma de vida a partir da experiência dos comunitários, no que se refere aos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, por meio da relação dos comunitários com o meio e entre si, onde passam a ser explorados os conceitos de organização sociopolítica e identidade nós, a fim de nos aproximarmos das discussões das relações de poder. No terceiro capítulo a reflexão se assenta a partir do que foi visto e vivido durante o período da pesquisa, nas relações sociais estabelecidas através das relações comunitárias e associativas, como relações de poder, por meio das estruturas representativas existentes, sendo estas formais informais, no que se refere na busca dos serviços a que tem direitos.

**CAPITULO I**

## NO CURSO DO REMO EM BUSCA DA TERRA SONHADA: A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE IMAGINADA

*A comunidade imaginada (postulada, sonhada, se alimenta dessa diferença e nela viceja. O que cria um problema para essa clara imagem é outra diferença: a diferença que existe entre a comunidade de nossos sonhos “e a comunidade realmente existente”: uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado, e em nome de todo bem que se supõe que essa comunidade oferece) exige lealdade incondicional e trata tudo que ficar aquém dessa tal lealdade como um ato imperdoável de traição.*

*Zygmunt Bauman*

### 1.1. Comunidade: um conceito flutuante

O termo comunidade, distante dos estudos relacionados sobre essa categoria social de análise, é comumente utilizado pela população para situar um determinado grupo social em um espaço físico objetivamente definido. Para compreender a comunidade a qual propusemos a analisar, neste caso a comunidade Nossa Senhora de Fátima, passaremos a seguir dois caminhos. O primeiro caminho é evidenciar as noções, conceitos e definições elaboradas pelas ciências na compreensão da dimensão social que esses elementos humanos estão socialmente e culturalmente organizados. O segundo caminho é evidenciar em um plano empírico em estudos de comunidades amazônicas para ajudar a desvendar as questões submersas em contextos sociais variados que fogem os padrões das estruturas sociais criadas na organização de uma sociedade.

Os estudos sobre comunidade aparecem em diferentes áreas do conhecimento humano (Economia, História, Geografia, Sociologia, Antropologia, entre outras) para dar sentido ao processo de distribuição, a organização de um determinado grupo social e a forma como esses grupos se relacionam. Em Biologia, principalmente em suas vertentes como a Ecologia e Biogeografia, o estudo de comunidade é introduzido dentro do contexto espacial de esfera local, o *oïkos* (greg. casa). A abordagem ecológica procurava compreender as formas de adaptabilidade das espécies em seus habitats, ela traduz o sentido de como as espécies de plantas e animais se apresentam em um determinado espaço. Os ecologistas começaram a enfatizar a importância da competição, predação e mutualismo para influenciar as distribuições de espécies e sua coexistência como comunidades ecológicas (E.E. Clements, 1916).



Esses estudos se alinham aos estudos de comunidades em seu sentido social pelos conceitos aplicados em sua definição como estrutura, sua dependência e suas relações. E Clements (1916) sugeriu que uma comunidade poderia ser considerada como um tipo de superorganismo com vida própria e estrutura, bem como seus próprios limites espaciais e temporais (apud Brown, 1957, p. 95).

Essas estruturas, dependência e relações dos seres vivos, assim como a visão de uma comunidade como um organismo vivo, já eram vistas nos estudos das ciências humanas e sociais como nos trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904) em *Anthropo-Geographie* (1882), *Politische Geographie* (1897), Ferdinand Tönnies em *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887), além das discussões sobre a política de Heinrich von Treitschke em *Politics* (1916). Para Ratzel (1891, p. 4-5) a humanidade tinha a aparência de “uma comunidade ligada pelo fio da vida de velhos ou novos, bélica ou pacífica, espiritual ou física, relacionamentos”. Já para Treitschke (1916), em seu discurso sobre o estado, ele declara que “a concepção maciça do estado como um todo e os seus cidadãos a suas partes [...] Podemos dizer que um homem pertence não só a esta uma comunidade”.

Esse repertório de autores e conceitos sobre a ideia de um todo organizado dominou, juntamente com outros autores e teorias, as concepções sobre os estudos das relações sociais e organização social e política, a partir do aporte baseado nas definições metodológicas assentes desde o momento de constituição das ciências modernas, com seu modelo cartesiano em procurar dividir as coisas em partes para compreensão da sua totalidade. Seguindo essa tradição Ferdinand Tönnies em sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft*, publicada (1887), centrou suas ideias sobre “comunidade e sociedade no discurso endêmico entre em pequena escala, parentesco e vizinhança – baseado em 'comunidades' e mercado competitivo em grande escala 'sociedades'” (HARRIS, 2001). Este tema é explorado em todos os aspectos da vida – nas estruturas políticas, econômicas, jurídicas e familiares; em arte, religião e cultura; em construções de 'individualidade' e 'personalidade'; e nos modos de cognição, compreensão de linguagem e humanos (Idem).

Tönnies (1887), elaborando as ideias principais sobre a relação entre comunidade e sociedade, escreve que esses processos ocorrem reciprocamente, suportados por ambos na conservação ou no aniquilamento opostos entre os lados atuando de forma positiva ou negativa. Para o autor, o grupo formado por essa razão positiva é o mais homogêneo para dentro e internamente e externamente na qualidade seres ou coisas consideradas uma associação. A relação em si, e assim a associação é entendida tanto como a vida real e

orgânica - esta é a essência da comunidade, ou o desenvolvimento como idealista e mecânico - este é o conceito de sociedade.

A comunidade idealizada por Tönnies consiste em que seus entes exerçam um tipo ideal de relação mecanicista, os modos de ser e de viver são postos como uma espécie de organismo responsável por um determinado mecanismo para manter a sobrevivência de um corpo dado as suas funções e atribuições. É nesse sentido que Martin Buber defende a ideia de que Tönnies substituiu a comunidade pela sociedade. Oposto a Tönnies, Buber (1987, p. 34) escreve:

Para nós, porém que queremos criar a comunidade e elevar a Vida, comunidade e Vida são uma só coisa. A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela Vida em sua totalidade. Toda Vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de Vida. Nossos sentimentos de vida, os que nos mostram o parentesco e a comunidade de toda a vida do mundo, não podem ser exercitados totalmente a não ser em comunidade. E, em uma comunidade pura nada podemos criar que não intensifique o poder, o sentido e o valor da Vida. Vida e comunidade são os dois lados de um mesmo ser. E temos o privilégio de tomar e oferecer a ambos de modo claro: vida por anseio à vida, comunidade por anseio à comunidade.

A concepção de totalidade, da qual cada parte representa um ponto a ser dissecado de modo a separá-los, sem antes discorrer a importância de suas relações, é diferenciada na concepção de Buber. Os planos metodológicos desse autor se figuram no diálogo ou na dialogicidade de todos os elementos, no caso os elementos de uma comunidade. As variantes a serem analisadas nesse plano não podem descartar todas as possibilidades, no caso os pontos positivos e negativos. Uma comunidade por si não a constitui. Ela é um substrato de uma variação e complexidade de elementos que congregam ou não certa harmonia entre individualidade e contradições.

Nesse sentido, o conceito weberiano de relação social, define-se que “as relações sociais são dotadas de ‘conteúdo significativo’ – conflitos, piedade, concorrência, fidelidade, amor sexual, etc. – e as condutas de uns e de outros referem-se reciprocamente” (QUINTANEIRO, p. 110). Esta ação recíproca, em um sistema solidário objetivo de ações, é o que conduz uma dada comunidade a sua permanência. Quintaneiro (1995, p. 111) reforça esse pensamento afirmando que “Weber se refere também ao conteúdo comunitário de uma relação social, fundado num sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) de pertencimento mútuo que se dá ente as partes envolvidas e com base no qual a ação está reciprocamente

referida”. No campo dessas ações que uma comunidade e seus membros irão definir como eles (comunitários) definirão as formas e procedimentos referentes sua organização.

## 1.2. O Movimento e o Equilíbrio da organização Comunitária

Max Weber chama a atenção para um problema comum em algumas comunidades rurais, embora seja na Alemanha, que são as individualidades movidas por uma “cultura capitalista”. Ele escreve que “de todas as comunidades, a constituição social dos distritos rurais é a mais individual e a que mantém relação mais íntima com determinados fatos históricos” e por não existirem sociedades rurais “separada da comunidade urbana social” (WEBER, 1997, p. 121). Observar uma sociedade como um organismo vivo, não apenas cria um repertório de condições ou comparações a algum ser da natureza, mas acima de tudo ajuda a compreender que um grupo humano organizado em um espaço tem composições necessárias para se manter em movimento e equilíbrio não importa o tipo de cultura, padrão ou outras características sociais, políticas ou econômicas.

A obra de Ferdinand Tönnies (*Gemeinschaft und Gesellschaft*), para Weber<sup>1</sup>, aclara suas concepções teórico-metodológicas, uma vez que contém os elementos necessários para que seu método compreensivo fosse colocado em prática. A diferenciação entre constituição e formação da comunidade traduz amplamente o modo como as comunidades se organizam e como são apresentadas as ações e relações comunitárias. Nessa constituição e formação, existem interesses que se apresentam escondidos nesse processo, daí se faz o uso e a definição de uma ordem específica para guiar seus participantes. Constituição e formação na conceituação werberiana ajudam a compreender o sentido de como as comunidades se organizam. Segundo Weber (2010, p. 77),

Denominar-se-á “constituição da comunidade” (*Vergemeinschaftung*) uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular, ou na média ou no tipo puro – se funda na solidariedade sentida (afetiva ou tradicional) dos participantes. Denominar-se-á “formação da sociedade” (*Vergesellschaftung*) uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social se baseia no ajustamento de interesses por motivos racionais (de caráter axiológico ou teleológico), ou também numa união de interesses por motivos idênticos.

---

<sup>1</sup> Quanto ao conteúdo, aponto a bela obra de F. Tönnies, *Gemeinschaft und Gesellschaft* [Comunidade e Sociedade] (WEBER, 2010, p. 6).

Essas ações sociais no plano comunitário são essenciais para a análise da organização seja social ou política dentro de uma comunidade. De acordo com Quintaneiro (p.112), “os participantes de ações sociais e também de relações sociais podem orientar-se pelas suas crenças na validade de uma ordem que lhes apresentam obrigações ou modelos de conduta [...] que se sustenta no costume ou na racionalidade”. Dentro desse processo, da qual as relações são estabelecidas, existem alguns interesses que fazem com que uma dada sociedade consiga se orientar para manter um determinado tipo de padrão organizacional. Os interesses numa comunidade parte do princípio de que haja algo comum para todos, levando em consideração o bem-estar social a um grupo maior de indivíduos.

Os aspectos ligados à organização de uma comunidade em sua dimensão social e política estarão centrados nas considerações postas por esses interesses, seguindo também padrões organizacionais que competem a uma estrutura formulada em ambientes sociais contraditórios ou comuns a comunidade de interesse, entretanto, concebemos o fato que qualquer que seja a comunidade, ela não tem autonomia de ditar suas normas. A comunidade humana envolve um quadro organizado de relações pessoais regido por um certo padrão cultural historicamente constituído (GOLDWASSER, 1974, p. 71). Embora esse padrão tenha vínculo numa determinada ordem, o sentido de organização de uma comunidade tem a ver com “a preocupação e a perda da comunidade como forma significativa de associação social e moral” (ROSS, 1955, p. 7).

Ross (1955) aborda a organização comunitária como forma de manter certa essência que se perde nas transformações das sociedades dos países a qual a industrialização e a urbanização alcançaram seu estado mais avançado. Esse processo, como modelo na manutenção dos aspectos de solidariedade, estabilidade, segurança, integração, facilidades, permanência, entre outros são fundamentais para coesão comunitária. Para Eliot (1953, p. 7) “é impossível ignorar, nos léxicos modernos, a importância de palavras como desorganização, desintegração, declínio, insegurança, colapso, instabilidade, etc.”.

Analisar a constituição, formação e organização de uma comunidade faz refletir sobre aquilo que existe além das noções, definições e conceitos desta categoria de análise, uma vez que há uma morfologia estruturante das ações e práticas sociais ocorridas nesses espaços ou em suas áreas de abrangência. Para Bourdieu (2004, p. 149) “existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos - linguagem, mito, etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações”.

Diante dessas estruturas, das quais as representações sociais talvez possam manifestar nesse campo de atuação algumas formas de poder que poderão influenciar na vida social, econômica e política de uma comunidade. Como afirma Wagley (1988, p. 43), “existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional (e local) e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade”. As representações de poder exercidas por esse conjunto social em cada campo de atuação irão influenciar em cada espaço os poderes sobre uma parcela de uma sociedade.

### **1.3. Destoando: Comunidades rurais amazônicas**

*Não participamos em realidade do que se faz e do que se pensa no mundo.*

*Djalma Batista*

Os estudos sobre comunidades amazônicas apresentam diferentes abordagens de análises, tais como: as relações sociais, o desenvolvimento local, os modos de vida, as comunidades tradicionais, a identidade, a organização, o bem-estar, as construções históricas, a formação, entre outros. No discurso popular, uma comunidade rural refere-se muito mais a uma dimensão espacial, uma porção do espaço onde se localiza um grupo social de características ligadas quase sempre a um grau de parentesco, na qual abriga os comunitários e mantém uma unidade familiar aproximada e contínua. Essas comunidades geralmente são orientadas, estruturadas, organizadas, construídas a partir de um contexto histórico, com tradições estabelecidas de distintos espaços de origem.

Os processos socioculturais das comunidades rurais amazônicas têm variada disposições. Essas matrizes, pelos processos de ocupações dos espaços amazônicos conseguiram constituir uma heterogeneidade de sistemas simbólicos, ora ligados a tradições seculares indígenas, ora ligados a tradições que acompanharam o homem branco de outras regiões do país, assim como as tradições de matrizes afrodescendentes. Essa demografia a partir do processo de migração, principalmente durante os dois notáveis ciclos econômicos de produção extrativa da borracha amazônica, deu esse contorno étnico das comunidades rurais amazônicas. Uma ocupação, ora representada pelos atritos ocorridos no estabelecimento dos espaços e ora entre o choque entre as culturas, que permitiu formar em diferentes ambientes um tipo específico de formas de vida, tradições, dialetos, hábitos e costumes locais, resquício processo de colonização pelo qual o Brasil passou, e a Amazônia,

como o último reduto para o processo de exploração e desenvolvimento, manteve, por muito tempo, traços das formações coloniais.

Assentes aos processos de colonização e exploração do território amazônico, assim como a densidade e extensão da floresta, sua morfologia fluvial e o distanciamento dos centros de decisão do país, não permitiram uma maior densidade demográfica de ocupação do território amazônico. “É verdade que a exploração da Amazônia começou há apenas três séculos e meio, com a dominação e dizimação do elemento nativo, que não foi substituído por grandes massas de imigrantes nordestinos, enquanto nas nações equatoriais da África e da Ásia os autóctones, datando de tempos imemoriais, são ainda uma maioria superior a 95%” (BATISTA, 2006, p.116).

Se, de tal modo, a maioria das comunidades rurais amazônicas se apresenta desassistida dos benefícios de que dispõem os grandes, médios ou pequenos centros urbanos, a comunidade de N. S. de Fátima se destaca porque já é contemplada por energia elétrica, água encanada (embora não seja na sua totalidade), um posto médico com assistência médica diária, posto policial, além da coleta regular de lixo, o benefícios de que poucas comunidades rurais podem usufruir, embora não se possa contar como regra a de outras regiões do país e do mundo. Por seu turno, até a metade do século XX, essa era uma realidade observada por Wagley (1988, p. 15) em sua pesquisa sobre a Amazônia, que chama a atenção para construção de uma nova sociedade amazônica. Para o autor a sociedade que se “pretende criar na Amazônia terá por base o conhecimento que o povo dessa região acumula durante séculos, dos tempos aborígenes ao presente. No transcorrer dos séculos, os índios e mais tarde os caboclos luso-brasileiros aprenderam a coexistir com o meio local e a explorá-lo”.

Se para Wagley, na terceira década do século XX, a região Amazônica, em relação a sua demografia, possuía apenas dois centros urbanos – Manaus, no estado do Amazonas e Belém, no estado do Pará -, que concentravam as maiores densidades demográficas em toda a região, essa realidade já não pode ser observada atualmente, uma vez que grande parte da região encontra-se povoada e com cidades de grande, médio e pequeno porte, num importante intercâmbio comercial e cultural, sem contar o estreitamento das conexões que no início do século passado se fazia de forma precária, hoje há uma variedade de opções para o deslocamento regional, o que segundo Matos (2015) aponta como o processo de tecnização que avança no Amazonas.

A evolução das máquinas em tamanho, potência e capacidade de consumo atinge e atende um mercado cada vez mais exigente. [...] Com o espírito de investidores, indivíduos foram se destacando na aquisição de máquinas e embarcações maiores para atrair passageiros e transportar cargas. Os rios do Amazonas-Negro, Solimões e seus afluentes - foram presenciando a evolução das máquinas e sentindo o peso das embarcações. Barcos de linha de 18, 20 metros construídos em madeira, aos poucos vão sendo substituídos por barcos de 30, 40, 48 metros, construídos em chapa de aço. Barcos, com capacidade para 826 toneladas brutas conduz 625 passageiros; barco para 149 toneladas de carga bruta, conduz 330 passageiros ou barco de 42 metros de comprimento conduz 486 passageiros. Essa realidade é constatada em todos os portos dos municípios amazônicos. (MATOS, 2015, P.152).

Visto sob o ponto de vista de Wagley, a concentração de uma densa demografia apenas em dois centros urbanos concentrou a oferta de empregos, serviços específicos na área da saúde e educação superior, produção de bens de consumo, entre outros, levando ao atraso dos municípios menores, assim como ao atraso das comunidades rurais no que se refere ao desenvolvimento de uma produção agrícola de acordo com as exigências do mercado consumidor, a intervenção no sentido de possibilitar maior acesso entre os centros urbanos e o interior, permitiu que a realidade, hoje fosse um pouco diferente daquela experimentada por Wagley, embora em grande parte das pequenas comunidades rurais a situação ainda seja precária.

É nesse sentido que na literatura clássica sobre a Amazônia a obra de Charles Wagley - *Amazon Town: A study of man in the tropics*, de 1953, aborda sobre o atraso da região. Segundo Silva (2010, p. 152), Wagley “procura entender o “atraso” da Região a partir de aspectos culturais específicos do homem do Vale Amazônico, em face das mudanças que estava em curso, mudanças estas engendradas pelos grandes projetos desenvolvimentistas do governo brasileiro para a Amazônia”.

A formação de grande parte das comunidades amazônicas se deu a partir das três matrizes étnica – o negro, o branco e a indígena. Wagley (1998, p. 53), afirma que “a cultura brasileira contemporânea é formada pela fusão de três tradições culturais. As tradições, a linguagem e as instituições leigas e religiosas trazidas da Europa para o Novo Mundo pelos portugueses são os padrões culturais que, predominam em todo o país”. Outra situação merecedora de uma breve discussão são atribuições de um determinismo geográfico que transformou o amazônida em um elemento característico da própria natureza endêmica.

Através de características históricas, sociais e culturais são produzidos ou acentuados os padrões organizacionais em todas as dimensões – sociais, políticas, espaciais, entre outras. Nesse sentido, como afirma Wiggers (2012, p. 30) “o uso nativo do termo

comunidade também foi formulado em um contexto de lutas políticas e afirmações identitárias. A utilização do termo comunidade para definir os agrupamentos humanos na zona rural do Amazonas é um fenômeno recente”. A autora complementa que “comunidade é um termo de uso recente, inspirado na atuação da igreja católica junto às populações rurais do Amazonas”.

É a partir dessas características conceituais de estudos sobre comunidades que passamos a apresentar a comunidade Nossa Senhora de Fátima<sup>2</sup>, na curiosa busca em desvelar os processos que marcaram sua formação histórica, por meio do protagonismo de dois sujeitos, o que busca a tão sonhada terra (prometida, o paraíso perdido, o Eldorado) e aquele que já possui a terra, uma relação que se estabelece a partir das necessidades de ambas as partes. Necessidades essas que são fortalecidas pelas relações, ora pelo trabalho, ora por amizade, construídas durante anos às margens de um igarapé ou nos serviços diários do trabalho entre dois personagens que iremos relevar ao longo do texto.

E no segundo momento a comunidade a partir de novas figurações e representações sociais dentro de um contexto econômico social e político marcado pelas relações sociais. E para melhor compreender, esse processo, nos apropriamos do conceito de configuração, extraído de Norbert Elias (1980, p.141-42) o qual tem intuito de abrandar o precipício existente entre o indivíduo e sociedade e, assim, tal ponto de vista, “serve, como um simples instrumento ‘conceptual’ que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos, como se o indivíduo e a sociedade fossem antagônicos e diferentes”.

Ora, isto além de ocasionar dificuldade de incluímos em nossos pensamentos e discursos, e por deveras vezes são referidos como se estivessem alheios à sociedade, é como se entendêssemos que essas forças sociais não tivesse nenhuma relação com os sujeitos, e fossem separados do mundo humano, é como se ambos não fossem criados pela sociedade, e por isso, “tendo presente que as forças sociais, as pessoas sobre si mesmas e sobre os outros, é ainda muito difícil quando falamos e quando pensamos, precavermos contra a pressão das estruturas verbais e conceptuais”<sup>3</sup>. E tais as relações estabelecidas não devem ser analisadas por um único caminho ou um padrão como afirma Elias (1980) mas devemos partir de outros pressupostos que nos permitam enxergar por outros ângulos como o da

---

<sup>2</sup> A partir deste ponto, utilizaremos no nome Fátima para indicar a comunidade da qual tomamos como objeto de estudo desta pesquisa, como forma de não levar a redundância textual.

<sup>3</sup> , ELIAS, Norbert (1980, p.20-21)



“totalidade de suas ações nas relações que sustentam uns com os outros”<sup>4</sup>, permitindo-nos perceber que as questões vivenciadas pelos indivíduos e sociedade.

#### 1.4. Trajetórias, formação e constituição da Comunidade de Fátima

*Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida - ninguém, exceto tu, só tu. Existem, por certo, atalhos sem números, e pontes, e semideuses que se oferecerão para levar-te além do rio; mas isso te custaria a tua própria pessoa; tu te hipotecarias e te perderias.*

*Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue-o!*

*Friedrich Nietzsche*

A aventura em busca da terra inicia por meio das várias desventuras vividas por um homem vindo do município de Coari em busca de melhores condições de vida para seus familiares. O trabalho com agricultura, a venda de carvão e o cuidado com o gado foram algumas das atividades exercidas por seu Nelson Gonçalves para garantia da subsistência de sua família em meio ao sonho de uma vida melhor na cidade de Manaus, nos anos de 1960. Essa aventura e sonhos de alcançar melhores condições de vida foi o que levou muitos nordestinos a enfrentarem a selva e seus perigos, mas transformando desafios em conquistas, num processo que representaram alguns dos fluxos migratórios comuns para a região.

A demografia da cidade de Manaus, oriunda nos movimentos migratórios, após a segunda metade do século XX, teve influência das estratégias de desenvolvimento do governo federal para região como forma de modificar a imagem de região atrasada. Segundo Wagley (1988, p.140)

A migração para Belém ou Manaus, ou para alguma outra pequena comunidade do Vale Amazônico, não só elimina a lembrança da baixa origem de família como permite a um indivíduo das classes mais baixas formarem novas relações, escapando, assim, às pessoas de classe mais alta que se habituara a acatar.

---

<sup>4</sup> Elias (1980, p.142)

Esses movimentos humanos se alinham a história de nosso personagem, uma vez ser oriundo do interior do estado do Amazonas. Sua primeira moradia na capital do Estado foi em um flutuante próximo à feira da banana, também conhecida como feira da “**Panair**”. Sua moradia fazia parte da configuração de habitações da chamada “cidade flutuante”, que teve o seu fim nos anos de 1967 como estratégias de melhorar a aparência física e as condições de higienização como processo de embelezamento da cidade. Costa Júnior e Nogueira (2010, p.191) afirmam que “no intuito de melhorar a aparência da orla de Manaus para atender, por conseguinte, aos ideais do Parque Industrial de Manaus em 1967, o Governador do Amazonas, naquela época, Arthur Reis, removeu os moradores da Cidade Flutuante [...]”, esse processo fazia parte da política de embelezamento da orla da cidade de Manaus.

Após despejo, que removeu as moradias ali localizadas, inicia-se a partir deste momento a busca por um “pedaço de chão” pelas margens do Rio Negro, região do Tarumã-Açú. O traslado de um lugar ligado à hidrologia fluvial para outro, como fizera o senhor Nelson, faz parte daquilo que Souza (2010), ao citar Samuel Benchimol, compara o homem da região amazônica como um ser hidróbio (1964) “que chegando à capital procuraria instintivamente ‘o meio ambiente para se fixar nas casas palafitas nas beiras dos igarapés ou nas casas flutuantes’” (SERRA e CRUZ, 1964, p.20, *apud* SOUZA, 2010, p. 162).

Numa posição reflexiva, Matos (2009) se posiciona, que o rio é uma referência para o amazônida, onde “*o modo de vida de homens e mulheres residindo em comunidades ribeirinhas vincula-se a água, ou melhor, ao rio como referência geográfica no espaço amazônico [...] a história do Amazonas estabelece uma relação direta com a água*”, ou seja, o rio proporcionou ao amazônida maior mobilidade humana, ampliou as redes de interdependência e modificou as relações sociais<sup>5</sup>.

Essas características de homem amazônico ligado a uma hidrologia fluvial acompanham esses indivíduos em seus movimentos de deslocamento de um lugar para outro e a sua relação não apenas com a água, mas com sua identidade. Isso levou a procurar as margens de um igarapé, onde encontraria meios de subsistência como alimentação, moradia e trabalho. Nesse lugar inicia o contato com o Sr. José Sobreira do Nascimento, proprietário das terras ocupadas por Sr. Nelson, dando início a uma breve relação. Este processo já

---

<sup>5</sup> MATOS, Gláucio. Amazonas a marca da água e o uso do rio. Artigo publicado no XII Simpósio Internacional Processo Civilizador realizado em Recife em novembro de 2009.

apontado por Wagley (1988) nos movimentos migratórios dos indivíduos das classes mais baixas a formar novas relações.

A relação entre ambos foi marcada pelo trabalho e estabelecida pela confiança, contrariando a relação de conflito tão usual nos tempos contemporâneos e atuais. É em meio a esses acontecimentos que nos aproximamos do contexto histórico que permeia a formação da comunidade de Fátima, com o interesse de manter a sensibilidade em torno do objeto pesquisado. Quando nos referimos à sensibilidade, retomamos a dois contextos: a sensibilidade do pesquisador em perceber o que há de essência ou essencial em cada conversa, em cada diálogo. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2000), ao discorrer sobre o trabalho do pesquisador, a “domesticação do olhar”, é mediada pelo ouvir num jogo de interdependência. Oliveira destaca que o nosso objeto de pesquisa sofre constantes alterações, independentemente de qual seja esse objeto, porque nosso esquema conceitual, por cujos caminhos disciplinados percorremos, ao longo da nossa vida acadêmica, “funciona como uma espécie de prisma, meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração – e [nos] é permitida a imagem” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p.20), embora segundo Oliveira, não somente o olhar influencia nessa mudança, mas todo o processo de conhecimento ao qual somos submetidos, mas é pelo olhar que essa refração pode ser melhor compreendida, principalmente quando nosso sentido do ouvido é ativado, buscando-se captar pelo olhar e pela escuta o mundo no qual estamos adentrando.

O outro é a sensibilidade de cada gesto, cada modo de agir dos sujeitos da pesquisa. Essa percepção é possível mediante a convivência durante o trabalho de campo, o qual possibilitou o estudo descritivo da comunidade e de seus moradores, dados os contatos que foram mantidos em ocasiões anteriores no período de 2010 a 2014, por meio de um projeto de extensão acadêmica, que possibilitou os primeiros contatos, os primeiros olhares sobre a comunidade e seus moradores.

#### **1.5. A travessia do Rio Negro que leva ao local da comunidade.**

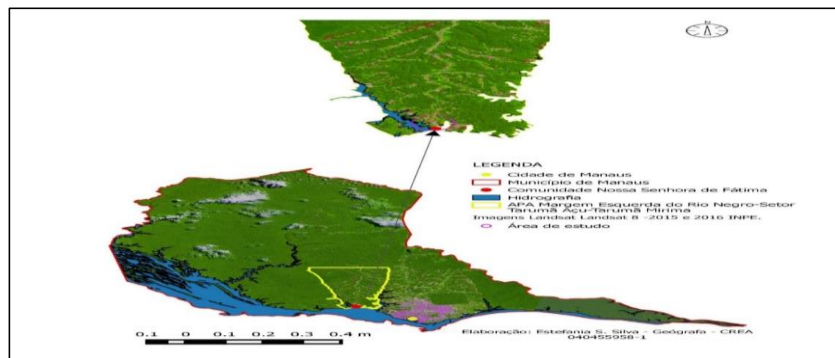
*A medida que viaja, o viajante se desenraíza,  
solta, liberta. Pode lançar-se pelos caminhos  
e pela imaginação. Atravessar fronteiras e  
dissolver barreiras, inventar diferenças e  
imaginar similaridades.*

*Octávio Ianni.*

As histórias que se tecem sobre a Amazônia têm suas narrativas a partir do rio, diz-nos Ana Pizarro (2012, p.18). A vida na Amazônia tem como um dos fios condutores os rios, lembra-nos Leandro Tocantins: “Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização - comandam a vida no anfiteatro amazônico” (2001, p.278). É quase impossível falar sobre a Amazônia, tratar sobre os lugares, sobre as comunidades, sem fazer referência aos rios, esses que são as ruas por onde deslizam os barcos e canoas, voadeiras e rabetas, e através dos quais os homens que vivem nas comunidades amazônicas transitam e estabelecem seus comércios. Na Amazônia, comunidades e rios se cruzam, formam um labirinto perfeito. As comunidades perfilam-se, emendam-se numa quase silhueta.

E é quando se entende essa silhueta, onde estão as comunidades amazônicas, que também se pode fazer uma abordagem mais consistente sobre a localização da comunidade rural, cujas singularidades implicam conhecer as especificidades do *locus* da pesquisa, que faz parte do complexo que compõe a Amazônia. A pesquisa foi desenvolvida na APP Tarumã Mirim, que está inserida na Área de Preservação Ambiental (APA), margem esquerda do Rio Negro, localizado nas proximidades da cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, cidade com população estimada de 2.020.301 habitantes (IBGE, 2014). A APP é circunvizinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé na zona fisiográfica da margem esquerda do Rio Negro. (Figura 1). O acesso pode ser feito por via terrestre, através do Ramal Pau Rosa, localizado no km 21, à margem esquerda da BR-174, ou por via fluvial, através do igarapé Tarumã-Mirim, afluente do Rio Negro pela sua margem esquerda.

**Figura 01 – Mapa de Localização da Área de Estudo**



FONTE: Silva, 2017.

A área do Tarumã constitui um importante espaço geográfico próximo à zona urbana da cidade de Manaus, onde as modificações da paisagem estão diretamente relacionadas com forte tendência de ocupação humana e expansão de suas atividades. O conceito de paisagem é trabalhado a partir da teoria de Sauer (1925 apud CORRÊA, 1998) que passou a compreender a geografia de maneira integrada, privilegiando, ao mesmo tempo, os fatores naturais e sociais, inserindo a compreensão da categoria paisagem como elo integrador desses fatores que ressaltando que qualquer definição da mesma, única, desorganizada ou não-relacionada, não tem valor científico, e divide o conteúdo da paisagem em duas partes: o “sítio”, que representa o somatório dos recursos naturais; e a sua expressão cultural, ou a marca da ação do homem sobre uma área.

O principal empreendimento de ocupação em execução na área do Tarumã é o Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, que foi criado pela Resolução Nº184/92, de 20/03/1992 (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 1999). Na área do Tarumã/Mirim existem várias comunidades ribeirinhas, entretanto, as localizadas próximas à cidade de Manaus e mais povoadas, com maior movimentação de pessoas (e embarcações) são a Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Livramento e São Sebastião, sendo esta com menor fluxo de pessoas (PASCOLATO et al. 2009).

As formas de organização dos locais das comunidades rurais da Amazônia, embora complexas, são articuladas entre si, característica da comunidade Nossa Senhora de Fátima, palco de inquietações e curiosidades que foram formadas ao longo de quatro anos durante o desenvolvimento de atividades extensionista vinculadas a instituição de ensino superior,<sup>6</sup> o que permitiu o contato com esta e outras comunidades, a exemplo de (Livramento, Ebenézer, Julião e Abelha) também localizadas nessa região.

O espaço que nos remete à comunidade é repleto de encantamentos, a começar pelo caminho que percorremos em embarcações motorizadas conhecidas como “voadeira”<sup>7</sup>, num tempo estimado de 15 minutos a 20 minutos, considerando que a voadeira é utilizada como transporte público, embora pertença à empresa privada, e tem um roteiro de paradas que

---

<sup>6</sup> O interesse pela temática de pesquisa é decorrente das observações realizadas no período de execução do Projeto de Extensão de Educação Ambiental (PROJEAM) do curso de Serviço Social no Centro Universitário do Norte (UNINORTE), entre os anos de 2012 a 2014. O Projeam tinha como objetivo central fomentar mecanismo que viesse contribuir com a educação ambiental. Este projeto atuava tanto na área urbana nos Parques Residenciais do PROSAMIM, quanto na área rural nas comunidades do entorno de Manaus.

<sup>7</sup> Voadeira – tipo de embarcação fluvial, formada por uma estrutura e casco de metal movida a motor, geralmente feito de alumínio, estas possuem um valor mais elevados, onde sua compra geralmente ocorre para fins comerciais (transporte de passageiros) ou turísticos privados.

ocorre a partir da escolha dos usuários desse serviço. A comunidade é bem próxima da capital. E de acordo com Matos (2009, p.24) as mudanças relativas as mobilidades da comunidade, rural e urbano, passam a ser analisados do ponto de vista do processo de transição uma vez que atravessa a comunidade, porque o que antes era distante passa a ser considerado próximo, e a percepção de espaço e tempo é observada pelos moradores a partir dessas mudanças.

Ao referir-se sobre o “par de oposto rural e urbano”<sup>8</sup>, como elemento do mesmo processo, observa-se que os moradores chamam a área onde estão instalados as igrejas, os comércios, a escola, o posto policial e o posto de saúde e o espaço onde são cultivadas as plantações os moradores denominam de sítio. E para estes a comunidade de Fatima, considerada uma ambiência rural pelos participantes da pesquisa, no entanto, o lugar onde trabalham, cultivando e produzindo, consideram como “o lugar mais distante da casa, porém e mais próximo da mata”, o “centro,” que também aos poucos vai se transformando e passando pelo processo de transição<sup>9</sup>.

Agora quero me referir a estas voadeiras que são responsáveis pela travessia fluvial pelo Rio Negro das comunidades para a capital e vice-versa, esse meio de transporte é bastante utilizado pelos moradores que veem uma comodidade nesse processo de locomoção. Esse serviço de transporte fluvial está organizado através de cooperativas, sendo a mais antiga a COOPACAMDAF (Cooperativa dos Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do David à Fátima), Segundo Coutinho e Rodrigues (2012), é a cooperativa responsável pelo transporte fluvial de passageiros na Marina do David, e é fiscalizada pela Capitania dos Portos do Amazonas, de acordo com a legislação nacional de navegação-NORMAN (Norma de Autoridade Marítima) e a Marina do David é regida pela NORMAN 03, que estabelece os procedimentos para o cadastro e as regras de funcionamento.

Essa cooperativa foi criada em 01 de outubro de 2007 e passa por um processo de fusão em 2010 com a COOPMARD, aumentando o seu número de cooperados de 27 para 62 Aquaviários. Ainda é possível observar a existência de “rabetas”<sup>10</sup>, canoas e grandes embarcações que estão nesse tráfego fluvial constantemente.

#### **Figura 02 – Marina do Davi.**

---

<sup>9</sup> Matos (2015)

<sup>10</sup> Rabeta – tipo de embarcação fluvial, formada por uma canoa com um motor de popa. Esse modelo de embarcação é comum no Estado do Amazonas, considerando seu baixo custo e sua versatilidade em períodos de secas dos rios.



FONTE: Google Earth, 2017.

Nos minutos de travessia, é possível contemplar a beleza natural do Rio Negro, que por sua vasta extensão, não permite enxergar o que tem do outro lado. Esse manancial de água negra, que se move de forma tranquila na maior parte do tempo, durante o percurso até a comunidade, pois os “banzeiros”<sup>11</sup> não são tão fortes, uma vez que percorremos a margem e não a parte central do rio. Após essa contemplação, é possível observar os grandes barrancos de terra vermelha, arborizados, criando uma sintonia perfeita com o vento que bate de forma suave no rosto, o balanço das águas do rio e a modificação do tempo que parece desacelerar.

**Figura 03 – Paisagem que forma o caminho até a comunidade de Fátima.**



FONTE: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2017.

<sup>11</sup> O termo banzeiro é comumente utilizado na região Norte e significa a movimentação das águas quando da passagem de embarcações ou fruto da formação de ventos. Este pode ainda ser comparado a pequenas ondas do mar.

Após esse contato inicial, passamos a contemplar outro processo, e este está condicionado ao período que se faz a travessia no rio negro, pois atravessado pelo fenômeno das “vazantes e cheias”,<sup>12</sup> vai acarretando mudanças na paisagem que se diferencia na interatividade juntamente com os elementos que o circundam.

Um desses elementos é a “praia da Lua”<sup>13</sup>, onde no período da vazante, é possível contemplar uma extensão maior da praia, diferente das praias de outros estados do Brasil, pois tem bastantes árvores e, por consequência, muita sombra, sendo possível visualizar os banhistas com redes atadas, pequenas barracas, cadeiras de praia, ou fazendo uso dos pequenos pontos comerciais do ramo alimentar, ou seja, neste período é bastante frequentada, enquanto na cheia a paisagem é modificada, a água encobre a maior parte da areia e abre-se um novo cenário formado pelas árvores que desafiam as cheias possibilitando sua contemplação.

**Figura 04 – Praia da Lua em período de vazante**



FONTE: Arquivo pessoal da pesquisadora

<sup>12</sup> Filizola et al. (2002) afirmam que as cotas registradas no Rio Negro pela estação de Manaus são fortemente influenciadas pelos níveis do Rio Amazonas, não correspondendo à vazão do Rio Negro. Este fenômeno ocorre quando um Rio de maior volume hídrico, represa a água de seu afluente de menor volume ocasionando o fenômeno conhecido, também, como efeito de barramento hidráulico, largamente observado em todos os afluentes do Rio Amazonas (MEADE et al., 1991) O regime hidrológico do Rio Negro é considerado do tipo equatorial, conforme Molinier (1995) apud Filizola et al., (2009). Esse regime é caracterizado por apresentar dois picos de descarga. Do mesmo modo, o referido Rio apresenta dois picos de cheia. O primeiro, entre os meses de janeiro a março e o segundo, entre maio e julho. Tal fenômeno ocorre quando os rios Amazonas e Negro encontram-se com suas cotas máximas, no trecho de confluência, na cidade de Manaus (Encontro das Águas). GLÓRIA (2012) apud Filizola et al., (2009).

<sup>13</sup> A praia da Lua é uma das praias mais frequentadas do Rio Negro, fica distante a apenas 10 minutos de lancha saindo de Manaus e atrai uma série de turistas no período da vazante. “De frente para o Rio Negro, e dotada de uma fina areia branca, a Praia da Lua se revela um ótimo local para relaxar e observar, não muito longe dali, o skyline da Ponta Negra e a Ponte Estaiada. Seguindo em direção às árvores, o visitante se depara com um braço de rio que corta a Praia por trás, formando uma bela enseada rodeada de verde que convida a um mergulho. De volta à margem do Rio Negro, do lado esquerdo da praia, a visão que se tem do pôr do sol é belíssima. Fonte: <http://oeldoradoaqui.blogspot.com.br/2010/11/praias-da-lua-e-do-tupe-manau.html>. Acesso em 10.04.2017.



**Figura 05 – Praia da Lua em período de cheia**



Fonte: <https://marcosocosta.wordpress.com>. Acesso em 15/04/2017.

Essa paisagem é alterada com a imagem das grandes casas de veraneio envidraçadas, com muito concreto, portos de embarcações privadas, algumas com iates, *jet skis*, com pouco ou quase nenhum habitante na maioria do tempo. Tenho apenas uma única recordação ao atravessar o rio e ver, num desses portos, uma reunião de um grupo de pessoas, no entanto, até mesmo estas casas parecem estar sujeitas a uma nova “dimensão” do tempo, criando um cenário paradisíaco com o recurso das belezas naturais, numa poética do espaço, ou poética do lugar, anunciando a proximidade da comunidade. Como ressalta Matos (2009, p117):

Nossa história é marcada por quem aqui chegou e não pela história de quem aqui estava. É uma história marcada pela orientação econômica, pela orientação religiosa, pela orientação de uma sociedade que não admite indolência, pela orientação de um sistema educacional, da ciência, tecnologia e das artes. Nossa história é marcada por uma diversidade de figuras de quem aqui vivia.

As modificações avistadas na paisagem que anunciam a aproximação da comunidade de Fátima, fazem parte de um processo de transição impulsionados pela colonização e as várias formas de orientações que foram formando as comunidades amazônicas a partir do olhar externo e das necessidades internas.

A comunidade vai tomando outros contornos e nessa ótica de transitória, é possível perceber que alguns elementos que outrora não faziam parte do cotidiano, isto é, diversão diferenciada das práticas do lugar. E geralmente tais práticas também tem intuito de lucrar,

isto é, o âmbito econômico do lazer, visto que alguns se divertem outros tentam retirar dos rios, rentabilidade econômica, ou seja, alugando esses materiais como forma de lucro.

Portanto, o lazer de quem vem para a comunidade é diferenciado do lazer da comunidade. Matos (2015, p.11) denomina de lazer elitista “como um bem de consumo que poucos podem usufruir, dados os valores pagos as empresas do ramo”. Esse tipo de lazer, tem sempre um discurso de colaboração e contribuição para o trabalho nas comunidades e especializar mão de obra. No caso do segundo as emoções e os objetivos são outras, visto porque o lazer destes locais se baseiam num simples jogo de bola, sem ganhar nada em troca e muito menos, explorar economicamente os participantes.

Nas proximidades da comunidade, não mais no Rio Negro e sim no igarapé de São José, é possível avistar a formação de um pequeno povoado, as primeiras habitações que se apresentam são as casas flutuantes de madeiras com cores variadas, formando um colorido arco-íris, ancoradas tanto na margem esquerda quanto na margem direita do igarapé. Logo após, tem-se a certeza de estar na comunidade de Fátima (Figura 02), pois estamos diante do porto que dá acesso a comunidade, e em seguida é possível contemplar um conjunto de outras habitações, algumas de madeiras, alvenarias, mistas, e estilo veraneio que se estendem por toda a frente do local.

**Figura 06 – Frente da comunidade de Fátima**

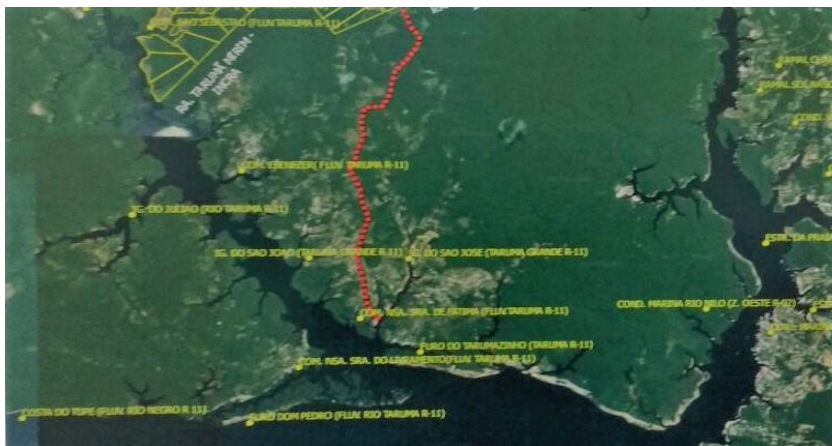


Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2012.

A localização desta comunidade se dá na confluência do igarapé do Tarumã-Mirim com o Rio Negro, sendo esta a mais próxima da capital Manaus (aproximadamente 10 km), considerada uma das maiores com (3.000 (três mil) metros de frente e 7.000 (sete) mil metros de fundos), (Figura 03) e uma das mais movimentadas dessa região. Tal afirmação

justifica-se pelo acesso que se dá tanto pela via fluvial, através do Porto principal da Marina do Davi, localizada na estrada da Ponta Negra, que dá acesso aos moradores do Tarumã à zona urbana da cidade de Manaus, quanto pela via terrestre, por meio da BR-174 (Manaus-Boa Vista), final do ramal do km 21, com oitenta quilômetros de estrada de barro, é de difícil locomoção em decorrência das estradas vicinais estarem acidentadas e não possuírem cobertura asfáltica, logo o tempo de duração do trajeto demora em média 1 hora e 30 minutos, e em dias chuvosos esse tempo dura um pouco mais. Devido a essa situação os moradores da comunidade optam por utilizar as lanchas, sendo a via fluvial o meio de transporte mais utilizado.

**Figura 07 – Mapa da comunidade de Fátima**



FONTE: Google Earth, 2017.

Confluente à comunidade de Fátima, estão as comunidades de Livramento, Julião, Colônia Central, Tatu, São João do Lago do Tupé e Agrovila como vizinhas na mesma margem, sendo que estas abrigadas dentro da RDS do Tupé criada pelo Decreto 8044/2005, com 11.973 ha, com a finalidade de proteger as populações tradicionais, que mantêm uma relação sustentável na exploração de recursos naturais. Apresentando grande potencial turístico, atraindo centenas de pessoas durante todo o ano, embora a comunidade de Fátima não esteja dentro da RDS, esta procura estabelecer contato permanente, realizando ações coletivas voltadas ao benefício dos moradores, ou ainda, participando de ações com caráter reivindicativo na prestação de serviços por parte do Estado.

A comunidade não possui uma gestão política territorial, não sendo possível informar seu tamanho territorial com precisão, logo foi necessário recorrer as informações

do IBGE a partir do conceito de Setor Censitário: O setor censitário é a unidade territorial de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político administrativa, dos quadros urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta. ([https://ww2.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html](https://ww2.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html)).

A comunidade de Fátima possui dois setores censitários que passaram a ser organizados a partir do ano de 2010, sendo possível visualizar seu quadrante territorial. A comunidade conta com uma população de setecentos e trinta e sete (737) pessoas que constituem cento e noventa e quatro (194) domicílios. Esta população é formada por crianças, jovens, adultos e idosos, sendo predominante a população adulta. (CENSO, IBGE, 2010).

**Figura 08 – Quadrante que demarca os dois Setores Censitários da Comunidade de Fátima**



FONTE: Google Earth, 2017.

É a partir desse breve contexto do local que iniciaremos a apresentação dos aspectos históricos que correspondem a formação da comunidade, essa descrição ocorre a partir dos relatos do Senhor Romildo Gonçalves<sup>14</sup>, filho do senhor Nelson Gonçalves, que a partir do que fora vivido na companhia de seu pai, passa a se tornar um dos protagonistas na construção dos aspectos organizacionais da comunidade.

<sup>14</sup> Entrevista realizada no dia 9 de janeiro de 2017.

## 1.6. Historicizando a formação da comunidade a partir do protagonismo dos sujeitos

*As únicas pessoas que realmente mudaram a história foram os que mudaram o pensamento dos homens a respeito de si mesmos.*

*Malcolm X*

O Senhor Nelson Gonçalves de Farias tinha atividade agrícola quando migrou do Município de Coari para Manaus, na década de 1960, com sua esposa e seus onze filhos. Inicialmente, residiu em uma casa flutuante<sup>15</sup>, no bairro de Educandos, localizado na Zona Sul da cidade, e após o episódio da retirada dos flutuantes desta área, iniciou a procura por terra e trabalho na área do Tarumã. A moradia do sr. Nelson fazia parte do cenário social conhecido como “cidade flutuante”, que eram construções feitas em cima de troncos de árvores como forma de dar sustento as estruturas das residências. De acordo com Souza (2010, p. 151);

Ela existiu entre os anos de 1920, quando o “fausto” exclusivista da borracha chegou ao fim, e 1966 quando, em meio a uma política de “integração” nacional dos governos militares, implantou-se na cidade uma zona franca de comércio, cujas metas de modernização e progresso da capital amazonense não incluíam a “cidade flutuante”, pelo contrário, passavam pela sua completa destruição.

Essa política não incluía a perda dos sonhos ou a sensibilidade de perceber que as águas mantinham esses homens e mulheres em constante relação. Esse elo levou nosso personagem a buscar novamente um espaço aproximado a sua essência hidróbica, além do seu contato com a floresta. Com isso, a luta pela sobrevivência da família exigia o desdobramento do senhor Nelson na realização de várias atividades, como agricultura, a pesca, a produção do carvão e o cuidado do gado, a escolha desse local ocorre pela abundância de terras, caça e pesca numa época em que garantia a sua sobrevivência, a sobrevivência da família.

---

<sup>15</sup> Casa flutuante - é um tipo de moradia muito comum na Amazônia, estas passam a ser adotadas por moradores das áreas rurais e urbanas que estão localizadas nas ribeiras estas próximas ao centro da cidade. Um outro fator que influencia na escolha por casas flutuantes ocorre por possibilitar um contato mais direto com o rio, onde este passa a ser concebido como a vida, a estrada e a terra dessas pessoas que tem na comodidade da mobilidade e na prevenção dos constantes períodos de enchentes e vazantes uma forma de prevenção

No percurso que faz nas terras do Tarumã-Mirim, passa a residir inicialmente na praia da Lua. Nesse local passou a desenvolver atividade de carvoeiro, considerando o grande potencial de matéria prima existente. O carvão era embalado em sacas e comercializado em Manaus. Esse processo exigia um deslocamento de 6 horas a remo em uma pequena canoa, até o porto principal da cidade, no entanto, essa atividade foi interrompida, considerando que as terras localizadas nessa região já pertenciam ao sr. José Sobreira do Nascimento, que enviou um gerente das terras informando que os mesmos deveriam se retirar do local. A comunidade passa pelo “processo de transição<sup>16</sup>, e atualmente, a viagem para a capital leva menos de 1 hora e nessa lógica, as embarcações são mais rápidas por serem motorizadas como por exemplo, as lanchas e barcos de recreios utilizadas como principais meios de transporte pelos comunitários.

E foi logo após esse episódio que o sr. Nelson continuou a subir o rio a procura de um novo local para ele e sua família, sendo a próxima parada as terras onde está localizada a comunidade de Fátima. A permanência do senhor Nelson nessas terras foi possível por um tempo maior, uma vez que o proprietário precisava de mão de obra para ajudar na pedreira, que fica no “Tatu”, localizada a alguns quilômetros de distância da comunidade de Fátima, enquanto exercia a atividade de na criação de gado.

As novas configurações estabelecidas entre o sr. Romildo e o dono da terra garante moradia na localidade para muitos sujeitos. Logo, esse morador se tornou o principal articulador das demandas do espaço após a morte de seu pai. A permanência nas terras onde se situa a comunidade de Fátima, foi cedida para o pai do sr. Romildo para que o mesmo passasse a residir com sua família. O local cedido, embora oferecesse possibilidade de moradia era isolado e não dispunha de nenhuma infraestrutura o que passou a ser motivo de inquietação anteriormente. O lugar surgiu de um pequeno número de pessoas ultimamente vem se transformando, e algumas benfeitorias foram realizadas, como a escola, posto de saúde e a delegacia, e aos poucos, atrai moradores que também não deixa de colaborar para a “perspectiva de transição”<sup>17</sup>.

O jovem Romildo frequentava um grupo de jovens da igreja católica localizada no bairro da Matinha em Manaus. Durante as reuniões e missa de domingo inicia a ideia de formação da comunidade. Essa ideia foi socializada com seu pai e após dois anos que residiam nas terras que seria a comunidade, iniciam a caminhada para autorização junto ao proprietário, um processo de pretensões, aceitações, renúncia entre os futuros comunitários

---

<sup>16</sup> Matos (2015)

<sup>17</sup> Matos (2015, p.24)

e o proprietário das terras. Como podemos observar, no início de sua fundação, a comunidade constava com apenas uma família e conforme o passar dos anos o local tem um número de moradores bem maior de pessoas convergindo para o espaço. E com o número crescente de famílias, algumas delas, acabam indo morar no “centro que deixa de ser centro”<sup>18</sup> ou no sítio que deixará de ser sítio<sup>19</sup>e, logo estará povoado e não será mais mencionado como um lugar perto da mata.

Antônio Candido (CANDIDO, 2010, p.71), nos seus estudos sobre as condições de vida do caipira paulista e os tipos de povoamento das comunidades do interior de São Paulo, destaca que, naquela região, a ocupação da terra deu-se por meio de povoador anônimo, aldeias de índios, fazendas (sesmarias), capela, pouso, tipos de povoamento que o sociólogo aponta como pontos de apoio da civilização, centros de dominância em regiões mais ou menos amplas e povoamento mais ou menos disperso, lugar ainda pouco habitado, intercâmbio de comércio de que se servem os moradores de outras comunidades.

Candido observa que o intercâmbio comercial entre o povoado maior e os outros menores, que não dispõem de um ponto comercial, estabelece o contato entre moradores das diversas comunidades. Esse, certamente, é o caso da comunidade de Fátima, se associada ao seu processo de formação, que se deu a partir dos esforços de um povoador anônimo, sr. Nelson, que buscava um pedaço de terra para trabalhar e onde pudesse construir sua moradia, e o ponto de contato que serve, hoje, a comunidade com as demais comunidades. Por ser uma vila bastante desenvolvida, grande parte do comércio é feita com outras comunidades, quando não podem se deslocar para fazê-lo em Manaus.

Ainda, tratando da relação entre a formação da comunidade e os laços que se tecem entre os moradores e outros das proximidades, Candido (p.72) destaca que a análise sobre a própria história de vida dos povoadores anônimos torna-se um tanto difícil, uma vez que sua história está atrelada ao seu modo de vida, aos contatos que eles estabelecem com a comunidade e com outras adjacentes, sempre se atentando para as formas de sociabilidade, pois os moradores dos povoados mais desenvolvidos geralmente são aqueles que também residem nos povoados pequenos, onde exercem atividades da lavoura principalmente.

A apresentação dos motivos de Sr. Nelson e Sr. Romildo acerca da necessidade de formação da comunidade ao sr. José Sobreira do Nascimento, foram expostos a partir da necessidade que estes tinham de estudar, ir à igreja e um local para a prática desportiva do

---

<sup>18</sup> Matos (2015)

<sup>19</sup> Lugar designado pelos moradores da comunidade de Fátima como local onde cultivam suas plantações e produção de farinha.

futebol, sendo relatado por ambos os sacrifícios que faziam ao irem de remo até Manaus. A proposta apresentada foi rejeitada pelo proprietário que alegou ter receio em trazer gente estranha para suas terras.

E após alguns meses, com base em conversas posteriores entre ambos, o proprietário acata o pedido para a formação da comunidade, no entanto, solicita que o sr. Nelson convide apenas famílias que fossem conhecidas do mesmo, passando assim a constituição das primeiras famílias moradoras da comunidade. Sendo elas: a família do sr. Nelson Gonçalves de Farias e Francisca Gonçalves de Farias e seus filhos; Raimundo Mota Montenegro e Maria do Carmo Montenegro; Marciano Oliveira da Rocha e Gelsa Oliveira da Rocha com seus filhos e Francisco Uchôa do Nascimento que era solteiro, dentre esses o sr. Marciano Oliveira da Rocha é o único que continua vivo, porém não reside mais na comunidade, sendo atualmente morador do bairro da Matinha na cidade de Manaus e está com 92 anos, fato histórico relatado pelo Participante 04: *Quando eu vim para cá só tinha duas famílias, tirando a do Romildo que são os fundadores daqui essas famílias já até morreram, que eram os pais do Romildo e um que era meu vizinho. Só está eu aqui*

A comunidade embora já tivesse as suas primeiras famílias, estas ainda tinham que lidar com as dificuldades para o estudo e a realização das reuniões da igreja, sobreviviam da pesca, da plantação de alguns alimentos, como a macaxeira e a produção do carvão, sendo estes comercializados na orla de Manaus, além do trabalho da pedreira e da criação de gados que era executado apenas pela família do Sr. Nelson.

A persistência de s.r. Nelson e s.r. Romildo fizeram com que o senhor José Sobreira do Nascimento, autoriza-se: alguns anos depois a formação e organização da comunidade, por meio da distribuição de lotes de terras, este passa a ser o protagonista também deste processo, estabelecendo a forma como essas terras seriam divididas: uma área para moradia (espaço denominado de centro) e outra para plantação e criação de animais (espaço denominado de rural) pelos moradores, o que relata o Participante 04: *quando o Romildo organizou Junto com a Escola nem Igreja não tinha ainda.*

Os lotes do centro foram divididos no tamanho de 20 metros de frente por 40 metros de fundos e foram organizados até o segundo quilometro da comunidade. Enquanto na área rural foram divididos no tamanho de 250 metros de frente por 500 metros de fundo até o quilômetro sete, final da comunidade e início das terras que passou a ser conhecida como Assentamento do Incra<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> O assentamento do Incra Visando estabelecer a ocupação de áreas da União na zona rural do município, o Estado brasileiro criou através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e por meio



A distribuição dos lotes inicia entre os anos de 1975 a 1976, sendo o sr. Romildo encarregado desse processo juntamente com o Sr. Nelson, que recebiam as famílias, que vinham de vários locais, tanto da capital como do interior do estado, *uma vez que a notícia se espalhou como vento*, sendo que num período de um mês já havia mais de oitenta famílias cadastradas, como relata o Participante 04:

Eu vim para cá porque disseram que estavam dando terreno, eu morava lá no São Jorge. Ai um colega meu que é policial me chamou: vamos tirar um terreno lá na comunidade. E eu respondi: acho que eu não vou querer não, porque eu já estou com minha casa aqui e tenho meu comércio. Ai, ele disse: eu vou tirar um também. Ai depois eu vim com ele, e fiquei com o dele, pois ele se mudou. Fiquei pagando a Associação por ele. Até que ele foi embora, não queria mais o terreno e passou para mim.

O processo de cadastro era simples, identificação por meio de um documento oficial, marcação do terreno realizada no mesmo momento, este processo era conduzido por outro morador, sr. Marciano que realizava a demarcação do terreno através de um piquete de madeira.

Essa nova fase no processo de formação da comunidade leva a novas exigências, a exemplo da denominação da comunidade, sendo pensada, a priori, como Comunidade São José em homenagem ao igarapé de São José, que passa em frente a comunidade, no entanto foi solicitado pelo Sr. José Sobreira do Nascimento que fosse adotada a nomenclatura de Nossa Senhora de Fátima, pois o mesmo era católico e devoto da santa, cujo o nome indicou para a comunidade, tendo o seu pedido atendido.

### **1.7. Organização Sociopolítica: revisitando conceitos**

*E se somos serverinos, iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual, mesma morte  
Severina.*

*João Cabral de Melo Neto*

O modo como apreendemos a relação entre “indivíduo e sociedade”, na maioria das vezes, são explicadas como se fossem, fatos separados que acontecem apenas por meio de seus comportamentos mas que o comportamento humano não acontecessem na sociedade,

---

da Resolução 184/92 de 20/03/1992 o Projeto de Assentamento Tarumã Mirim, numa área de 42.910,76ha com capacidade para assentar 1.042 famílias (INCRA/AM 1999:1).

tampouco, considerar que a desigualdade é, ocasionada apenas pelas divergências de interesses, sejam eles econômicos, sociais e políticos, numa relação conflituosa, o que significa dizer que “nem o indivíduo seja menos importante do que a sociedade”, nem que ele seja um meio e a sociedade um “fim”. A relação entre a parte e todo é uma certa forma de relacionamento [...] e sem dúvida, já é bastante problemática” (ELIAS, 1994, p.19).

O conceito introduzido na sociedade pelos sociólogos é que nascemos numa sociedade “organizada”, composta por uma hierarquia política responsável pelas tomadas de decisões que influenciam na sociedade como um todo, nas diversas artes do fazer cotidiano. E com isso muitos líderes, detentores do poder, acabam por se utilizarem da “desmobilização social” como instrumento de manipulação e controle social, ou de dominação. Assim, a ausência dos atores sociais na participação popular se dá por uma série de fatores historicamente determinados, e se os atores sociais não conseguem se organizar para defenderem seus interesses frente ao Estado, acabam por serem controlados pelo mesmo. No entanto, devemos atentar para o fato de que “dificilmente podemos justificar desses tipos particulares de sociedade como base de tudo o que se diz sobre a sociedade”<sup>21</sup>.

Reconhecer que a participação popular é a válvula propulsora de mudanças sociais é o ponto de partida para a Organização Sociopolítica e, conseqüentemente, os benefícios dela proveniente. O termo organização sociopolítica é recente, pode ser definido como a organização de um grupo na conscientização de problemáticas sociais a fim de buscar estratégias políticas de mudanças sociais. Mesmo a organização civil tendo feições políticas, uma vez que as pessoas já nascem em meio a um processo político emergente, não significa que estas sejam participativas, no sentido de se reconhecer como agentes sociais ativos, capazes de interferir nas tomadas de decisões em prol às mudanças na realidade social em que estão envolvidas.

Na concepção de Demo (2001, p 23), a redução das desigualdades só podem ser fruto de um processo árduo de participação, porém explicita que esse processo é gradual, não acontece sorrateiramente. Aponta uma série de entraves que dificulta o processo de organização sociopolítica, entre eles o fato de os líderes comunitários se corrompendo às custas dos interesses próprios, e a utilização de políticas públicas como forma de controle social. É fundamental o entendimento de que a desigualdade poderá ser reduzida por meio do processo de participação das pessoas na ação da tomada de decisões, no entanto, não podemos perder de vista que as perspectivas sociais do “eles” pode gerar um grande vazio

---

<sup>21</sup> Elias (1980)

quando se trata de investigações sociais, e raras vezes tomando como “instrumentos conceptuais rigorosos”, quando se discute, os aspectos: eu e nós<sup>22</sup>.

Porém, pontua que apesar de toda dificuldade de mobilização social, a população deve ter consciência de que a participação é a válvula propulsora para o exercício concreto da cidadania e a busca pela garantia de direitos sociais, sem a mobilização social, sem a consciência da população para reivindicar seus direitos, sem a própria organização da sociedade, os avanços jamais acontecerão de modo rápido.

A organização social passa a ser compreendida como estratégia de fortalecimento na luta pela garantia de direitos políticos, uma vez que a população nem sempre participa das decisões públicas, e que apesar do fato do povo possuir poder, há um controle por parte do Estado que atrapalha esse processo de mobilização social, ou seja, a participação de um grupo de pessoas só se dá a partir do momento que estas tomam consciência de que são sujeitos coletivos, apesar das diferenças sociais, a “base” forma um único corpo. (PAOLI, 1995).

Essa consciência coletiva, que não deriva de uma só pessoa ou grupo, mas está espalhada por toda a sociedade, e, por isso, é exterior ao indivíduo, indica não o que pensa o indivíduo, mas o que a sociedade pensa, e por meio dos Movimentos Sociais, requer uma “luta”, uma vez que existem interesses diferentes em jogo. Porém não se pode ficar de braços cruzados, é preciso participar ativamente enquanto membros de uma sociedade civil organizada, para que haja mudanças sociais significativas.

Essas mudanças significativas, só podem ser oriundas da participação, sendo esta questão central no processo de desenvolvimento de comunidade. O reconhecimento dos problemas sociais que envolvem a comunidade seguida da mobilização dos atores sociais envolvidos nessa problemática é crucial para a ampliação da cidadania. Embora, o espaço das comunidades seja composto por “jogos de interesses” de cunho políticos ou econômicos, porém não se pode negar que é um *locus* privilegiado para que haja a mobilização popular. (SOUZA, 2004).

Para Aristóteles (2000), nas sociedades, visa-se a um bem maior, de qualquer modo, o bem comum, com base nisso, entende-se que a organização política, passa a ser entendida como elemento imprescindível para o fortalecimento da participação popular, de forma consciente e organizada. No entanto, o reconhecimento desse processo de organização exigirá um nível maior de comprometimento dos atores envolvidos, bem como do

---

<sup>22</sup> Elias (1980).

esclarecimento da importância de sua participação, e torna-se um desafio à sociedade contemporânea essa mudança de status de passiva para atuante tornando o cidadão protagonista de sua história como ressalta Elias (1994, p.86)

O processo de aquisição do conhecimento, o aumento constante de nosso saber sobre os fatos, aproximação mais estreitas entre as ideias e conhecimentos humanos e aquilo que se pode estabelecer com o fato, através da observação crítica, toda essa modificação de nosso modo de experiência ao longo das gerações [...] não constituem na totalidade dos casos simples extensão de uma dada dimensão

Observa-se que, mudar a postura dos atores sociais e fazê-los suscetíveis a participação política no sentido de organizar-se para pressionar o Estado e exigir direitos sociais, não é tarefa fácil, mas é possível. É preciso utilizar da força ideológica e política, enquanto sujeitos coletivos para reivindicar melhorias na qualidade de vida, passando de controlados pelo Estado, para controladores do Estado, uma vez que o próprio Estado, ao mesmo tempo em que funciona com sua estrutura de poder.

Portanto, a Organização Sociopolítica é uma forma de traçar estratégias que são eficazes na busca por melhorias sociais, e para tal é necessária a participação ativa da população num processo que se dá de forma paulatina e sistematizada com o intuito de estabelecer de fato uma aliança entre o Estado e a Sociedade civil organizada. No âmbito de uma porção menor, como o caso de uma comunidade rural, a organização social e política obedece a certos contornos entrelaçados as histórias de vida, a memória coletiva e as ações estratégicas para o bem-estar de toda a comunidade.

#### **1.8. A organização da forma de vida: Trabalho, Segurança, Lazer, Educação Religião.**

*Você nunca deve esperar por governos ou instituições para resolver os problemas, toda mudança social vem da paixão das pessoas.*

*Margaret Mead*

Não há dúvida de que o processo de formação, constituição e organização de uma comunidade se dá pela relação social em que a solidariedade, nas palavras de Weber, transforma uma comunidade numa colisão de interesses. Esses interesses entre os comunitários numa dimensão racional, que orienta os comunitários a manter um corpo

coesos, permeados por tudo aquilo que corresponde aos ideais de bem-estar e de convivência harmônica. Esta harmonia, segundo nossos interlocutores, teve momentos e etapas que culminaram na constituição e formação da comunidade de Fátima.

As sociedades mais simples [...]. Elas têm é claro uma consciência de si e das outras pessoas. Mas ainda vivem e agem em ligação direta com os outros. Não tem acesso algum a forma de experiência e gama de ideia que permitem as pessoas experimentar-se como algo distinto e independente de seu grupo, como pessoas, em certo sentido, opostas a seu grupo. “Não são individualizadas” no sentido em que se pode usar essa palavra ao aplicá-la a pessoas de sociedades mais complexas (ELIAS, 1994, p.87).

A partir da chegada dos novos moradores à comunidade de Nossa Senhora de Fátima esses passaram a se organizar, dedicando-se à construção de suas moradias, organizando suas atividades de trabalho (plantações agrícolas, do extrativismo do carvão e da criação de aves) e das formas de sociabilidade (ocorria por meio do lazer e da atividade religiosa). O trabalho realizado por esses moradores estava concentrado nas atividades extrativistas do carvão e agrícolas, sendo a maioria dos moradores agricultores de pequenas hortaliças, legumes, e principalmente da mandioca, que era plantada para a produção de farinha. Estas plantações garantiam o sustento da família que passava a coletar entre os produtos e a comercializar na orla de Manaus, ou nas feiras localizadas na região do centro da cidade. Existiam ainda aqueles que sobreviviam da criação de animais e da pesca, sendo estas comercializadas em pequenas quantidades.

Identifica-se no contexto da comunidade de Fátima, algumas necessidades emergenciais relacionadas: ao tráfego dos moradores a educação e ao lazer. A primeira atividade realizada coletivamente foi voltada para garantir o tráfego das pessoas de forma segura<sup>23</sup>, através da abertura da rua principal. Esta contou com a participação de todos os moradores (homens, mulheres e crianças) que formaram um grande ajuri<sup>24</sup> para realização da capinação realizada pelos homens e a retirada das madeiras que iam varrendo a rua à medida que esta era aberta, enquanto as crianças auxiliavam servindo água, café e pão que durante muitos dias essa atividade foi realizada pelos moradores, que sempre se reuniam aos sábados, para o ajuri, considerando que durante a semana estes estavam envolvidos com suas atividades laborais.

---

<sup>23</sup> Nas comunidades a existência de trilhas e caminhos estreitos é muito comum, sendo utilizado pelos moradores para seus deslocamentos, no entanto, em regiões com grande densidade florestal há risco quanto a existência de animais peçonhentos.

<sup>24</sup> Ajuri

Era prática dos moradores ao término de suas atividades, finalzinho da tarde, reunirem-se para jogar uma bolinha, esta atividade de lazer era realizada em pequenos espaços ou do quintal da casa, ou na rua principal aberta. Norbert Elias, ao tratar sobre o desporto, destaca as práticas de atividades de lazer como “a evocação plena de uma excitação agradável, [...] forma de vigilância para manter o descontrolo das emoções sob controle” (ELIAS & DUNNIG, 1992, p.80). Durante as partidas de futebol, a comunidade também participa como espectadora. Elias destaca ainda que o jogo – no caso da principal prática recreativa dos homens moradores de Fátima, o futebol –, o movimento das emoções está ligado ao outro sem, contudo, entre eles, haver um confronto violento (p. 83).

O desejo para ter uma área que possibilitasse a prática de esporte já era antigo e fora manifestada ao sr. José Sobreira do Nascimento, que destinou uma área próxima à região do areal<sup>25</sup>. Os moradores, mais uma vez, se reuniram para realizar o trabalho coletivo de capinação do local, quando retiravam algumas horas de seu dia para realizar as atividades de suspensão das traves de madeira e construção de bancos ao redor do campo. Conforme argumenta Matos (2015, p.396) “o puxirum e o jogo de bola são esferas constitutivas da estrutura social” e que, no entanto, representam elementos com significados que os permeiam. Os dois casos são marcados por interdependência, entretanto a referência do primeiro é o “outro” e do segundo é o indivíduo.

Desse modo, o que os leva a jogarem bola e participarem do puxirum, tem para eles sentidos distintos, isto é, no tempo livre que os comunitários expressam suas emoções ao ar livre por meio do jogo. E é, no puxirum que surgem as gargalhadas e risos, mas está longe de ser um lazer. E nesse caso, é no jogo de bola que se encontram, algo que não localizam no trabalho cotidiano ou no puxirum.

A construção do campo de futebol foi motivo de grande orgulho para os moradores e para o sr. José Sobreira do Nascimento que na ocasião organizou, com o apoio dos moradores um jogo amistoso, entre o time local da comunidade e o time do Nacional Futebol Clube que fora trazido a convite do proprietário das terras.

O estudo dos moradores também era motivo de preocupação, principalmente por parte do sr. Romildo que, por incentivo das atividades da pastoral da igreja católica, iniciou nesse período um grupo de estudos, com apoio do governo em parceria com a CNBB,

---

<sup>25</sup> Local da comunidade com uma grande quantidade de areia muito branca e fina que não havia sido disponibilizada aos moradores.

através do Movimento de Educação de Base – MEB<sup>26</sup> que cedia, um professor para alfabetização de adultos. Os estudos eram realizados na casa do sr. Nelson, pela inexistência de um local destinado para essa finalidade, as aulas eram ministradas para doze alunos, todos adultos.

Esse movimento foi um dos impulsos para que os moradores se reunissem e solicitassem aos sr. José Sobreira do Nascimento a autorização para a construção de um “grupo escolar”<sup>27</sup>, sendo concedida pelo mesmo, garantindo também, apoio por meio da cessão da mão de obra de seus trabalhadores e os recursos materiais (madeira, pregos, folhas de alumínio) para o início da construção.

O grupo escolar foi erguido em estrutura de madeira com um grande salão que cabiam umas quarenta pessoas e um quarto em anexo, com o objetivo de abrigar a professora que viria de Manaus e precisaria ser alojada na comunidade durante sua permanência nos dias de aula. A professora veio através da rede pública de ensino, contratada pelo governo do estado, sra. Ivani Ribeiro, que passou a ser moradora da comunidade durante muitos anos. A escola ofereceria ensino fundamental nos mesmos moldes do programa do MEB voltado para crianças, jovens e adultos.

A escola foi inaugurada no dia 29 de outubro de 1981, na gestão do então governador José Bernardino Lindoso, que se fez presente na inauguração. A escolha do nome da escola foi feita pelos moradores, que passaria a ser denominada com o nome do proprietário das terras sr. José Sobreira do Nascimento, como forma de agradecimento pelo apoio para a construção do local.

Em relação a religião dos moradores, essa passa a ser predominantemente católica considerando as instruções apresentadas tanto pelo proprietário das terras quanto pelas primeiras famílias que passam a viver nas terras da comunidade. Essa formação religiosa influenciou na formação dos primeiros grupos religiosos da comunidade que acabavam sendo os mesmos grupos do lazer e do grupo de estudos.

A forma como a comunidade inicia seu processo de formação e organização não remete a nenhuma forma de conflito, sendo possível verificar na fala dos moradores que essa relação foi construída através das relações de trabalho, que levou a uma confiança,

---

<sup>26</sup> O MEB foi criado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

<sup>27</sup> A denominação grupo escolar era a utilizada pelos moradores para denominação da Escola.

sendo intrigante a forma como o proprietário das terras passa a se relacionar com esses moradores, apresentando uma postura cooperativa.

### **1.9 As Relações de Poder a partir do espaço das relações sociais**

A discussão sobre as relações de poder permeia o debate espacial, social, econômico, político e cultural da sociedade que nesta categoria será voltada para a compreensão das relações estabelecidas entre os moradores da comunidade de Nossa Senhora de Fátima e analisada por meio dos debates teóricos dos autores Foucault (1976) Bourdieu (1988) e Elias (2000), embora sejam teóricos que apresentam ideias divergentes, tentaremos convergir para problematizar o objeto deste trabalho. Objetivando refletir sobre essas relações sociais as contribuições de Foucault, serão voltadas para compreensão da própria genealogia do poder, a partir dos questionamentos das condições de possibilidade, das modalidades e da constituição dos “objetos” e dos “domínios”, destacando a necessidade em ver como esses problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, a partir da constituição do próprio sujeito na trama.

As contribuições de Bourdieu ocorrem por meio das discussões sobre o “poder”, o “simbolismo” e o “poder simbólico”, constitui-se como pontos chaves para compreender como esse poder simbólico está configurado a partir das relações societárias e mais especificamente cultural, sendo esta apreendida como o espaço de relações sociais onde as identidades são criadas, recriadas, modificadas e apresentadas (Hall, 2006), ou ainda lugar de construção de lutas históricas, das relações sociais de dominação, de resistências às formas de conteúdo de dominações e subalternizações, de conciliações e acomodações com as dominações, típicas das operações humanas (Castells, 2001); ou ainda como lugar de relações de poder (Santos, 2003).

A partir do aspecto conceitual é possível entender que essas relações de poder implicam na capacidade de fomentar vontades, intencionalidade, interesses, desejos, significados, resinificados, inclusive de corpos físicos e simbólicos, ou seja, o poder para existir precisa da mobilização de entes, inclusive de corpos, pois quanto maior for essa capacidade de mobilizar, maior será o poder estabelecido.

O que nos falta[...] são modelos conceituais numa visão global mediante os quais possamos tornar compreensível, no pensamento, aquilo que vivenciamos diariamente na realidade, mediante os quais possamos compreender de que modo, um grande número de indivíduos compõem



entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados: como é que eles forma, "sociedade" e como sucede a essa sociedade poder modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não ´pretendido ou planejado de qualquer dos indivíduos que a compõe.

Esse debate remete a compreensão que o poder passa a estabelecer nas relações sociais entre entes, inclusive corpos, vontades, intencionalidade, interesses, ou seja, as relações serão abrigo para expressão do poder simbólico, que será produzido numa realidade onde são plasmadas as relações sociais humanas, ou seja, na sociedade.

A compreensão de sociedade para Bourdieu (1898) passa a ser referida como espaço das relações sociais pluridimensional em que se posicionam grupos sociais; um mecanismo que produz dominação, que funcionará baseada pela ignorância coletiva, ou seja, as relações sociais, dependendo da forma, como estas são estabelecidas, poderão configurar relações de poder, sendo este processo, visivelmente observado nas relações comunitárias, a partir do seu processo histórico e organizacional, como ocorre na comunidade Nossa Senhora de Fátima.

A partir da leitura de Giddens (2003), o poder passa a ser concebido como a capacidade transformadora, sendo observado o significado mais abrangente de "poder":

O poder é logicamente anterior à subjetividade, à constituição da monitoração reflexiva da conduta. [...] as concepções de poder nas ciências sociais tendem a refletir fielmente o dualismo de sujeito e objeto [...] assim o "poder" é definido, com muita frequência em termos de intenção ou de vontade, como a capacidade de obter resultados desejados e pretendidos (FONTES, 2003, p 18).

Nesse entendimento, o poder é concebido dentro dos sistemas da sociedade através das relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores sociais, ou coletividades em diferentes contextos de interação social, resguardando-se a possibilidade das relações de subordinação, encontrarem mecanismo de influenciar as atividades ou relações entre superiores e subordinados, ou dominadores e dominados.

Ressalta-se que os sistemas sociais são estruturados a partir de práticas e mantidos em encontros que se dispersam no tempo-espaço (Fontes apud Giddens, 2007, p. 97). Essas práticas sociais, no entanto, constituídas pelos atores envolvidos nesse processo exigem constantes posições sociais e posicionamentos. Entende-se desta forma que as posições sociais estão constituídas estruturalmente como interseções específicas de significação, dominação e legitimação, que se relacionam com a tipificação do agente, envolvendo uma

definição de “identidade” definida numa rede de relações sociais, sendo esta identidade, permeada por certa gama de sanções normativas.

Assim, a individualização no processo social, é portadora de uma série de prerrogativas e aspectos individuais, onde o sujeito, deve ser cada vez mais autônomo, deixando para trás “[...] deixam mais para trás os grupos locais mais próximos, baseados na consanguinidade” [...] diferente do que era difundido anteriormente, onde era preconizado a proteção e o controle. E na medida que isso acontece, o encapsulamento das pessoas no que diz respeito ao relacionamento com o outro vai se tornando cada vez mais condicionado.

Essa discussão sobre a identidade social, remete a necessidade de verificar as diferentes posições sociais, ocupadas na comunidade Nossa Senhora de Fátima a partir da observação da constituição e organização dos grupos sociais, lá estabelecidos que segundo Fontes *apud* Giddens (2007, p. 99):

[...] nas sociedades contemporâneas os indivíduos são posicionados numa gama cada vez mais ampla de zonas – em lares, locais de trabalho, bairros, cidades, nações-Estados e um sistema mundial [...] influenciando a importância fundamental da família na contemporaneidade.

Esse processo organizacional da vida em sociedade remete a formação de identidades sociais coletivas, legalmente constituídas, ou não, formadas em prol de objetivos em comum, devendo ser observada ainda, a influência desse processo nas relações sociais, que assinala a existência de poder, como veículo de emancipação social, de forma articulada ou não, visível ou invisível, como acentua Fontes *apud* Giddens (2007, 303):

O poder não é, como tal, um obstáculo à liberdade ou à emancipação, mas seu próprio veículo – embora seja uma insensatez, obviamente, ignorar suas propriedades coercitivas. A existência de poder pressupõe estruturas de dominação por meio das quais o poder que “flui suavemente” em processos de reprodução social (e é por assim dizer, “invisível”) opera.

De todos os modos, a discussão acerca das relações de poder, alarga sobremaneira, a compreensão das relações sociais, estabelecidas sob a ótica da organização da sociedade, em seus elementos estruturais de dominação e conjunturais, bem como, sob a ótica do sistema democrático de direito, enquanto condição para o exercício do poder em suas mais variadas formas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

Não há dúvida que esses elementos são essenciais para compreensão das relações de poder, fato esse identificado na face da constituição e formação de uma comunidade. Um

discurso que merece atenção, podendo servir como referência para nosso trabalho é a relação entre os *established* e os *outsiders*. Para Elias (2000) os primeiros fundam seus poderes no modo como eles são vistos como modelo moral, servindo de representação para os outros; já os segundos divergem dos primeiros por não terem prestígios entre o grupo e aos outros indivíduos. Esta discussão poderá ajudar a compreender essas relações, uma vez que nossa comunidade de referência tem elementos indicadores (histórias, memórias, processos migratórios, sociopolítico, agrário, de demarcação de terras, entre outros) de certos processos de poder entre os comunitários.

Para Norbert Elias (1994) relação entre sociedade e indivíduo não é nada claro nos dias em que vivemos uma vez que, essa questão não seja tão simples de se abordar, já que sempre que se discutimos sobre ambos, tratamos os singulares como não fizessem parte do grupo maior, a sociedade. E é justamente nessas relações que ocorre também as relações de poder, que na corrente elisiana, isso não acontece somente por meio dos servos e senhores, mas também podendo incidir através dos relacionamentos de pessoas do mesmo grupo familiar, vizinhos, lazer, regras de etiquetas. Essas situações vão desde como se portar numa mesa ou mesmo em diversas circunstâncias que acontecem no cotidiano. Portanto, essas questões podem por exemplo se fortalecer em nós e nas relações que constituímos<sup>28</sup>.

Na tentativa de oferecer ferramentas para essa miríade e tendo noção de tal complexidade, as discussões a seguir estão voltadas para a do modo de vida da comunidade, por meio das relações estabelecidas entre os comunitários e o meio, e entre a comunidade e as representações sociais locais, bem como compreender a forma de organização social da comunidade, para tanto fez-se a escolha por uma escrita que se prioriza a oralidade dos participantes da pesquisa, a fim de garantir o alcance a questões sensíveis captadas no momento da entrevista.

---

<sup>28</sup> ELIAS, Norbert. O processo civilizador. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

## CAPÍTULO II

### AS RELAÇÕES E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COMUNIDADE

*A arte de viver é simplesmente a arte de conviver...simplesmente, disse eu? Mas como é difícil!*

*Mario Quintana*

#### 2.1. Aspectos da Organização Sociopolítica Local

A comunidade de Fátima foi organizada a partir de necessidades primárias dos primeiros moradores, com o processo de crescimento populacional da comunidade que na sua formação inicial contava com três famílias, e de acordo com o CENSO de 2010 do IBGE, esse número de domicílios passa para cento e noventa e quatro (194) residências, a população é estimada em torno de setecentos e trinta e sete (737) pessoas. Esta passou a requerer novas formas de organização e relações e a exigir do Estado intervenções diretas por meio da ampliação da oferta de políticas públicas voltadas para Educação, Saúde e Segurança.

Por meio da organização da comunidade se pensou em [...] “as ações e estratégias de resistência” [...] que [...] vêm criando condições para que as suas demandas sejam publicizadas e cheguem até as instâncias decisórias do Estado” [...]”<sup>29</sup>. Por isso, não é por acaso que os programas e projetos do Estado, chegam até a comunidade, geralmente as ações estatais se materializam porque a população o pressiona. Os serviços oferecidos as comunidades são viabilizados por meio da atenção básica de saúde, educação e segurança.

A organização dos moradores sucede, quando percebem as reais necessidades cotidianas e assim, buscam encontrar medidas para amenizar as demandas comunitárias com alguns recursos, geridos pelo estado. O que é relatado pelo Participante 20:

*Participante 20: Tinha igreja, escola tinha. Quando eu cheguei já tinha, inclusive a igreja, logo que nós chegamos a gente já se empenhou ali também, que é a igreja católica né e até hoje a gente está aí, mas era pequena a igreja, era aqui no lugar onde é o terreno do colégio aqui, uma igrejinha de madeira, simples, o colégio era ali, para cá do posto um pouquinho, era de madeira também o colégio. E tinha um posto, sim, eu me lembro que tinha. É, já tinha um posto de saúde.*

<sup>29</sup> MIRANDA, Edna; FIÚZA, Ana. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte Rev. Econ. Sociol. Rural vol.55 no.1 Brasília Jan./mar. 2017.

A escola é considerada uma das primeiras conquistas para a comunidade que conforme o relato do entrevistado 2: *“Junto com a Escola nem Igreja não tinha ainda”*. Outro morador, afirma que a fundação da comunidade se deu juntamente com ambas as instituições, isto é, a partir da instalação da comunidade o participante 12 destacou ter sido através *“da escola ou igreja”*. De acordo com informações coletadas através de entrevista realizada com Participante 05: a comunidade instalou-se juntamente com a *“escola. MEB - Movimento de Educação de Base”*.

E por meio da inserção do MEB, conforme Neves (2006.p.9) que, foi criada nas comunidades, *“modo de organização social e política, cuja expressão mais visível gravitava em torno do trabalho gratuito para a construção de escolas comunitárias e campos de futebol”*. Diante disso, observa-se outra maneira de se organizar, diferente daquela onde os moradores se reuniram para reclamar do Estado melhorias. Por isso, a primeira escola, foi erguida pelos moradores e instituída pelo MEB, que atuava por meio de colaboradores ligados à igreja, a segunda escola não mais ligada à igreja e nem formatos gratuitos de trabalho, e sim pela organização e identificação das necessidades da própria comunidade que passou a exigir sua construção com recursos públicos.

De acordo com o participante 14: *“Não tinha colégio a gente estudava numa casa de madeira. Romildo ele conta melhor a história”*. Observa-se que já existia escola, no entanto, ainda não era viabilizada pelo poder público. E ainda ressalta: *“Primeiro aí foi o colégio que foi fundado depois a igreja. O nome era São José. Agora está todos os dois lá na igreja, São José e Nossa Senhora de Fátima”*. Assim, a comunidade, antes chamada, São José, passa a ser denominada de Nossa senhora de Fátima o qual a igreja possui os dois nomes. As políticas voltadas a comunidade se ampliam por meio de reivindicações, isto é, através de um [...] *“movimento consciente ou inconsciente, voluntário ou involuntário para a identificação de um problema”* [...] e com isso, podendo resultar em uma finalidade e enfrentamento que objetivem resolver problemas na comunidade (ROSS,1964, p.49).

Os serviços de educação, são estabelecidos na comunidade através da motivação e interesses dos moradores que construíram o *“Grupo Escolar”* através de mutirões. Mas, a educação enquanto direito garantido na Constituição Federal de 1988, passa a ser normatizado e reconhecido apenas em 2011, através do Ato de Criação nº084/2011, publicado no Diário Oficial do Município – DOM. sendo ressaltado na fala do Participante 1:

*Aqui a escola nós reivindicamos, isso aqui, fizeram isso aqui de pouco, a comunidade crescia e só tinha um pavilhão desse e não dava para matricular ninguém, eu corria lá na SEMED e eles iam fazendo mais uma coisa desse aqui, até que fizeram a quadra e mais dois coisas desse aqui (referência ao pavilhão escolar) até que fizeram tudo de uma vez.*

Em 2013 a escola passa por uma reforma estrutural, em decorrência de ter sofrido um incêndio em um dos pavilhões comprometendo parte de suas instalações, a reforma foi realizada com os recursos do poder público através da Prefeitura de Manaus, passando a atender 305 crianças do Ensino Fundamental.

Com isso, a comunidade identificou que a demanda de alunos era ampla e o espaço institucional não tinha condição de incluir a todos e assim, com a identificação do problema, os moradores da comunidade estabeleceram à sua maneira, objetivos de ampliação para o local. Esse processo se deu, por meio da organização dos moradores que passou a exigir do estado o aumento da estrutura do prédio da escola. E diante disso, a Semed, começou a desenvolver e promover o programa de gerenciamento, financiado pela prefeitura (ensino fundamental) com vistas ao “planejamento, coordenação, controle e execução das atividades que garantem os recursos, métodos e profissionais necessários para a prestação de serviços educacionais aos cidadãos”<sup>30</sup>.

Com a chegada da escola na comunidade as pessoas são inseridas em modalidades de ensino, bem como matemática, português e assim, começam a apreender outras informações que geralmente, a escola traz. Isso, ocorre, devido à necessidade de inserir as comunidades na “civilização”. Portanto, no processo escolar, têm que se conhecer sobre as regras de condutas, modo de se comportar, levando o indivíduo a se portar de outra maneira e não mais como aprendeu desde criança, esta proeza acontece a partir de regras civilizatórias<sup>31</sup>, trazidas por um outro tipo de informação. No entanto, é necessário por exemplo, conhecer a realidade dos moradores.

A partir do ano de 2015 a mesma escola passa a ofertar o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos<sup>32</sup>, passando a ter 09 (nove) salas de aula e 09 (nove) turmas, sendo distribuídas da seguinte maneira: duas (02) turmas na pré-escola, seis (06) turmas no Ensino Fundamental e uma (01) turma de Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, e com funcionamento em três turnos, e conta com uma equipe de um (01) gestor, seis (06) professores e (02) auxiliares de conservação, esta

<sup>30</sup> Fonte: <http://semed.manaus.am.gov.br>.

<sup>31</sup> Id. Ethos e Configurações na Hinterlândia Amazônia. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015, p.38-39.

<sup>32</sup> Lei nº 9.394/1996

equipe é conhecida pelos moradores, as vezes não pelo nome, mais pela referência que tem grau de parentesco com outras pessoas da comunidade, a exemplo da fala dos participantes 1, 11 e 20: o participante 1: “*eu conheço eles e me dou muito com eles, a Diretora, tem uma pessoa que é da minha família e trabalha como serviços gerais*”, sendo relatado pela participante 11:

*Conheço a mãe da Nora minha amiga que é professora, enquanto o Participante 20 relata: bom, que trabalha assim, professores eu não conheço nenhum, mas tem o Zé né, o Zé da Luz que ele trabalha aqui, ele é zelador, ele faz é tudo aqui. Eu não conheço. Minhas filhas já saíram faz tempo daqui, dificilmente eu venho aqui.*

Os serviços educacionais ofertados pela escola servem tanto aos moradores da comunidade como aos moradores do seu entorno que acessam a comunidade em conduções próprias, como por exemplo, as pequenas embarcações, barco escolar, sendo relatado na fala do Participante 1:

*Nós estamos lutando para ter um ensino regular aqui, até falei para os outros presidentes que estão no comando, lutar para ter o ensino regular, fazer uma escola para o ensino regular, por que aqui todas as comunidades fazem o segundo grau aqui, muita gente, então já dá para fazer uma equipe de ensino regular.*

A escola é considerada um espaço onde várias atividades sociais são desenvolvidas e alguns projetos são realizados com a participação da comunidade, sendo estes citados como temporais, e realizados com a participação dos alunos e dos moradores e uma das fundamentais pautas de protestos, “é assegurar o financiamento da modalidade para garantir o direito à educação das pessoas jovens e adultas, sem priorizar apenas o EJA integrada à educação profissional” (BELIZARIO,2015, p.34).

Embora, os moradores já tenham conseguido a construção da escola de ensino fundamental, muita coisa ainda precisa ser feita como por exemplo, o ensino regular, ainda não é disponibilizado no local. Ao finalizarem a primeira fase do ensino básico e/ou Ensino fundamental, os alunos precisam decidir se desejam fazer o EJA ou o Ensino médio, mas isso ainda é, algo que necessita ser viabilizado para a comunidade.

Desse modo, estratégias são realizadas para incentivar a prática ao esporte e garantir assiduidade dos alunos que frequentam a escola, segundo o relato o Participante 1:

*Eu tenho um projeto de crianças que é agregado a escola, de futebol né...o nome do projeto é: garoto bom de bola, quem estuda aqui na escola, eu matriculo também, quando eles têm a matrícula a Diretora já me dá o nome do menino e menino que vão participar do projeto né, inclusive está parado porque nós estamos recuperando as portas da quadra, que é para gente começar de novo esse outro ano de Deus quiser, aí daqui eu coloco os meninos em escolinha de futebol em Manaus.*

A ampliação dos serviços educacionais e a reforma da Escola são tidas como uma das melhorias conquistadas pela comunidade, sendo a gestão do Senhor Romildo na Associação de Moradores, citadas como participantes diretos nesse processo tanto na ampliação dos serviços, quanto no processo da reforma da escola, conforme relato do participante 1.

Outro projeto oferecido e promovido pela escola é o “*curso de aperfeiçoamento da escrita e leitura*” segundo o relato da Participante 04. Observa-se nas falas dos participantes, referente a estrutura escola, um posicionamento otimista quando se mencionam as principais conquistas da comunidade. O participante 11 relata como sendo “o Colégio, Posto de Saúde e Energia Elétrica”. Entretanto, os mesmos destacaram insuficiência referente ao aprendizado descrito na fala do Participante 02: “*para falar a verdade acho que 10% dos alunos que tem aqui não sabe nem assinar o nome. Já falei para os professores. Tem muitos que não sabem nem ler, eu já identifiquei isso aí muitas vezes*”. Andrade e Andrade (2011, p.2) ao abordarem sobre os dilemas do acesso e da qualidade do ensino e sobre a política de educação em comunidades ribeirinhas, destacam que “se problemas como esses já se expressam com tanta nitidez em áreas urbanas, quanto mais nas zonas rurais [...] onde os problemas para se alcançar uma educação de qualidade se multiplicam”. Por isso, acessar as escolas por meio de matrícula e frequência não garante a pessoa a qualidade no aprendizado, algo que vai muito além do professor. Esse dilema parte de um conjunto de problemas que se instauram na realidade dos alunos que moram em áreas rurais.

Nota-se que, no texto original da Constituição de 1988, está explanado a importância da necessidade de garantir o ingresso ao ensino fundamental das pessoas que se encontram fora da idade própria e a abolição do analfabetismo. No entanto, o sujeito da pesquisa, afirma que na comunidade existem muitos que não sabem assinar o nome.

Como anota Demo (2008, p.88) “*toda relação de poder implica imobilização, porque [...] a condição de subalternidade é menos que carência material do que de incapacidade cidadã [...] e quando aceita essa condição sem crítica*”, e recebe a realidade em que se encontra sem que haja resistência dessas relações de poder e é por isso que as necessidades



cotidianas dificilmente são sanadas. É importante para alguns que o analfabetismo persista porque para muitos, essa manutenção colabora para o *status quo*, o que torna essa relação de poder essencial.

Wiggers, Ratier e Rodrigues (2012) mencionam que essas tensões, ora são “antagônicas”, ora são “convergentes”, isto é, se manifestam por meio das afinidades políticas já existentes na localidade, ao passo que os projetos executados geralmente, não corresponde à realidade vivenciada pelas comunidades. E sendo assim, os sujeitos em meio aos antagonismos e convergências, lutam à sua maneira para acessar os bens e serviços e garantia do direito à terra. Diante disso a organização sociocultural dessas populações se torna indispensável para trazer o atendimento de suas necessidades e interesses, por intermédio de políticas públicas.

## 2.2. A organização do Posto de Saúde

O Posto de Saúde é considerado pelos moradores como uma conquista para a comunidade, tem como proposta principal oferecer atendimento especializado, em locais específicos facilitando o acesso da população. Na UBS, localizada na comunidade de Fátima, é possível marcar consultas para as áreas de Clínica Geral, Ginecologia, Odontologia e Enfermagem. Além dos serviços preventivos os comunitários recebem outros serviços que possibilita a realização de tratamento e reabilitação. Sendo constatado no relato do Participante 1:

*Nós temos um posto, mas estamos precisando de um maior, pois vem muitas pessoas para realizar atendimento aqui, além dos serviços de prevenção de saúde do posto, nós temos o Programa estratégia da família e temos os agentes comunitários, por exemplo cada núcleo tem um agente de saúde para atender o comunitário e trazer o problema do comunitário para o posto de saúde. Eu trabalho no Posto de Saúde e já fui atendido lá com a minha família.*

Além desses atendimentos ambulatoriais o Posto de Saúde participa de programas como Estratégia de Saúde da Família – ESF e Programa Saúde da Família – PSF, contando com uma equipe composta por um Diretor, um enfermeiro, dois médicos, um dentista e um médico.

De acordo com Brasil (1997, p.10) o PSF tem objetivo central de contribuir para reorientar “o modelo assistencial a partir da atenção básica, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas

unidades básicas de saúde [...]”. No entanto em 2006 esse programa passa a funcionar como uma estratégia de cunho permanente e não mais somente um programa de atenção básica em saúde, “por que o programa possui tempo determinado e de estratégia é permanente e contínua. Desse modo passou a ser denominado de Estratégia Saúde da Família – ESF”<sup>33</sup>. Em linhas gerais, esse sistema parte de um atendimento que se ampara no Sus, dando primazia “as ações de promoção e recuperação da saúde das pessoas de forma integral e continua por meio de atendimentos prestados na unidade básica de saúde no domicílio ou através da mobilização da comunidade”<sup>34</sup>.

Dessa maneira, a estratégia permanente se dá por meio dos objetivos, diretrizes, reorganização das práticas de trabalho, níveis de competência e etapas de implantação. Assim, a operacionalização parte de uma atenção básica, realizada nas unidades de saúde que funciona de acordo com a realidade regional, municipal e local por meio de equipes multiprofissionais capacitadas. Para tanto, esse processo deve ser feito por meio do cadastro das famílias para que sejam organizadas e planejadas, ações. E para implantação do sistema ESF, se faz necessário a intervenção do estado e município.

Nessa direção, ao serem indagados se os comunitários conhecem a equipe de saúde, alguns afirmaram que sim, como no caso do paciente 1: *“eu conheço todos, olha a equipe é formada pelo diretor que é enfermeiro, três técnicas de enfermagem que são as agentes comunitárias, dois médicos, um dentista”*. O participante 14 ressalta que: *“entra prefeito e sai prefeito e não enxergam essa comunidade. Aqui nem remédio aqui no posto tem. Só no tempo de política. O pessoal da vacina veio, A vacina para gripe. O presidente da comunidade procurou recurso*. Dessa forma, apesar do local possuir uma unidade básica de saúde, as atuais condições de assistência médica sem dúvida ainda merece atenção do poder público.

Nesse contexto, há necessidade de ampliação dos bens e serviços sociais para a comunidade. No que tange a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (2011) “expressa o compromisso político do Governo Federal em garantir o direito e o acesso à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS)”<sup>35</sup> e em virtude da

---

<sup>33</sup> DALPIAZ, Ana; STEDILE, Nívea. Estratégia saúde da família: reflexão sobre algumas de suas premissas. In: V Jornada de Políticas Públicas. Ag/2011.

<sup>34</sup> MAGALHAES, Lima Patrícia. Programa Saúde da Família: uma estratégia em construção. 2011. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Básica de Saúde). Faculdade de Saúde da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais

<sup>35</sup> Política nacional de saúde integral das populações do campo e da floresta. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br>. Acesso em: 20 de março de 2018.

sua existência, muitos têm direito a saúde, no entanto, mesmo sendo a saúde um direito universal, e por isso a comunidade tem o desafio de buscar por meio das redes de relacionamentos interpessoais e políticas locais, estabelecimentos de vínculos. Essas “comunidades rurais desenvolvem com os agentes externos [...] municipal/local, muitas vezes como forma de garantir o acesso a recursos oriundos de projetos externos” [...]. (BRAGA,2012, p.44). Apesar de importante a participação, observa-se que a forma mais comum de representatividade é a associação comunitária que se firma em laços de pertencimento e norma de como devem ser estabelecidos a forma de lidar com o Estado.

Assim, os moradores, buscam alargar a relação externas a elas para que se consiga trazer para o âmbito interno da comunidade o acesso e ampliação aos benefícios e serviços sociais e a estratégia que eles têm que manter a rede de relações exterior a comunidade que na maioria das vezes é exercida pelo representante da associação comunitária.

Santos (2010) por exemplo, considera que, o crescimento dos serviços públicos são muito ineficazes nos países industrializados do que nos subdesenvolvidos. Tudo indica que essa situação, é mais predominante nas zonas rurais, e mesmo que certas medidas tenham sido empregadas, é preciso considerar que o gasto com saúde, ainda carece de mais eficácia. As singularidades que emergem no âmbito das comunidades rurais de Manaus, não estão nem um pouco longe dessa realidade, e tampouco, estão inseridas em bens e serviços sociais universalizantes.

A dificuldade de acesso aos serviços de saúde tornam-se colaboradores da desigualdade e pobreza devido ao baixo poder aquisitivo e Sistema Único de Saúde (SUS) restrito nas áreas rurais. Essa situação é mais comum do que se imagina pois a beleza dos rios escondem as diversas necessidades que as comunidades rurais apresentam principalmente nas áreas da saúde, educação, segurança e entre outros.

Para Elias (1994) essa “[...] dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que nos apresentam, uma das duas coisas sempre leva a pior, entre as necessidades e as inclinações pessoais e as exigências da vida social”, o que exclui refletir um afastado do outro e/ou indivíduo e sociedade. E na comunidade os indivíduos inseridos em sociedade também são dotados de desejos, ausências, os afetos e as precisões, estão sujeitos a várias questões que não dependem somente da vontade dos sujeitos, mas também de fatores como por exemplo, os estruturais, sociais econômicos que se fazem presentes nas ordens sociais dos que utilizam os bens e serviços.

Torna-se evidente, que o atendimento realizado no Posto de Saúde, segundo a maioria dos participantes foi classificada como razoável, sendo destacado pelo Participante 1:

*Olha eu digo pela situação que estamos vivendo hoje em todo Brasil eu digo que é razoável, porque a gente faz das tripas coração para atender os usuários, mesmo que a gente não tenha remédio, a gente dar um jeito de arrumar alguma coisa lá por Manaus para ajudar ele.*

O posto de Saúde, foi uma das formas de os moradores acessarem aos serviços embora no final das contas ainda se constate um número reduzido de medicamentos considerados básicos. O corpo técnico da instituição, reitera as dificuldades em suprir as demandas de medicamentos. De acordo com Machado (2010) os remédios, “estão incluídos na assistência prestada pelo SUS, tanto para a atenção de saúde básica, média e alta complexidades”, disponível no art. 6º da Lei nº 8.080/90. Mas, quando se trata dos medicamentos percebe-se que ainda existe pouca assistência mesmo estando presente nos três níveis de atendimento básico, média e alta complexidade.

Dessa forma, conforme o Ministério da Saúde (2012) proporcionar um retorno, apropriado para solucionar a maior parte dos “problemas de saúde da população e/ou de minorar danos e sofrimentos desta, é de responsabilidade da Política Nacional de Atenção Básica”, isto é, o retorno aos procedimentos, atendimentos, serviços individuais e coletivos da comunidade são estabelecidos por parâmetros contidos no âmbito desse instrumento.

O Participante 1, ressalta ainda: que todas as pessoas que procuram os serviços do Posto de Saúde consideram que o os funcionários prestam um bom atendimento:

*Ninguém deixa de atender ninguém aí, a norma do nosso trabalho aí, é ter aquele carisma de humildade com as pessoas, entendeu? E as pessoas gostam de vir ao Posto de Saúde, por causa disso, as vezes as pessoas vem desesperada com alguma situação que acham que não vai ter mais jeito, aí a gente vai conversando, conversando, longos tempos né, até a pessoa se acalmar*

O agendamento de consultas, exames e entrega de medicamentos nem sempre são situações que se conseguem resolver na Unidade Básica local, mesmo que se tenha um bom atendimento, mesmo porque, por exemplo, para acessar direitos, é também reconhecer o problema e conhecer a realidade em que os sujeitos estão inseridos e intervir nela, questão esta que não depende somente da equipe da Estratégia da Família. Nesse contexto, percebe-se que o estabelecimento de vínculo e acolhimento são realizados no local conforme a

Política de Saúde Básica, mas, ao se tratar dos atendimentos mais complexos, a pessoa é encaminhada à Manaus. E para serem atendidos na capital, eles têm que ir de lancha ou barco de recreio e esse processo acaba, dificultando o acesso aos serviços emergenciais, média e alta complexidade, porque a maioria não tem condução, e pouco recurso deslocamento. As diferentes configurações, dependem as vezes, de um ou mais membros que os auxiliem no custeio e/ou cedendo sua embarcação no caso de uma emergência.

De acordo com o Ministério da Saúde (2012) na prática o plano de atenção básica, não se manifesta assim tão bem definido, não considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Idealmente, os princípios gerais apontam que “os critérios de risco, vulnerabilidade, resiliência e o imperativo ético de que toda demanda, necessidade de saúde ou sofrimento devem ser acolhidos. O essencial seria que para isso, houvesse mais comprometimento, articulação, e apoio dos governos federal ou estadual aos municípios, para que pudessem dar respostas mais eficientes a deficiências dessa magnitude.

A situação acima descrita vai de acordo com o relato do Participante 20:

*Graças à Deus o atendimento foi bom, não sei se é porque eu conheço, se sou conhecido e conheço as meninas, fui bem atendido..., Mas aqui Graças à Deus, as pessoas, elas são bacanas. Eu conheço o pessoal daqui que trabalha lá. Pode citar o nome? Deomara, Geruza, a Raimundinha, eu não sei a função; atendente... O Romildo... o Romildo trabalha lá também... agentes de saúde.*

Para se implementar o Programa da Saúde Básica, os vínculos entre as pessoas que trabalham na saúde e os comunitários se faz necessário, uma vez que para se construir afinidades de cordialidade e confiança existe além de ser um princípio dessa Política, ainda tem possibilidade de colaborar para organização de atenção à saúde enquanto garantia de direito no âmbito da comunidade pesquisada. (BRASIL, 2012).

No Posto de Saúde, as doenças mais comuns que são atendidas em que os usuários procuram atendimento está relacionada as doenças infecciosas e parasitárias como a malária e as verminoses, o Participante 1 responde:

*Aqui o mais comum que dá demais é a malária no povo aqui da região, a verminose também, tem negócio de ameba, essas coisas né, a Dengue durante todo esse tempo só vi dois casos, por aqui falar disso, sendo reforçado pelo Participante 20: A malária é um problema, sempre dá malária... poxa, essa... acho que é só essa mesmo.*

Em alguns casos como os exames laboratoriais mais simples, como o de sangue, principalmente no tratamento endêmicos (malária, dengue) são realizados na própria sede. No entanto, se for algo mais complexo o morador precisa se deslocar até Manaus para realizá-los, e isto, gera uma certa dificuldade. No entanto, constata-se que a operacionalização desta política segundo o Ministério da Saúde “depende do comprometimento de gestores das secretarias estaduais e municipais do SUS e dos técnicos, assim como de prefeitos, governadores e outros dirigentes no âmbito da saúde”<sup>36</sup>, para a instalação de Unidades que atendam os casos de alta e média complexidade.

Assim, transferir poder e responsabilidades entre os três níveis de governo em relação as ações e serviços públicos de saúde significa, agregar uma rede “regionalizada” e “hierarquizada”, compondo um princípio único, constituído conforme com as seguintes diretrizes: “descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade”<sup>37</sup>.

Opondo-se ao sistema anterior de saúde, a descentralização traz o município como sendo um ponto crucial, já que é tido como o gestor que mais se aproximaria da sociedade no quesito saúde, mais do que os outros entes federados. No entanto, o desenvolvimento dos efetivos do serviço público. Santos (2010) ressalta que ainda é um desafio para a área rural a consecução de alguns princípios mencionados pelo sistema do SUS.

O Participante 4:

*Precisava de uma coisa melhor para gente fazer exame. A gente vai para Manaus, gasta dinheiro para ir. No meu caso mesmo, eu tive que ir com minha mulher, ela está com problemas de pedra na vesícula. Ela fez todos os exames. Foi para Manaus porque o exame era para ser lá. Era para se apresentar no Delfina Aziz. Chegamos lá com a mulher, e o médico disse que não ia operar porque o dia de operar tinha passado a data. Eu faço exame aí e passo dois, três meses sem receber o resultado. É um problema e não é só para mim não, é para todo mudo. De vez em quando, surge confusão aí nesse posto por causa desse problema.*

Em relação aos serviços de alta complexidade, reitera-se que nem todos os casos são de responsabilidade da Unidade de Saúde instalada na comunidade, uma vez que “os municípios não são obrigados a contar com equipe técnica para o planejamento e gestão da

<sup>36</sup>Ministério da saúde. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br>. Acesso em:21/03/18.

<sup>37</sup> Art.198.Brasil. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

atenção à saúde de alta complexidade/custo, que transcende, geograficamente, os limites e as necessidades municipais” (BARATA; MENDES; TANAKA,2004, p.6).

Dessa maneira, o município depende também dos outros entes federativos para que ocorra o atendimento da saúde a população. Assim, entende-se o porquê de as pessoas terem que se destacar de um local para outro em busca de especialidades não oferecidas pelos postos de atendimentos como a UBS.

Em linhas gerais, mesmo sendo considerada a porta de entrada das redes de atenção à saúde, e orientada pelos princípios da universalidade existente na Política do SUS, a Atenção Básica, não compreende todas as necessidades da população, já que sua abrangência comporta somente atendimentos, bem como marcação de exame, curativos, ambulatórios. Por esta razão, os moradores buscam os níveis de atenção média e/ou alta complexidade em Manaus.

Os exames e consultas são marcados no Sisreg pela equipe do Estratégia Familiar em Manaus, e em seguida o usuário é informado sobre a data que serão realizados os procedimentos, porém nem sempre se consegue obter a data exata dos processos. O cumprimento das principais diretrizes do SUS não incluem todos serviços, isto é, real demanda da população rural.

É importante ressaltar, que os participantes da pesquisa, alegam, sobre o desafio enfrentados por eles para se conseguir atendimento. Dentre os fatores que colaboram para essa questão estão: recurso financeiro, morosidade para acessar o resultado de exames e não conhecimento tecnológico para acompanhar o processo desse serviço na rede SUS.

A questão do acesso à saúde, envolve múltiplas questões, principalmente as financeiras porque nem sempre as pessoas dispõem de recursos para o pagamento das passagens da lancha e/ou do barco de recreio. Enquanto a demora para o resultado dos exames, implica na qualidade de vida e exclusão, porque ao perderem as cirurgias e consultas por falta do exame, terão que esperar por mais tempo para remarcarem novamente o procedimento cirúrgico.

Para o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (2007, p.15) o SUS deve arcar com o desafio de “abrir as portas do sistema para garantir o atendimento à população historicamente desassistida em saúde [...] entretanto, mesmo com a implantação das redes de atenção à saúde básica, a toda a população, observa-se que as comunidades rurais estão limitadas a esses tipos de serviços, sendo os serviço especializados um “luxo” para os poucos que irão dispor de recursos financeiros que custearão sua mobilidade, enfrentando

dificuldades que são recorrentes na rede SUS, como por exemplo: ausência de medicamentos, falta de recursos para realização de exames, e procedimentos cirúrgicos.

### 2.3. O Saneamento Básico da comunidade

O Saneamento Básico e Recursos Hídricos no Estado do Amazonas são questões que perpetram-se como parte da política municipal e estadual por meio da lei 11.445/2007 sendo deliberados o que cada um realizaria. Esses procedimentos são feitos por intermédio da portaria MS 2.914/2011 e Secretaria de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEMGRH). Estes elementos são para que o atendimento do saneamento e distribuição de água para o consumo humano se torne primazia na política de Estado<sup>38</sup>.

A comunidade de Fátima, dispõe de saneamento básico como água potável e encanada, que é retirada através de um sistema de captação de água subterrânea denominado poço artesiano. E em seguida, é armazenada numa caixa d'água coletiva, construída pela Prefeitura. O encanamento não chega a todas as residências da comunidade, sendo necessário que o comunitário faça a coleta da água no local onde fica instalado o poço comunitário.

Rodrigues (2013) assinala que “saneamento básico é um conjunto de procedimentos adotados numa determinada região que visa proporcionar uma situação higiênica saudável para os habitantes”. A esse respeito, vale destacar que medidas como tratamento de água e abastecimento, limpeza pública das ruas, coleta e tratamento de resíduos orgânicos realizados no local ocorrem parcialmente na comunidade. A água ingerida pelos moradores são tratadas por meio do cloro. Este é disponibilizado pelo Posto de Saúde com a finalidade de tratar impurezas presentes na água. Essa questão pode ser observada no relato do entrevistado 4:

*“Eles dão o cloro para botar na água. Aqui na Comunidade tem poço próprio. Se eles fazem tratamento eu não sei. Eu sei que quando eu chego em casa eu faço tratamento”.*

Os moradores são orientados pelos profissionais de saúde sobre a desinfecção da água. No caso da Comunidade de Fátima, o abastecimento de água é realizado por meio da

---

<sup>38</sup> ACANTHE, Thierry. Memorando de Negócios: Saneamento Básico no Amazonas. In: Plano Municipal de Saneamento Básico, 2014.



utilização de poço artesiano comunitário e residencial. O poço coletivo municipal, segundo o participante 1: *A comunidade dispõe de poço artesiano feito pela Prefeitura e caixa a d'água abastece o pessoal que vai buscar lá na bica.* E do Participante 20:

*Tem uma caixa, nós temos um poço. Mas eu nunca usei, na nossa casa nós temos o nosso poço artesiano. Mas tem o poço da comunidade, pessoal pega água lá. Tem que ir lá buscar, quem mora pertinho liga as borrachas e os canos e consegue, mas quem mora mais longe tem que pegar o garrafão e ir lá pegar, porque ainda não tem ainda o encanamento. A maioria das pessoas aqui tem poço artesiano, tudo dentro de seu próprio terreno. Mas nem todo mundo tem condições.*

É possível constatar que alguns moradores possuem poços construídos em seus domicílios. Eles alegam que a água não chega a todas as residências, principalmente as que ficam mais distantes, e por essa razão alguns fazem os poços individuais. Mas, isso, requer custo, além de se obter autorização das autoridades competentes uma vez que esse processo é prejudicial ao meio ambiente e essa razão exige licença ambiental<sup>39</sup>. No entanto, verificou-se que o poço não dispõe de manutenção e fica sem utilização por alguns períodos, seja por que a bomba que faz a sucção de água está quebrada, ou por falta de manutenção nas torneiras, conforme relato do participante 14:

*Nós temos poço, nós tiramos água do poço e vai para o bebedouro ou pega no igarapé. O prefeito botou um bocado de torneira, mas não funciona mais. Nunca ajeitou. Ai todo mundo que não tinha poço pegava água aí. Botava o balde no carrinho de mão e vinha pegar aí. Agora está parado.*

Em relação ao tratamento de esgoto é destacado pelos Participantes 1: *“a maioria das casas aqui tem fossa séptica, a gente não deixa mais fazer esse negócio de privada não, pois dá muito carapanã<sup>40</sup> sabe”*. Implica ainda, destacar conforme a pesquisa que Fatima é uma das várias comunidades do Amazonas que não possui sistema de esgoto sanitário, isto é, os efluentes são lançados em fossas individuais. Para tanto, Rodrigues (2013, p.19) a importância de, quando *“os serviços de saneamento básico são adequados, a qualidade de vida das pessoas”*, isso, diminui os riscos de adoecimento. Mas, para isso é necessário que todas as pessoas tenham acesso digno a água.

<sup>39</sup>Ver Lei n. 6.938/81 e art. 49, V, da Lei n. 9.433/97.

<sup>40</sup> Carapanã vem do tupi karapa'nã[9]. "Carapanã-pinima" vem da junção dos termos tupis karapa'nã ("mosquito") e pinima ("pintado") [10]. FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Segunda edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p.348.

Em relação a coleta de lixo está e realizada por dois garis, que realizam a coleta nas residências, conforme destacado pelo Participante 20: “*A gente dá graças à Deus que tem a coleta, tem os garis, aí vem uma balsa do lixão e leva pra Manaus*”, mais também, contam com o apoio dos moradores para realizar a coleta de lixo, apresentando uma preocupação com as condições de saneamento da comunidade, bem como, ao reconhecer a importância do trabalho realizado pelos garis junto à comunidade:

*Participante 14: Tem uns caras aqui...os garis né que pegam o lixo. Todo dia da semana. Bota numa sacola e bota num balde lá na lixeira. E em seguida, é levado para Manaus para o lixão”.*

Eddine (2009, p.23) O meio ambiente é visto como uma espécie de bem de uso comum da população e portanto, “não pertence a indivíduos isolados, mas à generalidade da sociedade, que o qualifica como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”. Assim, todos têm direito a um ambiente equilibrado. Por isso discutir sobre o destino dos resíduos sólidos é uma questão que envolve desde a prática individual e social.

Rodrigues (2013) destaca que a região Norte, destaca-se com reduzidos índices quando se discute a questão do destino de resíduos sólidos em aterros sanitários. Portanto, nas propostas de Saneamento Básico de Fátima, ainda não está incluso a criação de um aterro sanitário. Esse processo se dá por intermédio da Lixeira Municipal de Manaus. Os garis, recolhem os resíduos sólidos e levam até a balsa de coleta do lixo, que fica ancorada, três vezes por semana em frente a comunidade, e em seguida o lixo é transportado para Manaus.

No entanto, observa-se que alguns moradores colaboram no trabalho de coleta e despejo de seus lixos, colocando-os diretamente na balsa. Não foi relatado a queima do lixo por nenhum dos entrevistados. E o participante 4, relatou a utilização do lixo na produção do composto orgânico, prática aprendida através de um Programa de Capacitação da Petrobrás que funcionou por um determinado período no local.

*Eu trabalhava com esse composto do lixo, e quando surgiu aquele Projeto Desenvolvimento e Cidadania a gente vivia até melhor. Mais depois de 2 anos 3 anos passou aqui o Projeto. A gente ganhava um salário cada um. Isso era para Petrobrás. E então eu trabalhava com lixo orgânico e então a gente fazia o adubo e vendia o adubo todo. Ai de lá para cá foi arruinando mesmo, ninguém vendeu mais. A comunidade foi aumentando não podia e não dava mais para trabalhar com isso. Ai na minha área lá eu tenho 3 montoeiras de lixo lá que eu não posso nem mover. Eu tenho*

*um filho que eu tenho com essa mulher e tem uma academia lá na sede lá e ele passa de semana para lá. E quando ele está para Manaus o negócio fica parado (PARTICIPANTE, 04)*

O projeto da Petrobrás, implantado anteriormente no local tinha objetivo de consolidar oportunidades de geração de renda na comunidade as pessoas de baixa renda, elevando assim o rentabilidade familiar e cidadania. Nessa perspectiva, a concentração de mão de obra no ramo do composto do lixo, serviu para estimular o processo de concentração de ganho na comunidade. Assim, o encerramento do prazo de execução do projeto foi considerado pelas pessoas como algo negativo uma vez que, elas dependiam do salário pago pela proponente. Dessa forma, apreende-se que a prática ensinada pela instituição seria o ponto importante, contudo para os sujeitos que moram em área rurais, o elemento essencial seria ampliação da renda e isso ocorreu somente no período de execução.

Assim, uma das dificuldades apontadas por um dos participantes: é que não tem como transportar o lixo agora, uma vez, que possui idade avançada, o que o impede de realizar atividades físicas pesadas. No entanto, ressalta que o projeto da Petrobras disponibilizava um salário mínimo para quem desenvolvesse atividades como o lixo orgânico, e de uma certa forma, foi importante para a complementar a renda familiar. Durante todo o período da pesquisa, observou-se que nenhum projeto voltado para as questões ambientais está sendo executado na comunidade, nem por parte do poder público ou da área privada.

#### **2.4 O olhar sobre a Segurança Pública Local**

Um outro serviço que a comunidade dispõe está relacionado a segurança pública, que conta atualmente, com um Posto Policial que tem um contingente de três sargentos e cinco soldados, que se revezam através de escalas de serviço, o posto responde ao comando da 10ª CICOM que fica localizada na cidade de Manaus. As ocorrências mais comuns são roubos e pequenos furtos, no entanto, é destacado pelos Participantes 1 e 20 a existência de outros tipos de ocorrências:

***Participante 1:** dois PMs todo dia vem para prestar segurança a comunidade, já fiz uso do serviço do posto policial, pois uma vez roubaram uma botija em casa e eu tive que ir lá para eles flagrarem o ladrão, eu fui bem atendido, inclusive recuperaram a minha botija, mais já teve caso de roubo da merenda da escola, roubo de um compressor no Posto de Saúde, e ocorrência até de um assassinato, depois desses episódios, eu fui logo até Manaus falar com o Sérgio Fontes que era o*

*Secretário solicitar um carro pra cá, pois se acontece uma ocorrência, no carro ele pegam logo, logo.*

**Participante 20:** *Bom, para mim é tranquilo. Tranquilo mesmo, mas nem tanto tranquilo, negócio de roubo acontece em todo canto, e isso aí acontece aqui. Essas pessoas que moram longe deixa a casa sozinha, os caras entram aí, arrombam, porque não tem ninguém. Já mataram várias pessoas aqui, negócio de tiro. Teve um recente, mas foi por causa de negócio de droga, aqui e acolá tem, mas é esse negócio de droga aí.*

Fátima é considerada uma comunidade pequena em relação aos bairros de Manaus, porém se a compararmos com as comunidades localizadas na área do Tupé, esta pode ser considerada como uma “metrópole” pelos serviços ofertados pelo poder público, comércio local e número de habitantes que possui. A sua proximidade da capital Manaus e as suas duas formas de acesso, acabam atraindo um número maior de pessoas que vão para a comunidade, para o final de semana ou para constituir moradia. Todos esses fatores, influenciam na questão da segurança, uma vez, que esse número flutuante de pessoas, causa na população a sensação de insegurança, e passa a ser associada as ocorrências que antes não faziam parte das estatísticas da comunidade, como relatados acima.

Embora Fátima seja uma das poucas comunidades que contam com um Posto Policial, o trabalho realizado pela equipe de policiais e sargentos recebe uma série de críticas por parte dos moradores, onde muitos relatam o número reduzido de soldados, que são dois, considerando o tamanho da comunidade e o contingente populacional, sendo relatado pelo Participante 04:

*Considero o trabalho dos policiais razoável, a questão é que aqui já foi seguro, hoje em dia não é mais. O perigo corre na porta da gente. Há muitos malandros fumando maconha direto à noite, fumando droga, tenho a impressão que os policiais têm até medo de sair.*

A insatisfação com relação ao andamento dos projetos de segurança é grande e alguns relatam a falta de confiança na equipe que presta serviço, seja pela falta de comprometimento de alguns policiais no encaminhamento e resoluções dos problemas que são apresentados, ou mesmo por não terem suas ocorrências encaminhadas ou solucionadas. Esse olhar de pouca credibilidade, faz com que os moradores deixem de realizar as queixas na delegacia.

Isto se deve ao fato segundo o Relatório Analítico Território Rural Manaus e Entorno – Amazonas (2011) devido à ausência do “fortalecimento da relação entre Estado e sociedade civil no âmbito da gestão pública constitui um dos pressupostos fundamentais

para promover as ações de desenvolvimento territorial”<sup>41</sup>. Assim, essa problemática por exemplo, pode ser repercutida ainda mais no âmbito rural, por esse motivo é importante a promoção do fortalecimento na participação popular na construção de políticas públicas, visto porque, isso está cada vez mais fragilizada no seio social das comunidades rurais. As reivindicações se constituem como questões importantes, no entanto na arena política, as ações são movidas por diferentes interesses e atores políticos que acontecem segundo o Relatório acima, isso ocorre de forma “individualizada” e “pessoal”.

O diálogo entre a comunidade e os representantes do Posto Policial está voltado para um processo reativo as ocorrências existentes, onde não se observa um planejamento local em parceria com os moradores, para traçar estratégias de redução das ocorrências identificadas.

Nesse âmbito, o participante 04 aponta sobre a dificuldade de não conseguir estabelecer a organização dos moradores para se discutir sobre as dificuldades de segurança da comunidade: “A dificuldade é essa, convidamos todo mundo e o povo quase não vem. O povo está esquecido da Comunidade. Não participa. São convidados e não vem porque não confia no presidente estão desacreditados”. A participação nos eventos comunitários ficou mais difícil pois os mesmos não acreditam na gestão comunitária atual. No entanto, o não comparecimento as reuniões, não exime as pessoas de opinar, pois observa-se que para eles, discutir a problemática, é fundamental, mas se percebe que isso acontece de modo individualizado. Falar de segurança por exemplo, é discorrer sobre algo que a comunidade se importa e muito.

O contexto é bastante comentado, pois consideram o local pouco seguro, para se viver e os comunitários precisam lidar com situações que antes não aconteciam, a exemplo do consumo de drogas e tráfico de drogas, comentados de forma receosa pelos moradores. O Participante 20 enfatiza,

*Essas pessoas que moram longe deixa a casa sozinha, os caras entram aí, arrombam, porque não tem ninguém. Já mataram várias pessoas aqui, negócio de tiro. Teve um recente, mas foi por causa de negócio de droga, aqui e acolá tem, mas é esse negócio de droga aí.*

O tráfico de drogas segundo o relato acima se faz bem presente na comunidade e por essa razão alguns arrombamentos e uso de armas de fogo são práticas que tem acontecido.

---

<sup>41</sup> Fonte: Relatório Analítico Território rural Manaus e Entorno – Amazonas. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/>. Acesso em 20/03/18.

Essa é uma questão que conforme Elias (1990, p.20) as forças sociais, “são forças exercidas por pessoas sobre si mesmas e sobre os outros”, e temos o desafio de ressaltar que as relações de trabalho são estabelecidas através de atividades agrícolas, comerciais e através de empregos diretos que não podem ser vistos como se fossem independentes da “ação” e/ou da “inação humana”.

Tais forças podem também exercidas por exemplo, por meio do tráfico de drogas, atividade que antes na comunidade era considerada rara pelos moradores, mas que atualmente, já se faz presente no cotidiano do local, juntamente com as expressões da violência. Silva (2010, p.88) explica que “a falta de alternativa que fez com que jovens e adultos não obtendo oportunidades de emprego no mercado de trabalho adentraram o mundo da droga por verem o narcotráfico como opção de fonte de renda”.

Portanto, a melhoria dos serviços no combate a insegurança na comunidade, depende do fortalecimento, alargamento e ampliação do capital social dos atores envolvidos para que obtenham êxito em atividades que não sejam esse. A execução de políticas voltadas para os jovens e adultos geraria oportunidade levando em conta a realidade em que vivem.

E como citamos anteriormente, a maior parte das pessoas que moram em Fátima utilizam o meio de transporte por via fluvial, por meio de rabetas, lanchas e barcos de recreios. O tema será tratado na abordagem seguinte com maior ênfase.

## **2.5 Os tipos de acesso à comunidade de Fátima.**

O acesso para a comunidade de Fátima pode ser realizado tanto pela via fluvial quanto pela via terrestre. A via fluvial é a mais utilizada considerando o tempo de duração do deslocamento que varia entre 15 a 20 minutos, enquanto pela via terrestre o deslocamento leva uma média de 1: hora e 30 minutos. O deslocamento pela via fluvial é realizado através de embarcações de pequeno e médio porte, de caráter privado, através das cooperativas fluviais que oferecem o serviço ao público. Atualmente a cooperativa cobra o valor de \$7,00 reais, até a comunidade de Fatima, este valor sofre alterações de valores para as demais comunidades, considerando o fator distância e o preço dos combustíveis.

Ferreira (2016, p.44) ressalta que o “transporte fluvial de passageiros é fundamental para a Região Amazônica”. Por isso a interligação de Manaus com outros lugares é importante, mesmo não sendo a única maneira de acesso, conforme o relato do participante 20: “*É de carro e tem de barco também. Tem estrada. Mas também é só quem tem seu carro próprio; A lancha custa sete reais daqui pra Marina. Não acho caro*”.

O Acesso por via terrestre é mais difícil, porque a estrada não é asfaltada. E mesmo que o deslocamento fluvial implique numa tarifa mais alta, os moradores acabam optando por essa via fluvial, porque o tempo que levam para chegar ao destino é bem mais rápido. Na visão do participante 04: “*é difícil para nós é o Meio de transporte*”. Essa situação para as pessoas da comunidade se torna difícil porque nem todos tem transporte próprio e se forem para outros locais precisam pagar passagem que tem um custo não acessível com o orçamento deles.

A problema nesse caso, é porque muitos não possuem veículos e segundo, a estrada é de terra batida com muitos buracos, e se torna muito perigosa em tempos de chuva. Soma-se a essa realidade “a carência de infraestrutura adequada de transporte é uma questão acentuada nos municípios do território Manaus e entorno”<sup>42</sup>. O transporte público terrestre, ainda não é disponibilizado para o local, por isso o meio mais utilizado é por intermédio de lanchas. Os agricultores quando desejam vender seus produtos tem que pagar pelo transporte. Não existe incentivo do poder público quando se trata dos moradores do outro lado do rio.

Essa relação tem forte influência na vida comunitária, principalmente no trabalho, como por exemplo, as pessoas que moram na comunidade, mas que precisam trabalhar em Manaus. Essa lógica acontece porque existe porque ao termino da jornada laboral, cotidianamente precisam se locomove de Fátima até Manaus e vice-versa. Portanto, seria recomendável a participação efetiva de investimentos e apoio do Estado em relação ao transporte e outros serviços, bem como o transporte e iluminação pública.

## **2.6. A iluminação pública**

Embora a comunidade de Fátima esteja bem próxima da capital Manaus, os moradores desde a década de 1970 a 2000 não dispunham do sistema de iluminação pública, sendo utilizado, geradores de energia elétrica pelas organizações estatais, como o Posto de Saúde, a Escola e o Posto Policial. Alguns possuíam pequenos geradores de energia elétrica e outros ainda faziam uso de velas e lampiões.”. Embora a energia seja “de tão essencial, se tornou indispensável para o rumo do bem-estar humano, esta ainda é, para algumas regiões da Amazônia, um privilégio de poucos”.

---

<sup>42</sup> Fonte: <http://sit.mda.gov.br/>. Acesso em:21/03/18.

Foi a partir de agosto de 2008<sup>43</sup> que o Programa Luz para Todos, chega a comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Manaus, sendo custeado com recursos da Sudam em parceria do MME-Luz para Todos/Eletronorte-Manaus Energia/Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Manaus. A partir desse momento, a comunidade passa a ser inserida no bloco das comunidades localizadas no Tarumã como beneficiária, sendo considerado uma das grandes conquistas da comunidade.

O sistema de energia elétrica trouxe uma nova perspectiva para a comunidade, sendo, citada como um dos fatores que possibilitou a oferta do Ensino Médio no horário noturno. O processo de manutenção em caso de falta de energia elétrica é feito pela central de atendimento da Manaus Energia, onde os moradores registram a ocorrência e a Manaus Ambiental efetua o atendimento.

O atendimento da Manaus Energia é motivo de críticas por parte dos moradores, como relata a participante 10: *A noite as ruas são escuras ...não há assalto direto mas há insegurança devido a escuridão das ruas*. O déficit de energia ocorre em todas as ruas, e as limitações apontadas pelo morador (a) tem a ver com a questão de eles trafegarem com dificuldade durante a noite por causa da ineficácia da iluminação pública.

A Iluminação Pública tem por objetivo de acordo com a Aneel (2000) estabelecer, de forma atualizada e consolidada, as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e os serviços estabelecidos tem por “objetivo prover de luz, ou claridade artificial, os logradouros públicos no período noturno [...]”. Além disso, o direito de ir e vir das pessoas fica prejudicado, uma vez que a insegurança, a violência estão cada vez mais frequente e o fornecimento dos serviços de segurança pública e energia elétrica, precisam ser estabelecidos de acordo com os objetivos estipulados pela Aneel.

O apoio necessário do poder público fazem com que as petições de energia elétrica, saneamento básico, saúde, educação de qualidade provoquem um sentimento de capacidade, mas nem sempre isso acontece porque nem sempre há consenso entre os moradores para exigir do poder público o atendimento as necessidades prioritárias.

## **2.7. O sentido da comunidade para os moradores: trabalho, a convivência e a cultura.**

As atividades relacionadas ao trabalho na comunidade de Fátima, é movimentada por pequenas plantações hortaliças, frutas e criação de frangos, estas desenvolvidas pelos

---

<sup>43</sup> Fonte: <https://www.mme.gov.br>. Acesso em 02/12/2017.



moradores dos sítios que ficam localizados no final da comunidade e dispõem de terrenos maiores medindo aproximadamente 250 metros de frente por 500 metros de fundos, que possibilita a plantação e criação de aves, no entanto, a falta de incentivo por parte do Estado faz com que os moradores não desenvolvam a produção agrícola em escala comercial, sendo produzido apenas para o próprio consumo, ou pequenas vendas na própria comunidade, sendo relatado pelos Participantes 1: “*Bom a atividade produtiva aqui é a produção de cupuaçu, agora tá parado pois a associação da Agrofrutas está fechada*”. O participante refere-se a Fábrica de cupuaçu que parou de funcionar. Eles plantavam a fruta e em seguida vendiam para a fábrica que embalava e repassava ao mercado. Essa ponto foi crucial para a renda dos agricultores que lamentam que o local tenha sido desativado.

Nas palavras do participante 20, é possível observar os seguintes problemas:

*Bom, aqui, é meio difícil, mas, do que o pessoal vive mesmo aqui, pessoas que não tem emprego na cidade, acho que é quem tem um plantio que vende farinha, é a agricultura, e alguns vende negócio de pimentão, essas coisas né, pimentão, cheiro verde... é o único meio que tem para gente ganhar dinheiro por aqui e tem uns que são caseiro né, limpam terreno das pessoas que moram em Manaus. Tem uns que vendem para a cidade e tem uns que vende aqui mesmo.*

Analisando mais especificamente a área do trabalho compreendida pela atuação de venda de farinha, verduras. Ainda se pode observar que a agricultura e o trabalho de caseiro são mencionados na fala do participante. E, a venda de produtos, bem como farinha e hortifrúteis nem sempre são feitas na comunidade, as vezes vão para Manaus. Essa prática ganha forma no cotidiano das pessoas do local como uma maneira de subsistência. Pereira (2014, p.275) que “isso demonstra o quanto os espaços ribeirinhos não são simplesmente “meios naturais”, mas construídos socialmente, incorporando trabalho e significados imaginários sociais”, porque todas essas questões tem significado social, cultural, político, territorial para os agricultores, caseiros e limpadores de terrenos.

Outra atividade conhecida na comunidade apontada pelo participante 04, está relacionada ao plantio de cupuaçu que já rendeu lucro no passado. Antes as pessoas vendiam a polpa para a fábrica de cupuaçu, que em seguida era embalada. Mas, a Fábrica parou de funcionar por falta de compromisso dos gestores e a venda da fruta ficou prejudicada. Essa situação gerou o enfraquecimento de vários incentivos para o local que serviu por um bom tempo para colaborar na renda comunitária.

*“Não tem nada. Já teve muita instituição aqui dentro mais o pessoal que trabalha, caiu dinheiro no meio já viu, some tudo. Some tudo! Por exemplo: tem a Fábrica de Cupu, já passou bem uns seis por essa Fábrica. Mas, o dinheiro que pegam...foi até o Amazonino, mandou muito dinheiro para esse negócio o dinheiro sumiu todinho. Ninguém sabe para onde foi”.*

Além do plantio de cupuaçu, mandioca, e alguns hortifrúteis a comunidade também apresenta uma rede comercial, formada por comércios de pequeno e médio porte, como tabernas e mercadinhos. Nos estabelecimentos são comercializados produtos locais, como frutas regional, farinha, e algumas variedades trazidas de Manaus. Dentre essa grande variedade destacam-se: os gêneros :alimentar, higiene e limpeza, material de construção, confecções. E ainda existe o comércio flutuante no Porto de embarque e desembarque da comunidade.

Mesmo que os comunitários atuem de diversas formas, existem debilidades como por exemplo, as relacionadas a “precariedade das condições mais básicas, como: alimentação, moradia, educação, saúde e transporte”<sup>44</sup>. Essas questões se apresentam como balizas para as famílias rurais, que necessitam de condições mais dignas para sobreviverem. Elias (1990,) explica que “o homem como indivíduo solitário”, é tão agudo que perdemos a luta que cada um, trava pelo regozijo próprio é dirigido desde o princípio para os “outros”. Este processo, se apresenta como base para que se possa entender os problemas que se apresentam na realidade cotidiana.

Observa-se que práticas cotidianas como a pescaria por exemplo, serve para alimentação e para o pequeno comércio. Esse procedimento é uma configuração inerente das comunidades rurais que transporta fonte de renda e alimentação. O porto é um local onde acontecem as relações de venda do pescado aos consumidores. Marcos et al (2010, p.4) consideram “o peixe como elemento estruturante da forma de vida dos pescadores, entretanto, tendo em vista os dados aqui pesquisados, é o próprio rio e o viver em suas margens o centro da construção imaginária destes pescadores”<sup>45</sup>.

A venda do peixe capturado pelos pescadores, são pescados em lagos que ficam na comunidade ou nas comunidades vizinhas a Fátima, onde aos sábados é possível notar uma variedade de canoieiros com caixas de isopor vendendo os peixes, conforme figura abaixo:

---

<sup>44</sup> Fonte: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em 20/03/18.

Análise Comparativa dos Perfis Socioeconômicos dos Pescadores Artesanais da Zona Rural e do Perímetro Urbano de Porto Murtinho/MS. In V Simpósio sobre Recursos naturais e Socioeconômicos do Pantanal, novembro de 2010 – Corumbá – MS.

**Figura 09 – Comercialização dos peixes na Comunidade de Fátima**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora, 2017.

O número de comércios é considerado amplo na localidade, sendo relatado pelo Participante 20: *“Comércio? Só, deixa eu ver aqui, que o comércio eu sei, começando lá do... tem 1,2,3...4,5, não sei ao certo, mas deve ter uns 15 eu acho, ou mais, são muitos”*. Observa-se que o participante admite ser número significativo de estabelecimentos comerciais. Essa atividade também indica que muitos deixaram de viver da agricultura para viver da venda de produtos alimentícios industrializados. Essas dimensões permitem avaliar que a interação dos moradores rurais tem mudado com a comercialização de produtos industriais.

Conforme Balsadi (2001, p.157) *“o meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas”*, como no caso das atividades comerciais, onde muitos deixaram de trabalhar no campo para instituírem casas de comércios. E assim, atividades agrícolas, estão desaparecendo e se tornando cada vez mais urbanas. Essa é uma atividade que a cada dia vem se desenvolvendo na comunidade como o comércio que já foi citado por ser numeroso.

O participante 05: relata que a comunidade possui *“10 comércios”* que revende principalmente produtos para o consumo da comunidade. Entretanto, o custo é considerado alto conforme identifica o participante 02: *“A gente não vive mal, mas, também. Também bem não vive. Não falta nada só que as coisas da comunidade são exageradas, muito caro”*.

Num sistema de mercado, o valor dos produtos se tornam altos demais e a dificuldade se estabelece nos preços altos dos produtos para o consumidor que com muita luta, consegue obtê-lo.

O meio de transporte de pessoas e mercadorias, realizadas por um grupo de cinco pessoas com carros de passeio e com carrocerias e esse transporte é realizado em sua maioria no porto de embarque e desembarque fluvial. E as viagens para conduzir passageiros até Manaus, ocorrem esporadicamente. Essa renda é utilizada como complementar para o sustento dessas cinco famílias. Além dessa atividade eles ainda, criam de galinhas e cultivam hortaliças.

A comunidade desenvolve também, atividade de armazenagem de polpa de frutas sendo predominante o cupuaçu, que durante as décadas de 1980 e 1990 era bastante comercializado e levou a criação de uma fábrica de armazenamento de frutas, como fora relatado pelo Participante 1. Os moradores saem da comunidade a procura de trabalho em Manaus, sendo esta a forma de geração de renda mais recorrente. Quando isso acontece, passam a residir durante a semana em Manaus e os finais de semana retornam a comunidade.

Existem alguns que tem condução fluvial própria e realizam o trajeto diariamente, de acordo com relato do participante 20: *“Eu gosto da comunidade, não me acostumo em Manaus, quando eu trabalhava lá, eu ia e voltava todo dia, no meu motorzinho”*. Muitos preferem viver na comunidade e mesmo quando trabalhavam na cidade não abrem mão de retornar para o local. E, sobretudo aos que têm em seu dia-a-dia e em sua configuração na visão de Silva (2010, p.194) esse viés subsidia para que se possibilite “produzir a existência uma profunda relação e dependência da água, da terra e da floresta, como o trabalhador e trabalhadora das comunidades ribeirinhas”.

O convívio entre os moradores, é visto como bom ou razoável pelos participantes da pesquisa, nessa relação é possível ainda observar ações de solidariedade em alguns grupos, como no caso dos moradores dos sítios que estabelecem uma relação de parceria, sendo relatado pelo Participante 1: *A comunidade não realiza muitas atividades coletivas, posso falar de mutirão de fazer roçado, plantar mandioca, fazer farinha, buscar uma produção de um parceiro na zona rural, isso ainda acontece.*

Por mais que a comunidade não realize muitas atividades coletivas, as que são promovidas tem relação com o tipo de trabalho que executam. O mutirão de roçado, é uma prática presente no costume de quem atua no ramo da agricultura. Geralmente, após a queima do roçado, ocorre a limpeza (retirada dos galhos que o fogo não conseguiu queimar) e tudo é amontoado e em seguida é feita uma espécie de fogueira. Feito isso, é que o plantio

da mandioca acontece. Em todo o processo, os mutirões acontecem podendo também ocorrer quando o mato cresce ao redor da árvore da mandioca. Para tanto, esse método se faz para que o plantio não seja coberto pela mata dificultando a fase do “arranque” (tirar a mandioca do solo).

No entanto é relatado ainda pelo participante 20 que ocorrem ações no centro da comunidade: *O vice-presidente sempre organiza para cortar as árvores para não encostar no fio da energia, a gente vai alimpar o campo, roçar, sempre que estou aqui, já fui várias vezes ajudar.* Essa ação, não ocorre quando os comunitários não estão trabalhando na roça, mas é outra forma de participação diferenciada, porque eles compreendem que o campo de futebol é essencial para o lazer.

Os festejos e atividades esportivas são citados como positivas para a comunidade, pois reúne uma boa parte dos comunitários que se organizam para realização dessas ações, sendo relatado pelo participante 20: *“quando a gente faz campeonato, os meninos vêm de Manaus, não sei se tu conheces o pessoal da Embrapa, o pessoal veterano vem e sempre a gente jogar, mas já brinquei muito”.* A organização de campeonatos entre os jogadores do local e os de Manaus sempre é bem recebida por eles.

O tipo de diversão como o lazer contribui para o divertimento do local que de acordo com Matos (2015, p.110) existe uma outra forma de divertimento que serve não em benefício dos comunitários, mas sendo “para especializar a mão-de obra e estimular o trabalho de pessoas”, e ainda, gerar implicações entre “trabalho e lazer”. Nessa lógica, as consequências estão relacionadas há um “lazer elitista”, já que esse modo corrobora para o acúmulo de lixo, gasto excessivo de energia e água e casos de violência.

Pode-se notar uma diferença sensível entre “lazer elitista” do lazer vivenciado pelas pessoas da comunidade, como por exemplo, o jogo de bola, que é definido pelos que moram em Fátima como algo bem diferente dos que geralmente visitam o local, isto porque os interesses são divergentes. Assim, quando ocorrem os eventos externos o jogo sempre é por meio de premiações e as finalidades existentes são consideradas com um rigor mercadológico, escamoteando-se por meio do episódio que parecem ser com intuito de entretenimento, mas que está longe de ser um simples jogo de bola.

No entanto, é realizada na comunidade a festa dos canoieiros, que é promovida pela Cooperativa dos Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do David à Fátima – COOPACAMDAF, os moradores se referem a essa festa como conhecida pela comunidade, porém, relatam que essa não é feita em parceria com a associação de moradores no processo

da organização do evento, sendo solicitado do Presidente da associação dos canoieiros apenas a autorização para realização do evento, como relata o Participante 04:

*Quem mais faz festa aqui é o presidente da ACAMDAF. Eles que vem para cá fazem a festa, trazem muita coisa, fogão, geladeira, liquidificador. A comunidade toda participa. O pessoal vem, todo mundo. Ele vem e conversa com o presidente para promover o evento. Tem o mês certo de eles fazerem esse evento. O José faz várias campanhas. Um vai passando para o outro. E aí a pessoal da comunidade quando vão atravessar na lancha eles dão o cartão do bingo para a pessoa participar.*

A comunidade tem o hábito de se reunir para assistir os jogos de futebol e participar dos festejos e isso ocorre em períodos de campeonatos ou torneios, algumas dessas atividades reúne a população mais jovem como crianças e adolescentes, adultos e idosos, também participam, mais ainda é possível ver essa movimentação no campo todos os dias ao final da tarde, como relata Santos e Kinn (2009,p11) consideram “as festas rurais e são uma manifestação social que continua existindo nas comunidades, pois a essência está na sua capacidade de adaptação das tradições”, e possivelmente vão desempenhar controles nos espaços e nas identidades de quem as pratica.

## **2.8. O processo de formação, fundação e organização da Associação de Moradores de Nossa Senhora de Fátima.**

A Associação de Moradores da comunidade passa a existir a partir do início da fundação de comunidade de maneira informal, onde os primeiros moradores se organizaram para realizar o processo de povoamento das terras. Nesse período, sendo relatado pelo Participante 1: “*eu já fui presidente cinco vezes, a primeira gestão foi em 1975, a outra foi a partir de 1979 e a outra de 1984, e por aí vai, sou sócio fundador*”. O entrevistado ainda participa de reuniões promovidas pelo atual presidente da associação mesmo não estando mais atuando tem influência nas decisões comunitárias.

A associação de moradores foi fundada em 27.10.1987 - CNPJ - 22812220/0001 - 81 com o nome da própria comunidade, possui uma diretoria constituída a partir das normatizações do Estatuto da Associação. A partir desse período, passa a realizar ações em parceria com o poder público, através do Estado e da Prefeitura, conta com uma auxiliar administrativa, com funcionamento aos sábados na residência da própria auxiliar, sendo relatado pelo Participante 1:

*Nós já tivemos trabalhos que foram conquistados pela Associação como o primeiro Posto de Saúde, a primeira escola, a casa do Migrante que nós fizemos pela comunidade, a sede da Associação que foi passada para a Agrofrutas, o Posto Policial.*

Nestes termos, as conquistas existentes em Fátima como as citadas pelo informante acima, são frutos da organização do antigo presidente juntamente com outras pessoas. As exigências por parte dos comunitários serviu para que essas e tantas outras fossem trazidas para o âmbito local.

Enquanto Participante 04 destaca o trabalho de gestões anteriores, ressaltando o interesse do presidente da associação em trazer benefícios para a comunidade, relatando: *quando o Romildo foi presidente, conquistou mais alguma coisa. Ele ia para Manaus ele conversava. Era rabeta, rancho, forno de farinha, depois acabou tudo. Ele conseguiu trazer na época do Serafim a Fábrica de Cupu para cá. No tempo do Romildo. A Fábrica de Cupuaçu, e alguns objetos que serviam para o trabalho dos agricultores foram algo que eles sempre citam.*

Desse modo, não se trata de afirmar que somente através de uma pessoa se consegue a efetivação de direitos, no entanto, a organização sociopolítica também é importante quando se tem os objetivos bem estabelecidos e conhecimento acerca do que almeja por meio de seus atores visto que na coletividade, o desígnio maior não é “apontar alguém como detentor de informação, ou de conhecimento, ou de sabedoria se esses não se revestem em benefício à própria comunidade<sup>46</sup>”. Essa característica do saber é essencial, mas se não for utilizada para o bem comum da sociedade é um saber que não resultará em materialidade de direitos.

Lira e Chaves (2016, p.10) destacam que a principal finalidade da organização sociopolítica desses grupos, “está na busca pela conquista de seus direitos e na constituição de meios para atendimento das necessidades básicas de seus protagonistas”. É evidente que a multiplicidade desses critérios que levam em conta a organização dos moradores por meio da associação, já foi bem mais ativa do que atualmente.

O participante 20 enfatiza que: *“Entra presidente e sai presidente nada aparece. Se ela funcionasse ela tinha um meio de trabalho”*. Eles não conseguem se perceber no processo de decisão e por isso se forma o pensamento de insatisfação, ou não seria ou talvez

---

<sup>46</sup> LIMA, Maria; ANDRADE, Erika. Os ribeirinhos e sua relação com os saberes. In: Revista Educação em Questão, Natal, v. 38, n. 24, p. 58-87, maio/ago. 2010.

o “facto das sociedades humanas serem constituídas por seres humanos, por nós próprios, leva a que esqueçamos muito facilmente que o seu desenvolvimento” (ELIAS,1990, p.33).

O processo de escolha das lideranças, segue as normas do Estatuto da própria Associação que foi adotado a partir de 1987, onde o processo eleitoral ocorre de quatro em quatro anos e podem se candidatar apenas os moradores da comunidade com mais de dois anos de residência no local, sendo relatado pelo Participante 20:

*Assim, forma a diretoria né, escolhe o candidato, sai o candidato de cada um e no dia faz a chapa, chapa 1, chapa 2 que chama né, aí a gente vota, no papelzinho e aí põe na urna. Eles formam a diretoria deles né. Apresenta a proposta e tudo, tudo direitinho. Enquanto o Participante 04 ressalta: aqueles que tem mais possibilidades, eles se apresentam. A partir daí os moradores que escolhem.*

Alguns comunitários veem o trabalho realizado pela associação de moradores como importante, sendo destacado pelo o participante 20: *Eu acredito... não posso nem te afirmar, mas... na verdade tem que ter um representante né, para ir atrás, buscar alguma coisa em benefício da comunidade. O participante 01 afirma:*

*Eu considero o trabalho da associação importante, porque veja bem uma associação que não tem poder de reunir os comunitários para fazer as coisas, ela não é uma associação, deixa de ser associação, e a gente fazendo as coisas pela associação todo mundo sente aquele espírito de dizer eu ajudei fazer isso, considero importante a união dos associados.*

O que também é destacado pelo participante 04:

*Eles fazem o trabalho deles, mais eu não vejo desenvolver nada. Tem dificuldade porque, tem muitos que vem morar e não pode pagar e então, a Associação sai perdendo com isso. [...] A gente não vê dinheiro, a gente vê a comunidade se lamentar. Se você chegar com algum morador da comunidade o que ele vai dizer que não tem nada.*

A mobilização dos comunitários por parte da associação ocorre por meio de panfletos, convites que são distribuídos nas residências mais próximas e carros de som, para as residências mais distantes do centro da comunidade, conseguindo atingir assim a maior parte da população. Sendo relatado pelo Participante 20 e 4:

*É assim, quando tem reunião a gente vem, participar das reuniões, quando estou aqui na comunidade, tem tempos que a gente não está aqui,*



*depende também dos presidentes né, quando eles fazem, de mês em mês ou de dois em dois meses a reunião e aí eles convidam e a gente vem, enquanto o Participante 4 acrescenta: Só convite mesmo, eles mesmos distribuem. Eu recebi da mão do Paulo esse que é vice-presidente. Se acontece qualquer coisa o Paulo me chama.*

A associação de moradores contou com um número maior de participação dos moradores nas atividades e ações realizadas em gestões anteriores comparada a participação nas atividades promovidas pela gestão atual, com a conquista de algumas políticas públicas, sendo relatado a satisfação na participação por alguns moradores. Existe, pois, uma diferença entre a letra da lei e sua efetivação, disseminada minimamente pela população rural.

Assis (2005) as associações são construídas de duas maneiras: externa, por processo participativo. A primeira dificilmente tem durabilidade por ser criada por políticos e técnicos e a segunda ocorre por intermédio do estabelecimento de um processo participativo, e sendo edificada “coletivamente, seus membros sentem se parte dela, realizam suas atividades mesmo em tempos difíceis e não permitem que agentes externos lhe tomem o rumo em detrimento da participação de todos”. Essa configuração participativa da comunidade se dá por meio da associação de moradores que para alguns participar desse processo se torna algo relevante para a construção e reconstrução persistente, a exemplo do Participante 1 e 4: *Sempre, sempre eu estou presente na comunidade participando, eu gosto de participar.* Enquanto é relatado pelo Participante 20:

*Olha eu não participei mas teve ali um negócio, eu acredito que seja da associação da comunidade, que teve um negócio de polpa né, que tinha aqui, que era da associação não funciona mais e está parado. De primeiro tinha puxirum, mas agora tem os garis, que vem e limpa, mas antes era nós que fazia esse trabalho.*

Os moradores são convidados a participar, todavia não acreditam na atual gestão. Destarte isso é uma das causas do não comparecimento nas reuniões conforme destaca o participante 04, atribui essa falta de participação de credibilidade na atual gestão, destacando: *“a dificuldade é essa, convida todo mundo e o povo quase não vem. O povo está esquecido da Comunidade. Não participa. São convidados e não vem porque não confiam no presidente estão desacreditados”.* Constata-se que as pessoas estão cada vez menos participativa nas tomadas de decisão da associação de moradores onde costumavam

se organizar. A mudança tem a ver com a ausência da representatividade da nova gestão que eles dizem não ter estratégias como as que existiam na gestão anterior.

De acordo com Assis (2005, p. 37) a precisão de que o processo participativo se constitua em algo “verdadeiramente construído e apreendido pelos sujeitos da participação, por meio de ações conscientes que permitam a eles construir um aparato de cidadania e reconhecimento de seus direitos”.

Tenório e Rosenberg (1997, p.103) titulam de “participação consciente” como sendo aquela em que os participantes “possuem a compreensão sobre o processo que estão vivenciando. Quando uma pessoa ou grupo de pessoas age sem o entendimento das razões e consequências de seus atos, a participação é restrita, estabelecida em função de alguma espécie de relação de dominação”.

Barroco (2010) observa que na conjuntura comunitária amazônica, a “organização sociopolítica” se constitui no conjunto da “gestão comunitária”<sup>47</sup>. Eles mesmos tem sua forma de organização, e o exemplo mais comum é o da associação comunitária que se estabelece como um local de tomadas de decisões por meio de assembleias. Assim, é necessário o engajamento não somente de quem está na linha de frente (presidente e vice), mas também dos associados.

Diante dessa perspectiva, o que se anseia, são políticas públicas que atendam a realidade da comunidade, bem como Saúde, Educação, Segurança, iluminação pública. Políticas Públicas correspondentes às particularidades local da população, para que, de fato, a comunidade faça uso. Com efeito, sua existência implica reconhecimento de direitos, mas, requer a influência comunitária para impor condições que viabilizem direitos que deve ser exercido a partir de um elevado envolvimento da sociedade civil nos espaços de decisões.

No próximo capítulo, procurar-se-á abordar sobre o poder a partir das relações sociopolíticas se apresenta na comunidade estudada, as relações de poder entre os comunitários e a associação de moradores, o trabalho das lideranças da associação de moradores da comunidade de Fátima, as ações de solidariedade na comunidade e o individualismo, as relações dos comunitários com as instituições religiosas, objetos que serão abordado a seguir.

---

<sup>47</sup> Fonte: <https://tede.ufam.edu.br>. Acesso em:23/0318.

### CAPÍTULO III

## REFLEXÕES SOBRE O PODER A PARTIR DAS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS

*“...Todos nós afetamos o mundo e uns aos outros de incontáveis maneiras todo o tempo; qualquer uso dado do conceito de poder...refere-se a gamas de consequências consideradas como significativas de maneiras específicas e correlatas”*

*Steven Lukkes*

### 3.1. As relações de poder entre as estruturas formais e não formais na comunidade

As relações de poder em pequenas comunidades se fazem por meio de laços estreitos, dadas as afinidades familiares e as circunstâncias com que acontece a formação de uma comunidade, às vezes nem sempre harmoniosas. Visto porque, certos aspectos foram sendo reduzidos e à medida que ocorre essa transformação os sujeitos tendem a ficar mais isolados, deixando de ter proximidades com seus familiares, perdendo assim a proteção e influência e se descobrindo cada vez mais autônomos.<sup>48</sup>

Max Weber (2012), ao tratar sobre as relações sociais, identifica-as em dois tipos: comunitárias e associativas. A primeira repousa no sentimento subjetivo, no pertencimento de um grupo, na base afetiva ou tradicional. O segundo ocorre quando há união de interesses motivados por valores ou afins. Esses dois tipos de relações, quando levadas ao cabo por um longo espaço tempo, tecem as relações de poder, que podem se transformar em situação de dominação, que, se quando naturalizadas passam a ser vistas como uma relação estável.

Se as relações de poder culminam na relação de dominação, cabe destacar que, em comunidades do interior, como Nossa Senhora de Fátima, que serve de campo para a nossa pesquisa, as relações de poder se fazem por uma espécie de entrega de crédito a alguém por quem os moradores se veem representados, no caso o presidente da comunidade, que é escolhido o sujeito que fará o intercâmbio entre o povo da comunidade e os poderes legais constituídos.

Embora os estudos sobre o poder, para alguns teóricos, acentuem-se como um terreno pantanoso, intentamos, neste tópico destacar o poder como elemento de aproximação e favorecimento da comunidade ante os poderes constituídos. Para isso,

---

<sup>48</sup> ELIAS, Norbert (1994)

partiremos, primeiramente, da teorização dos conceitos de poder sob o viés de Norbert Elias, para quem o poder é fruto das relações sociais e, portanto, relacional, não situado, ocasional, pelo fato de os indivíduos existirem em grupo, na coletividade; da visão de Pierre Bourdieu, que parte da ideia de campo para a esfera do poder simbólico, e das ideias de Michel Foucault, para quem o poder é exercido e se estabelece nas várias instâncias sociais, invisíveis, sob os mecanismos diversos, sem contudo se acentuar numa acepção negativa, como o termo poder parece denotar.

Nosso intuito não é discutir uma teoria do poder nas relações sociais, mas sim, a partir do que foi visto e analisado ao longo da pesquisa, destacar como as relações de poder entre as estruturas constituídas – formais e informais – contribuem para que a comunidade logre êxito nos seus objetivos ante os governos no que diz respeito aos serviços a que tem direito, tendo como fio condutor as ideias dos três teóricos.

### **3.2. As relações de poder entre os comunitários e a associação de moradores**

Na comunidade de Fátima a Associação de Moradores é considerada uma porta de entrada para a comunidade, uma vez que a concessão para a aquisição dos terrenos, está vinculada ao cadastro na associação. Esse cadastro ocorria de maneira simples, com a preocupação apenas de obter informações dos dados pessoais dos moradores, como relata do Participante 1:

*A gente anotava as informações da pessoa num caderno, como nome, número de documentos como R.G e CPF, as vezes essas pessoas nem tinham esses números e a partir daí nós íamos fazer a identificação do lote, através do sistema de marcação de piquete.*

Ressalta-se ainda que a primeira distribuição de lotes não era comercializada, o que atraiu um número considerável de pessoas para Fátima. Entende-se a partir daí a relação do comunitário com a associação de moradores, ocorria a partir desses primeiros contatos dos novos moradores com a associação. A partir da década de 1980, as informações na ficha cadastral passam por um processo de ampliação.

A partir desse sistema de cadastramento os moradores ficavam pagando uma taxa para a associação que hoje, está no valor de dez reais mensais. No entanto, após a aquisição dos lotes o pagamento da taxa não era realizado por boa parte dos moradores de forma sistemática. A inadimplência no pagamento da taxa da associação acarreta dificuldade para a associação de moradores realizar qualquer evento, atividade na comunidade.

No entanto o Participante 1: *“atribui a falta de participação dos moradores, inclusive no pagamento da taxa: pois as pessoas estão desacreditadas nas promessas que são feitas pelos representantes para a comunidade, e as pessoas ficam desmotivadas”*. O número de sócios contribuintes, costuma ser bem reduzido e por essa razão a fonte de recursos da comunidade torna-se ineficiente, uma vez que a associação de moradores não recebe verba pública e a solução as vezes vem dessa arrecadação que não é de caráter obrigatório. E o que se percebe é que, em muitos casos, elas enfrentam vários problemas que não caberia a elas resolverem, quando na verdade seus verdadeiros papéis tem a ver com a de luta pelos interesses das pessoas e não de assumir o que deveria ser do poder público. Mas, lutar por interesses é algo que precisa ser realizado via decisões coletivas, porém a participação não vem acontecendo.

Portanto, considera-se uma certo conflito na articulação do representante e comunitários, o que para Almeida (2014, p.8) *“a definição do que é representado e quem representa está sempre em disputa e construção”*. Tais questões impõe refletir que representatividade política é algo que se encontra em constante transformação e tensão entre *“representantes”* e *“representados”*. Disso depreende-se que as relações nem sempre são de concordância, uma vez que eles sabem o que realmente necessitam e o que precisam enfrentar. Demo (1987) pressupõe que a participação torna as pessoas menos dependentes já que têm o direito de pensar, raciocinar, reivindicar, resistir, participar.

O Participante 4, destaca: *“Eles não estão fazendo nada, a relação deles com a gente é só quando tem uma reunião que eles chamam a gente. Na realidade o pessoal não confia muito nele não*. Na concepção do morador, o representante não tem uma relação de unidades com eles e que não confiam no trabalho da atual liderança. Nessa lógica, Almeida (2014, p.9) destaca que *“reconhecer que a representação é um processo e uma construção que envolve distintos atores e mobiliza diferentes concepções de legitimidade não é a mesma coisa que dizer que ela é sempre democrática”*.

O processo de escolha de um determinado representante por exemplo, nem sempre tem a aprovação de todos e também pelo fato de nem todos concordarem com que está sendo realizado por ele. A configuração que se apresenta na comunidade é de desagrado, uma vez que o entrevistado diz não ter confiança na liderança. É possível compreender que a relação dos comunitários com a gestão anterior era positiva, cordial de cooperação e participação como relata o Participante 1: *olha na minha gestão, a minha relação com os comunitários era muito boa, sempre que eu pedia eles vinham para as reuniões, e eles tinham o maior carinho comigo, até hoje é assim*.

As proposições acima, é que quando é dado o devido valor e respeito, as pessoas são mais participativas, bastando ter um pouco mais de empenho no sentido de estimular os moradores a lutarem por mudanças. Ao longo da entrevista foi visível uma certa discordância, relativo ao atual liderança, uma vez que no ponto de vista do entrevistado, já se teve uma forte mobilização das pessoas, contudo isso não vem ocorrendo.

De todo modo, Rosemiro et al (2014, p.14) propõe que “os presidentes das associações são responsáveis pela organização comunitária de um determinado território, e por isso, representantes legais para exercerem o efetivo controle social”.

Essa relação positiva também é confirmada pelo Participante 20 na atual gestão:

*Não é todo mundo que aceita as ordens, mas são algumas pessoas, a maioria aceita, por que é assim, as vezes tu indicas, um cara, uma pessoa para ser presidente, aí já tem outro, tem o cara que perdeu, aí tu já ficas, não vai mais gostar daquele que ganhou né, porque tu querias que fosse aquele. Mas acredito que isso é normal.*

Sendo ressaltado ainda pelo participante 20:

*Eu confio no trabalho deles. Eu gosto muito deles, são meus amigos, que nem eu estava te falando né, nós, eu e a minha família, a gente, ninguém depende muito disso, eu trabalhava em Manaus, só chegava à noite, então não tenho muita coisa para reclamar deles.*

O ponto de vista dos moradores em relação a gestão do atual liderança da associação comunitária é considerada divergente, pois enquanto alguns consideram como positiva outros como negativa. Muitos enfatizam que não há participação nos eventos e reuniões porque não gostam da atual gestão. No entanto, nos relatos acima, percebe-se que a mudança não agradou a todos e que por esse motivo não aceitam a nova direção da associação.

Partindo desse pressuposto, a Cartilha de Liderança e Mobilização Social (2012, p.12) destaca que no processo de liderança, é preciso que se tenha dois importantes elementos: a mobilização e a comunicação. E nesse processo de construção a “mobilização social para a transformação de uma dada realidade exige a criação de vínculos coletivos, o que se dá com o uso estratégico dos instrumentos da comunicação”. Nesse sentido, é essencial que trocas sejam estabelecidas para se consiga reunir a comunidade por meio de ferramentas, bem como que permita a participação e a vinculação dos grupos.

A respeito da relação da comunidade com a atual gestão da Associação de Moradores o Participante 1 relata: *apesar da má administração a relação dos líderes com a comunidade é de respeito, porém essa relação não é de confiança pois os líderes não fazem muito pela*

*comunidade*. Nessa, descrição, nota-se que o posicionamento é de negação já que a relação à liderança.

A relação dos comunitários com os líderes da associação de moradores, apresenta uma relação necessária, quando o assunto está relacionado aos lotes de terras, pois sem o cadastro não é possível a venda e transferência de lotes, pois segundo o Estatuto todo o processo de distribuição e organização das terras, deve passar pelo “controle” da associação de moradores. Vale ressaltar que todo esse controle sobre o sistema de ocupação, distribuição, compra e venda da “terra” não encontra amparo legal, pois o Estado e o Município não dispõem de nenhum processo formal de regularização das terras da comunidade de Fátima, sendo está legalmente propriedade de particulares.

### **3.3. O trabalho das lideranças da associação de moradores da comunidade de Fátima**

A gestão das lideranças da Associação de Moradores é um tema bem discutido, pelos moradores, que veem na associação uma maneira de acessar as políticas públicas, por meio de seus representantes, de acordo com o relato do Participante 1:

*Na minha época, eu tinha uma associação que liderava a comunidade, qualquer membro tinha autonomia, hoje a gente não vê isso, para você ver a Direção está com o Presidente e o Vice-Presidente, só os dois trabalhos, as vezes trabalham, existem pessoas que não conhecem a diretoria dessa nova gestão.*

A crítica apresentada a nova gestão da associação, tem a ver com o pouco envolvimento da associação de moradores com a comunidade, bem como a ausência de atividades como reuniões, orientações sobre os problemas identificados pelos moradores, atividades esportivas (campeonato e torneio) sendo esta atividade muito apreciada pela comunidade e ações solidárias como bingos beneficentes, como relatado pelos Participantes 1 e 4:

*Hoje, o grande problema se chama liderança, pois na minha época, a Prefeitura não queria colocar os barcos para o transporte das crianças, aí eu fui até em Manaus na Rede Amazônica denunciar, eu trazia a imprensa para a comunidade, eles vieram e pedi para as crianças virem para a Escola de canoa como eles sempre vinham, aí foi filmado e passaram no jornal, ao passar alguns dias estava cheio de políticos com lancha para as crianças, merenda e material escolar.*

As estratégias utilizadas para garantir políticas públicas para os moradores pelas gestões anteriores, são sempre mencionadas e acompanhadas das conquistas da comunidade, onde os moradores se colocam como participantes do processo, sendo constatado a partir do relato do Participante 20:

*Antes a associação conquistou muita coisa aqui para comunidade, com a nossa ajuda, conseguimos, a luz para todos, que não tinha né, a escola bonita e a quadra né, que nem todo bairro em Manaus tem uma quadra bonita que nem essa que a gente tem. O Posto de Saúde que a gente também não tinha, a Delegacia, digo o "PPOzinho", muito bom. Acho que a única comunidade que tem tudo isso somos nós, pois as outras comunidades, vem todos para cá.*

Um outro ponto relacionado às inquietações da comunidade em relação às lideranças da associação diz respeito ao fato do atual Presidente não residir mais na comunidade, e o Vice-Presidente embora tenha comércio na comunidade, possuir residência em Manaus, logo os assuntos relacionados a comunidade, o atendimento aos moradores, só acontecem aos finais de semana, sendo relatado pelo Participante 1:

*Presidente não mora na comunidade, logo não está aqui para ouvir os problemas, eu não considero que seja uma figura de confiança. E complementa: O líder comunitário tem que ser uma referência para a comunidade, pois sem referência não tem como estar no comando.*

Ao indagar se a associação de moradores permite a participação dos moradores nos processos de planejamento e tomada de decisão da comunidade, foi relatado pelo Participante 1: "A associação permite a participação da comunidade, pois a gente trabalha através da assembleia geral que determina as ações da associação, não é o Presidente, Vice-Presidente ou qualquer Diretor, quem define é a assembleia geral". A configuração que a associação age, é vista por meio da explicação do participante como sendo definida via tomadas de decisões nas assembleias realizadas. Esse modo de socialização política, é efetivada por meio da reunião dos moradores.

Esse processo visa contribuir para o exercício do direito da cidadania da participação uma vez que cidadania não está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre o Estado e o indivíduo, mas deve ser estabelecida no interior da própria sociedade com parâmetros das relações que nela se travam" (DAGNINO, 2004, p. 105). No entanto o planejamento e as decisões que são tomadas pela Associação não é de conhecimento de todos os moradores, sendo ressaltado pelo Participante 1: "A associação



*tem a responsabilidade de repassar as questões da comunidade para a própria comunidade e para as autoridades competentes”.*

Nesse sentido é verificado que a relação da Associação com os moradores é ocasional, pois não há um planejamento das atividades da mesma de maneira sistemática, com brevidade na articulação do planejamento e ações, pois os moradores não sentem que existe uma organização por parte da Associação, sendo relatado pelo Participante 1 e 4:

*Quando eu convidava, as pessoas para participar lá, eu explicava que era importante eles irem lá, pois os governantes ao perguntarem, questionarem, eles vão perceber que os comunitários estão comprometidos, porém nós não temos o apoio dos governantes”. Enquanto o Participante 4 relata: quando me convidam eu venho, as vezes a associação realiza de duas reuniões no mês e teve uma que não aconteceu, ultimamente não teve mais nenhuma.*

A importância da participação dos comunitários nos processos de organização da comunidade, precisa ser estimulada, nesse caso, observa-se que a socialização das informações, criam na comunidade um sentimento de partícipes diretos nesses processos, pois estes comunitários têm noção da não atuação do poder público na comunidade, sendo relatado pelo Participante 1: “A comunidade não conta com o apoio nem da Prefeitura e nem do Estado. O que também é destacado pelo Participante 4: A comunidade não recebe nada, conta apenas com as taxas dos associados”. Na fala do participante, é possível observar a insatisfação em relação ao atendimento do poder público. Isso pressupõe prestar atenção nas relações sociopolíticas estabelecidas na comunidade como sendo um processo desafiador.

As associações de moradores na abordagem de Pozzer (2010, p.7) são “exemplos de ação organizada na participação voluntária. Têm suas bases na cooperação mútua entre os sócios, a fim de exercer a função de intermediar as necessidades dos sócios com o Poder Público”. Assim, seu papel depende de como as relações são entrelaçadas pelas pessoas, já que, tem seu apoio na colaboração.

O trabalho realizado pela associação de moradores de Fátima, não é conhecido por boa parte da comunidade, estes revelam através de seus relatos que há pouco comprometimento por parte da atual gestão com os assuntos da comunidade, o que afeta diretamente a visão sobre o trabalho da liderança.

Durante o ano de 2016 e 2017 foram realizados contatos com os representantes da comunidade de caráter formal e informal a fim de criar uma maneira de aproximação da comunidade, onde foi possível acompanhar a realização de duas reuniões, uma promovida

pela associação de moradores, que apresentava como pauta a regularização do pagamento da taxa da associação e a possível construção de um espaço de lazer para a comunidade, (campo de futebol).

A reunião ocorreu no campo da comunidade, localizado próximo ao Areal, aonde alguns moradores se fizeram presentes e uma segunda reunião que foi realizada pelo senhor Romildo ex-presidente da associação de moradores, na condição de representante informal, essa segunda reunião tinha o objetivo de tratar acerca da regularização fundiária, e foi realizada na quadra coberta da escola José Sobreira e contou com um número significativo de participantes, inclusive os representantes da associação de moradores.

As duas reuniões contaram com a participação dos moradores, no entanto os assuntos abordados na primeira reunião não foram discutidos com encaminhamentos de resoluções para os problemas apresentados pela comunidade, que demonstrou pouco interesse nas propostas da associação.

A segunda reunião, contou com um número maior de participantes, pois a pauta sugerida, regularização fundiária das terras, pareceu bem mais atrativa que a primeira, porém os moradores receberam poucas informações, sobre o assunto, sendo solicitado aos moradores as assinaturas para formalização de um processo junto aos órgãos competentes.

**Figura 10 – Reunião da associação de moradores no campo do Areal**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora, 2017

**Figura 11- – Reunião de liderança informal na quadra da escola José Sobreira**



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora, 2017.

Os moradores reconhecem a presença do presidente como liderança formal, que é legalmente constituída, através de processo de votação, porém destacam a existência de outras pessoas que exercem uma liderança informal como destacam os Participantes 1, 20 e 4: Sendo citado pelo Participante 1: “*Formal é o diretor social e informal, diretor esportivo, ele não participa diretamente da diretoria*”, o Participante 20 relata: “*tem o presidente, o vice também e tem os professores, os comerciantes. Tem gente que tem mais dinheiro né, aí faz*”, enquanto o relato do Participante 4: “*Formal é quem está à frente e o Vice. Informal: José Iran que está se candidatando para vereador. Dono do mercadinho e ferragem aqui dentro. Ele se vira muito para conseguir as coisas para a Comunidade.*”

A partir desses relatos é possível afirmar que os moradores têm compreensão da constituição da liderança formal, atribuindo ao Presidente e Vice-Presidente da associação de moradores esse reconhecimento. Quanto a liderança formal, foram relatadas indicações de nomes de comunitários que não participam da associação diretamente, apenas um morador indicou que a informalidade ainda fica dentro da associação.

As lideranças informais citadas pelos participantes são pessoas comuns da comunidade, professores, comerciantes e presidentes de outra associação, funcionários públicos, essa referência está relacionada com o envolvimento que estas pessoas têm com a comunidade como destaca o Participante 4:

*Tem um médico que se vira para conseguir tudo. Antes era Romildo que se virava para conseguir essas coisas. Esse medico vem toda semana, todo dia ele vem. Um outro é José Iran que está se candidatando para vereador, dono do mercadinho e ferragem aqui dentro. Ele se vira muito para conseguir as coisas para a Comunidade. Enquanto para o Participante 20: existe a participação da própria comunidade como destaca: ...as vezes os moradores mesmo se destacam, aqueles que tem mais conhecimento, tem muita gente. Comerciantes, professores que*

*moram aqui. Quando eles veem que a coisa está errada, eles vão verificar os motivos.*

Os moradores ainda fazem referência a algumas famílias que se envolvem com os assuntos de interesse da comunidade, por isso é perceptível que esse envolvimento irá se dá de maneira pontual em algumas questões, também é perceptível que não há uma indicação de regularidade nessas ações, de acordo com relato do Participante 20: *“tem ali a Dona Lila, que vai em Manaus, pede, e traz para gente realizar nosso festejo. E tem mais cinco famílias, não são comerciantes, é mais força de vontade”*.

### **3.4 As ações de solidariedade na comunidade e o individualismo**

A comunidade de Fátima apresenta características da comunidade discutida por Quintaneiro (1995) onde, a partir dos interesses comuns da própria comunidade, encontra uma maneira de organização desses interesses. Nesse aspecto, a relação próximo e distante, como destaca o Participante 4: *“ não, aqui é cada um para si, não tem condições. Não tem comunicação umas com as outras ”*, no entanto o participante ressalta que quando ocorrem mutirões, faz questão de participar: *“eu participo e colaboro com comida para quem vai trabalhar”* e distante e perto entre os moradores, será estabelecida em ações de solidariedade, porém com um certo individualismo como relata o Participante 20: *“o vice-presidente sempre organiza para cortar as árvores para não encostar no fio da energia, a gente vai limpar o campo, roçar, sempre que estou aqui, já fui várias vezes ajudar,”* apresentam o objeto comum que resgata na comunidade o sentimento de solidariedade em prol do bem-estar social destinado a um grupo maior de indivíduos.

O relatos nos remetem a antigas práticas, de acordo com relato do Participante 20: *“de primeiro tinha puxirum<sup>49</sup>, mas agora tem os garis, que vem e limpam, mas antes era nós que fazíamos esse trabalho”*, que irão requerer da comunidade maior participação e envolvimento, como a busca pela melhoria dos serviços já existentes na comunidade, a busca pela garantia do direito à terra, ou em ações mais simples, como a limpeza do campo de futebol, o que demonstra que este espaço tem um significado especial para a comunidade, como relata o Participante 20: *“a saúde, as pessoas reclamam que dia de hoje (sábado), o posto é fechado, então eles queriam que ficasse uma pessoa de plantão que atendesse, e*

---

<sup>49</sup> O puxirum é, em suma, uma troca de dia entre membros dessas comunidades e ocorre em plantios, derrubadas, capina de roça, construções de casa e outras atividades em que se fazem necessárias a mão de obra de muita gente a ocorrer ao longo do ano (Matos, 2015).

*também o negócio do policiamento, queria melhoria sobre isso né”. Como também acrescenta a Participante 18: “Quando tem festa junina se juntam, pede para o guarda fechar a rua, todos participam. Enquanto o Participante 1 destaca: já foi participativa, mas atualmente não tem sido muito solidaria”.*

A comunidade organiza ações de solidariedade, porém estas não ocorrem com frequência, sendo relatado pelos participantes que falta incentivo aos moradores para que essa participação ocorra com mais frequência. A convivência entre os moradores é relatada como boa pela maioria dos Participantes, estes destacam esse sentimento de solidariedade.

Vale destacar que a substituição de velhas práticas como o puxirum, que levava a comunidade a desenvolver mais ações coletivas do que isoladas, acarreta uma mudança de comportamento na comunidade, o que leva ao individualismo, ou seja, há uma reclamação da ausência das ações coletivas, porém não há motivação entre os moradores para que essas ações aconteçam.

Um outro ponto que é destacado como ações solidárias pelos comunitários, são os trabalhos desenvolvidos ora pelas instituições religiosas, ora pela associação de moradores e o trabalho desenvolvido pelas agentes de saúde. Embora essas ações tenham finalidade pontuais, estas conseguem envolver os moradores, como no caso: Mutirões de limpeza, Campanhas de cidadania para emissão de documentos, entrega de doações de alimentos, roupas, essas organizadas pelas igrejas, conforme comentário do Participante 20:

*A igreja que arrecada alimentos e faz cestas básicas para como no natal e doa para as famílias mais necessitadas da comunidade. E a comunidade que participa da igreja doa, alimentos, roupas e as vezes dinheiro. Essa informação também é endossada pelo Participante 13: as ações solidárias que os crentes desenvolvem.*

O trabalho realizado pelas agentes de saúde, através das visitas domiciliares, sendo estas conhecidas por todos os participantes da pesquisa, os quais destacam que as orientações recebidas relacionadas a saúde, ou em outros assuntos, apresentou melhorias para suas vidas, como relata a Participante 21:

*Um dia as meninas da saúde chegaram lá em casa e eu não conhecia né, aí eu ainda tinha um comércio, eu vendia guaraná, essas coisas, elas pediram guaraná, sentaram, ficaram conversando comigo, mais elas estavam fazendo pesquisa, verificando como estava a higiene do meu local de trabalho, me orientou, como fazer, nunca tinham falado nada do negócio desse jeito, aí depois que elas falaram, eu melhorei mais ainda, só que nunca me pegaram no negócio de sujeira nos copos.*

Apesar de serem apontadas ações de solidariedade pelos participantes, existem informações que contradizem a existência dessa ação na comunidade, sendo destacado pelos moradores que essas ações não existem mais na comunidade, sendo respondido pelo Participante 3: “*essas ações não existem aqui na comunidade, eu nunca ouvi falar*”. O desconhecimento dessas ações poderá ocorrer em decorrência das ações serem desenvolvidas por pequenos grupos, a exemplo dos religiosos ou famílias da comunidade, não alcançando dessa forma todos os moradores.

A partir dessas informações é possível compreender que a comunidade apresenta traços de solidariedade, que são mantidos por práticas isoladas e que remetem ao bem-estar da coletividade, no entanto, essas práticas intermitentes, ainda fazem a manutenção na criação de vínculos e fortalecimento de pequenos grupos, como no caso do grupo de idosos, que desenvolve atividades físicas e consegue estabelecer essas atividades práticas na comunidade. Os grupos são organizados pelos próprios moradores que são os protagonistas principais nesse processo.

Nessa relação de solidariedade, compreende-se que essas relações estabelecidas entre os moradores, no caso dos mais antigos, são tidas como importantes para a comunidade, que no relato dos participantes, utilizaram a expressão: “*conheço todos os meus vizinhos*”, dito pelo Participante 13, com satisfação. No entanto, essa não é a realidade de todos os moradores da comunidade, pois a comunidade cresceu e atraiu novos moradores, retirando a possibilidade de todos se conhecerem como anteriormente.

Os participantes da pesquisa consideram a comunidade um bom lugar para se viver, atribuem essa afirmação ao fato da comunidade ser tranquila, o que se diferencia muita da forma de vida na capital Manaus. Embora Fátima seja uma comunidade muito próxima da capital, a vida tem um ritmo diferente para os moradores, que veem nessa tranquilidade, no clima e nas relações estabelecidas entre os vizinhos, uma das melhores opções para continuar residindo na comunidade como relata a Participante 18:

*Através da filha com deficiência, a saída da cidade foi por conta disso, foi a procura de lugares para que ela pudesse se desenvolver melhor, se sentir melhor. Então, aqui, foi um lugar excelente para ela, porque ela interage com as pessoas que entram e sai, porque o autista gosta de prestar atenção, mas ele não se envolve, então o local aqui foi maravilhoso por conta do clima, é melhor do que da cidade, área urbana é quente, quanto a nossa área rural é tranquila e fresquinha. São mais de 20 anos que mora aqui, filhos cresceram e a gente conhece todo mundo e confia.*

A escolha de viver em Fátima está relacionada a várias questões pessoais, cuja maioria dos fatores são de cunho econômico social, embora a comunidade não apresente possibilidades aos moradores de obterem emprego e renda, estes têm Manaus como o local onde conseguirão os recursos para manutenção de seu sustento, mas é na comunidade de Fátima que consideram o local de seu prazer, como relata o Participante 13: *“um lugar bom de viver”*, enquanto o Participante 14 acrescenta: *“a comunidade ainda dispõe de tranquilidade e segurança”*. Enquanto para a mais nova moradora a participante 11 comenta: *“um lugar tranquilo, ano que vem meus quatro filhos vão estudar na escola da comunidade”*. A vida em comunidade, é vista como pacífica para residir e estudar, uma vez que as pessoas preferem que seus filhos deem prosseguimento ao ensino na escola do local.

Observa-se a existência de práticas, bem como produzir de horta, criar animais e pescar são atividades comuns que se configuram como a forma de subsistência, conforme o participante 21: *“eu como o que eu planto, não compro. Enquanto o Participante 1 destaca: a tranquilidade na comunidade e alimentação com mais facilidade, são as vantagens de morar na comunidade”*. O hábito simples dos moradores, define o modo como se relacionam com o local em que vivem e dele tiram seu sustento. Sendo que a tranquilidade, também é considerada uma questão importante, o que torna Fátima um lugar especial e vantajoso segundo o relato do participante 20:

*Eu gostei, me acostumei, nós viemos de Coari, estudei quatro anos aqui e depois parei e comecei a trabalhar em Manaus. Aqui na comunidade a vantagem é que aqui é tranquilo, só o emprego que não tem não. Tem que ir pra Manaus. Agora quem já tem como ganhar dinheiro, como os comércios, é melhor.*

A conquista da terra, é vista como algo não essencial pelos moradores, embora a empregabilidade seja tão difícil. Mesmo demonstrando sentimento de pertença pelo lugar, muitos precisam ter o seu sustento. E a atividade comerciária aparece como uma forma de renda ou então vão trabalhar em Manaus.

De acordo com os comentários dos participantes, a exemplo do 20: *“minhas filhas não moram aqui, mora com a mãe em Autazes, mais gostaria que elas viessem para cá porque aqui é melhor, o ensino é melhor, e é tudo mais perto”*. Nesse particular, a escola, é considerada uma das vantagens por estar mais próxima das residências e porque a comunidade representa segurança, proximidade, aprendizagem em relação a cidade.

Nesse processo, é comum observar as pessoas, após o almoço com as redes atadas na varanda ou em árvores próximas de suas residências. Nesse intervalo, a cidade parece

mais tranquila que o habitual, a prática da sesta ainda acontece na comunidade, e essa prática é observada em locais tranquilos, o que coaduna com as informações dos participantes da pesquisa. Outro aspecto observado é que embora Fátima se diferencie pela estrutura que possui em termos de serviços públicos, por sua dimensão territorial e por não ter nas relações de trabalho, um dos principais fatores que contribuem para o processo de organização e articulação da comunidade, está se torna peculiar por manter as relações de vizinhança e solidariedade, sendo um dos pontos intrigantes, pois ao mesmo tempo em que seus moradores mantêm a proximidade da vida rural, estes estão dispersos em suas questões individuais.

### **3.5. As relações dos comunitários com as instituições religiosas.**

A presença de instituições religiosas nas comunidades Amazônicas, foi intensificada a partir do século XVII com a chegada dos jesuítas, que moldou um processo peculiar de doutrinação, através do catolicismo. Esta religião foi predominante durante muito tempo, o catolicismo se articula de um modo particular por meio de festejos que se caracterizam, por exemplo, pelos cultos aos Santos e pela exteriorização da fé na ocorrência das procissões [...] e pelo contato que estabeleceram com os indígenas das mais diferenciadas etnias e com suas respectivas crenças e devoções, bem como em decorrência das correntes migratórias dos séculos XIX e XX. (LOPES, 2016, p.23).

Na comunidade de Fátima é possível observar a presença de várias instituições religiosas com distintos credos – católicos e protestantes- compõe os círculos das instituições não formais da comunidade. De acordo com os relatos dos participantes da pesquisa, a predominância é dos protestantes, que se subdividem em instituições com as mais distintas denominações (Assembleia de Deus, Deus é Amor, Batista Regular, dentre outras), como comenta a Participante 20: *“olha tem católico e evangélico, mas evangélico tem mais”*. E acrescenta o Participante 20: *“acho que a igreja católica tem pessoas aqui influentes, porque eles, vocês sabem os evangélicos são mais, pois tem aquele empenho ali. A nossa, a católica tem menos pessoas para dar aquele apoio”*. Conforme mencionado, é perceptível que as instituições religiosas exercem influência no local, mesmo que algumas delas tenham um número reduzido de membros, ainda conseguem se destacar como estabelecimentos de domínio religioso.

Para Oliveira (2003, p. 32) “a igreja a partir dos seus preceitos morais, assume um papel primordial na orientação das relações sociais nessas comunidades, contribuindo



significativamente para a tessitura do mapa dos saberes, imaginários e representações” que no cotidiano da população, perpetraram de seus aprendizados sociais habituais, de visões de mundo. Nesse universo, o Participante 4 relata: “a maioria está procurando só igreja evangélica. A Igreja Católica coitada quase não vai ninguém”. Consta-se por meio disso um crescimento de outras formas de crenças. Antes era mais comum se observar as festas religiosas somente de uma instituição. Atualmente, já se nota alteração em tais manifestações.

As igrejas evangélicas aparecem como as mais numerosas em termos de estruturas, sendo (09) nove igrejas na comunidade e com o maior número de seguidores. Enquanto a igreja católica possui apenas uma estrutura, e foi construída inicialmente pelos moradores e após reformada com o apoio da administração da igreja, e está localizada em um terreno central, podendo ser avistada logo na rua principal.

Rosselvelt e Kinn (2009) explicam que “nesses lugares e no entorno deles, por iniciativa das comunidades, ergueram-se as capelas; nelas se iniciaram os encontros religiosos e as comemorações dos dias dos santos católicos, principalmente dos padroeiros das comunidades”. Essa expressão cultural se manifesta na maioria das comunidades por meio da igreja católica que é citada como a primeira instituição religiosa da comunidade segundo o Participante 20:

*Desde que eu cheguei aqui (1982) de Coari que eu participo da igreja. Eu era dirigente lá em Coari, fui catequista de crianças para preparar para a primeira comunhão, crisma. Ai a gente fez um curso com o pessoal da igreja, com o padre, e eles autorizaram a repassar o ensino. Quando eu cheguei aqui, tinha a igreja católica, eu me empenhei, aí fizemos uma igreja nossa, grande que é a nossa que tem ali, quem estava à frente dos trabalhos era o Padre Celestino, foi realizado outros cursos e foram formados seis ministros. Estou desde criança ali por incentivo dos meus pais, que quando o caboco queria dormir um pouquinho eles diziam logo: “Ei, bora, acorda, vai para igreja...”. Quando eu cheguei aqui tinha a Dona Leonilde, Seu Henrique, aí tinha a irmã do Romildo, a Adelmara, a gente fazia novena, e o Padre ficava atendendo essa área rural (comunidade de Fátima, Livramento, São Sebastião...). Ele sempre estava aqui, agora ele já está velhinho, mas continua. Agora tem um grupo de irmãs, elas são freiras e estão dando ensinamentos, estudos. É muito bom, elas estão aqui já tem uns cinco meses.*

A igreja católica realiza celebrações, como novenas em alguns dias da semana e a missa nos finais de semana, além das celebrações esta oferece aos moradores cursos de formação religiosa, como relata o Participante 20:

*Na igreja católica, eu fiz um curso, inclusive eu sou ministro né, eu celebro, nós somos seis ministros aqui na nossa comunidade. Tu já ouviste falar no Padre Celestino? Lá da Rainha dos Apóstolos, do Dom Pedro? Ele que vem para cá com a gente, para ministrar os cursos. Pois é a gente faz isso graças a Deus, a gente ajuda outras comunidades, nós mesmos aqui vamos, tem várias comunidades aqui, o Abelha, para todas esses nós damos apoio, porque a nossa igreja é veterana e nós temos o maior número de pessoas formadas.*

As igrejas evangélicas apesar de se instalarem na comunidade em período posterior a igreja católica, apresentava um maior número de seguidores, sendo apontada pelos participantes como influentes na comunidade, aonde são citadas como força de voz no processo de tomada de decisão e organização da comunidade. A instituição das igrejas passam a ser a invenção que estabelece organismos que facilitam o controle dos membros.

Um aspecto importante nessa constatação, é que a contribuição da igreja para a comunidade parte de um processo onde suas funções religiosas agem por exemplo por intermédio dos líderes. Os mesmos tem papéis importantes nas instituições, bem como os ensinamentos dos dogmas ensinados pela instituição. E na sua forma de exercer o poder se faz necessário que a igreja inclua o inclua por meio de elementos como: controle, dependência e desigualdade. Estes, tendem representar-se como as principais meios de conceituar o poder numa relação (LUCKES,1980)<sup>50</sup>.

Nessa tríade, “a dependência é uma situação de condicionamento, a desigualdade focaliza as capacidades diferenciais dos atores dentro de um sistema para assegurar vantagens e recursos valiosos, mas escassos” O poder como controle e como dependência é realizado por via decisão de quem “ganha” e quem “perde”. Disso, no processo as transformações no seio religioso na comunidade atrela-se ao fato de que os modelos que vem ganhando se destacando como por exemplo, no número de estabelecimentos.

As reflexões sobre o poder a partir das relações sociopolíticas são representadas por meio de diversas formas na comunidade: associações, associados, lideranças, estabelecimentos religiosos e entre outras. Cada um tem papel fundamental nas decisões que permeiam a comunidade, seja a partir de ações caritativas, evangelismo, assembleias, reuniões formais e informais.

As relações se interligam segundo Norbert Elias (1990) numa espécie de “interdependência” estabelecidas por meio das diversos tipos de ações onde cada um tem sua função não dependendo dos que fazem parte da conexão onde estão envolvidos.

---

<sup>50</sup> LUCKES, Steven. A História da Análise Sociológica. In: BOTOMORE, T.NISBET.R (org.). O poder e autoridade. Rio de Janeiro:Zahar,1980. p. 822-873.

## CONCLUSÃO

À guisa de conclusão a discussão acerca das Relações de Poder a partir do processo da organização sociopolítica na comunidade de Fátima, o estudo se constitui pertinente, uma vez, que busca compreender além de noções, definições e conceitos a formação e organização da comunidade, ou seja, a comunidade além dos sistemas simbólicos, apresenta uma discussão das estruturas objetivas, por meio de uma lógica de funcionamento que está para além da consciência e da vontade dos agentes, sendo estes capazes de subsidiar a comunidade através de orientações ou práticas e representações.

A comunidade Nossa Senhora de Fátima fica localizada na área do Tarumã/Mirim e Tarumã Açu e rio Negro estando centrada, próximo à Manaus, Nossa Senhora do Livramento, Ebenézer Julião e Abelha São Sebastião, Colônia Central, Tatu, São João do Lago do Tupé e Agrovila como adjacentes na mesma margem, sendo que estas abrigadas dentro da RDS do Tupé. As terras não são regularizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

O acesso a comunidade se dá via fluvial, através do Porto principal da Marina do Davi, localizada na estrada da Ponta Negra, que dá acesso aos moradores do Tarumã à zona urbana da cidade de Manaus, e por via terrestre, por meio da BR-174 (Manaus-Boa Vista), final do ramal do km 21. O meio de transporte mais utilizado pelos moradores é realizado por intermédio do serviço de transporte fluvial como as voadeiras, organizado através de cooperativas, COOPACAMDAF (Cooperativa dos Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do David à Fátima). A comunidade possui setecentos e trinta e sete (737) pessoas que constituem cento e noventa e quatro (194) domicílios formados por crianças, jovens, adultos e idosos, e consiste em sua predominância a população adulta.

Para identificar as formas de relação de poder a partir do processo de organização sociopolítica percebeu-se que a partir de necessidades primárias dos primeiros moradores e do processo de crescimento populacional da comunidade que na sua formação inicial contava-se apenas com três famílias. A

s estratégias de organização comunitária para o enfrentamento dos problemas locais, se deu por meio de recursos estatais e igreja. Nesse âmbito a escola é considerada uma das primeiras conquistas para os moradores. E seu estabelecimento ocorreu juntamente com instauração da comunidade. De acordo com informações coletadas através de entrevista a comunidade instalou-se juntamente com a “escola. MEB -Movimento de Educação de Base, promovido pela Igreja Católica. O Posto de Saúde é considerado a segunda maior conquista

para a comunidade tem como proposta básica oferecer atendimentos específicos. A partir do ano de 2013 a escola passa por uma reforma estrutural, em decorrência de ter sofrido um incêndio em um dos pavilhões comprometendo parte de suas instalações, a reforma foi realizada com os recursos do poder público através da Prefeitura de Manaus, passando a atender 305 crianças do Ensino Fundamental. O saneamento básico como água potável e encanada, que é retirada através de um sistema de captação de água subterrânea (poço artesiano). E em seguida, é armazenada numa caixa d'água coletiva, construída pela Prefeitura. Em relação a Segurança Pública local, as ocorrências mais comuns são roubos e pequenos furtos e tráfico de entorpecentes. A iluminação pública passou a funcionar no ano de 2008 com o Projeto Luz para Todos.

O sentido da comunidade para os moradores: trabalho, a convivência e a cultura são desenvolvidos por meio de plantação de frutas, hortaliças, criação de animais para a venda e consumo, a prática da pescaria. Os moradores realizam campeonatos de jogo de futebol e festejos com o santo padroeiros do lugar. No que tange ao processo de formação, fundação e organização da Associação de Moradores de Nossa Senhora de Fátima começou a funcionar juntamente com a estabelecimento da comunidade no ano de 1987.

As relações de poder se processam na comunidade entre as estruturas formais e não formais na comunidade se perpetram através de vínculos estreitos, dadas as relações familiares e as circunstâncias com que acontece a formação de uma comunidade, às vezes nem sempre interativas. Muitas mudanças ocorreram e as reações foram mudando as relações de poder entre os comunitários e a associação de moradores foram sendo conduzidas a outras formas de interação.

A Associação de Moradores é uma porta de entrada para a comunidade em relação a promessa de concessão para a aquisição dos terrenos, algo que eles tem tido como objetivo, já que o loteamento não é regularizado. O trabalho das lideranças da associação de moradores da comunidade de Fátima não é vista com críticas pelos moradores a nova gestão da associação, mas observou-se que há pouco envolvimento dos moradores juntamente com ausência da liderança, bem como atividades como reuniões, orientações sobre os problemas identificados pelos associados.

As ações de solidariedade na comunidade e o individualismo é tratado pelos moradores como “cada um por si”, pois no que se versa a Associação enfrenta situações que prejudicam a mobilização e organização. As ações solidarias são promovidas por instituições religiosas. As relações dos comunitários com as igrejas, atrela-se por distintos credos – católicos e protestantes compondo os elementos das instituições não formais da

comunidade. Portanto, as relações de poder acontecem de forma transitória nas diversas relações, bem como família, religião, associação, trabalho, escola, liderança comunitária.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Debora. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. In: Rev. Sociol. Polit. v. 22, n. 50, p. 175-199, jun. 2014.

AMAZONAS, Decreto 8044/2005. Criação da RDS do Tupé

ANTUNES, R. **Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo. Boitempo/Coleção mundo do trabalho, 3ª ed. 1999.

ANDRADE,Roberta;ANDRADE,Aldair. Dilemas do acesso e da qualidade do ensino:reflexões sobre a política de educação em comunidades ribeirinhas. In :V Jornada de Políticas Públicas.Maranhão/Ag.2011.

Assis, Thiago Rodrigo de Paula.Agricultura familiar e gestão social: ONGs, poder público e participação na construção do desenvolvimento rural / Thiago Rodrigo de Paula Assis. -- Lavras : UFLA, 2005.

BALSADI,Otávio.Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento sustentável.In : São Paulo Perspec. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001.

BATISTA, D. **Amazônia** : Cultua e sociedade. 3. ed. Manaus : Valer, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília. Ministério da Saúde, 1997.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO ANEEL Nº 456, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2000.

BRAGA, Carolina. Comunidades rurais Fluminenses e programas de desenvolvimentos criando conselhos, comitês e fóruns. In: Comunidades rurais, organização, associações e lideranças.EDUA,2012.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- BUBER, M. **Sobre Comunidade**. Seleção e introdução de Marcelo Dascal e Oscar Zimmermann. Perspectiva: São Paulo, 1987.
- BROWN, J.H. 1984. Sobre a relação entre a abundância e a distribuição das espécies. *O naturalista americano* 124:255-279.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CARTILHA DE LIDERANÇA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL. Construindo uma ideia de Liderança e Mobilização Social. Setembro, 2012.
- CASTELL´S, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 344p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2).
- CLEMENTS, Frederic Edward. **Sucessão de plantas: uma análise do desenvolvimento da vegetação**. Washington: Carnegie Institution de Washington, 1916.
- DAGNINO, E. Sociedade Civil, participação e cidadania de que estamos falando? Coord. Daniel Mato, Políticas de cidadania y sociedade civil en tiempos de globalización. Caracas: faces, universidade Central Venezuela, 2004.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**/Pedro Demo. - I reimpressão-Campinas, SP: Autores associados, 2008. - (coleção polêmicas do nosso tempo; 80)
- \_\_\_\_\_. **Participação é conquista**. Fortaleza: UFC. 1987. 176 p.
- ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade/Norbert Elias e John L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Siissekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- \_\_\_\_\_. **Introdução a Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- Eddine, Cador Siomara da. **Tutela jurídica do Meio Ambiente: a quantificação do dano ambiental e sua importância para a construção e desenvolvimento de sociedades sustentáveis**. Curitiba: Universidade Católica do Paraná, 2009. 153 f; Dissertação (Mestrado em Direito) - 2009. Universidade Católica do Paraná, 2009.

Ferreira, Márcio Antônio Couto. Transporte Fluvial por embarcações mistas no Amazonas: uma análise do trecho Manaus- Coari e Manaus- Parintins / Márcio Antônio Couto Ferreira.2016.

FOUCAULT M. **Microfísica do Poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Graal; 1982.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. In: Dreyfuss H, Rabinow P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (RJ): Forense Universitária; 1995.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GOLDWASSER, Maria Julia. Estudos de comunidade: teoria e/ou método? In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-81, 1974. Disponível em: < [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4606/1/1974\\_art\\_MJGoldwasser.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4606/1/1974_art_MJGoldwasser.pdf) > Acesso em: 28 abr. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDY, E. **Consentimento informado normatizado pela Resolução 196/96: conhecimento e opinião de pesquisadores brasileiros**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>> acesso em: 20 marc. 2017.

HARRIS, J. Tönnies: *Community and Civil Society*. In: **Cambridge texts in the History Of Political Thought**: Cambridge University Press: Cambridge, 2001. Disponível em: <<http://www.cambridge.org>> acesso em: 23 abr. 2017.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

\_\_\_\_\_. A sociologia e o mundo moderno. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIRA, Talita. CHAVES, Socorro. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**.In: INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOPES. A.S. Fé e Religiosidade Amazônica: A presença do Profano na Festa de Corpus Christi em Capanema – PA. In: Revista PRÁKSIS, Novo Hamburgo, a. 13, v. 2, p. 20-39, 2º sem. 2016. [periodicos.feevale.br](http://periodicos.feevale.br). Adriana da Silva Lopes. Acesso em 10.12.2017.



Maria Rutimar de Jesus Belizário, Maria. Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Amazonas: diretrizes, debates e perspectivas (2010-2014).2015. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Amazonas: UFAM. Manaus-AM.

MACHADO, Gustavo. Fornecimento de Medicamentos No Sistema Único de Saúde. In: Consultoria Legislativa Consultoria Legislativa Anexo III – Brasília – DF,2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> Acesso em 10/05/18.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. O processo de produção do capital. Volume II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989.

MATOS, G. C.G. de. Ethos e figurações na Hinterlândia amazônica. Manaus. Editora Valer/FAPEAM, 2015.

NEVES, D.P.O MEB-Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL-ALASRU, 7.Quito, Educador 20 a 24 de novembro de 2006.

NISBET, R. A. *Community and Power (formerly: The Quest for Community)*. New York: Oxford University Press, 1962. Disponível em: < <https://archive.org/details/RobertNisbetTheQuestForCommunity> > Acesso em: 10 maio. 2017.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém/PA: CCSE-UEPA, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PAOLI, M. C. **Movimentos sociais democráticos no Brasil: sem agente não tem jeito**. 4ª edição. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PIZARRO, A. **Amazônia: as vozes do rio, imaginário e modernização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POCHMANN, M. **Relações de Trabalho e Padrões de Organização Sindical no Brasil**. São Paulo: LTR, 2003. v. 1.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODRIGUES, Patrícia. A organização de Coari em função da dinâmica orçamentária: o caso do saneamento básico. Dissertação de mestrado.2013.Universidade Federal do Amazonas. UFAM. Manaus-AM. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br>. 20/03/18.

ROMEMIRO Heluana et al. Percepções dos presidentes de associações comunitárias acerca da estratégia saúde da família In: Revista Eletrônica Gestão & Saúde Vol.05, edição especial. Ano 2014 p.2560-75.

ROSS, M. G. *Community Organization: Theory and Principles*. New York: Harper & Brothers, 1955.

SANTOS, Rosselvelt, KINN Marli. Festas: tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de minas gerais. In: Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 26, p. 58-71, jul./dez. de 2009.

SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

Santos, Milton. *A Urbanização desigual: a especialidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, S. A. da. Migrantes na cidade de Manaus: processos de inserção na metrópole e mudanças socioculturais. In: SILVA, S. A. da (Org.). **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: Edua, 2010.

Silva, Oderlene Braulio da. *As representações sociais de trabalho e educação em comunidades ribeirinhas*. - Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010. 194 f.; c/il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.

Silvana Compton Barroso. *Organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas de Maués*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. 2010. Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SILVA, E.S. *Elaboração do Mapa do local da pesquisa*. 2017.

SOUZA, L. J. B. A “Cidade Flutuante” de Manaus: discutindo conceitos. In: **Aedos** - Revista do corpo discente do PPG – História da UFRGS. Num. 6, vol. 3, Janeiro - Junho 2010. ISSN 1984-5634. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs/aedos>> Acesso em 10 mai. 2017.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

TENÓRIO, F.G.; ROZENBERG, E.R. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.101-125, jul./ago. 1997.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**. 9. Ed. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. Tradução de Waltensir Dutra. In: **Os economistas**: Max Weber (Textos Seleccionados). Traduções de Maurício Tragtenberg, Waltensir Dutra, Calógeras A. Pajuaba, M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. Revisão de Cássio Gomes. Nova Cultural Ltda.: São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Tradução Artur Morão. Covilhã, 2010. Disponível em: < [www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net) > Acesso em: 05 mai. 2017.

WAGLEY, C. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. Tradução de Regina Barbosa e Katen Eliabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000, 2009 (reimpressão).

WIGGERS, R. Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em unidades de conservação ambiental do Amazonas. In: WIGGERS, R.; RATIER, H. E.; RODRIGUES, C. M. C. (Org.). **Comunidades Rurais**: organização, associações e lideranças. Manaus: Edua, 2012.

**APENDICE 1****PARTICIPANTES DA PESQUISA: Lideranças Formais e Informais**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>DATA DA ENTREVISTA</b>
Participante 1	Romildo	05.12.2017
Participante 2	Iran	09.12.2017
Participante 3	Edilon	06.12.2017
Participante 4	Fernando	05.12.2017
Participante 5	Salvador	10.12.2017
Participante 6	Maria Auxiliadora	05.12.2017
Participante 7	Adelmara	07.12.2017
Participante 8	Justino	08.12.2017
Participante 9	Paulo	07.12.2017
Participante 10	José	09.12.2017

**APENDICE 2****PARTICIPANTES DA PESQUISA: Comunitários**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>DATA DA ENTREVISTA</b>
Participante 11	Juliane	10.12.2017
Participante 12	Bruna	09.12.2017
Participante 13	Edvaldo	08.12.2017
Participante 14	Manoel	08.12.2017
Participante 15	Maria Andreлина	08.12.2017
Participante 16	Graça	09.12.2017
Participante 17	Maria Santana	07.12.2017
Participante 18	Maria das Neves	05.12.2017
Participante 19	Naka	10.12.2017
Participante 20	Emília	09.12.2017
Participante 21	Ivaniza	07.12.2017
Participante 21	Rosilene	08.12.2017
Participante 23	Samara	06.12.2017